UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

ENTRE METRÓPOLE E COLÔNIA
O governo econômico do Império Luso-Brasileiro

Versão Corrigida

LUÍS OTÁVIO PAGANO TASSO

São Paulo
2018

LUÍS OTÁVIO PAGANO TASSO

ENTRE METRÓPOLE E COLÔNIA
O governo econômico do Império Luso-Brasileiro

Versão Corrigida

Tese de doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História Econômica para obtenção
do título de Doutor em História

Orientador: Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T214e TASSO, LUIS OTÁVIO PAGANO
ENTRE METRÓPOLE E COLÔNIA:O governo econômico do
Império Luso Brasileiro / LUIS OTÁVIO PAGANO TASSO
; orientadora VERA LUCIA AMARAL FERLINI. - São
Paulo, 2018.
231 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. HISTÓRIA DE PORTUGAL. 2. HISTÓRIA IBÉRICA . 3.
HISTÓRIA MODERNA. 4. HISTÓRIA DO BRASIL. 5. HISTÓRIA
ECONÔMICA. I. FERLINI, VERA LUCIA AMARAL, orient. II.
Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Luís Otávio Pagano Tasso

Data da defesa: 15/04/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 23/10/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

Espero nesse momento não esquecer de todas pessoas que me ajudaram participando de forma direta ou indireta na realização desta tese.

Agradeço à Profa. Dra. Vera Lucia Amaral Ferlini, que nestes 17 anos de convivência, me ensinou e orientou nos trabalhos acadêmicos, um exemplo constante de dedicação e responsabilidade no exercício de pesquisa e ensino. Ressalto sua paciência na orientação e seu apoio frente às dificuldades, que me permitiram realizar muitos projetos, e principalmente concluir este. De nossa relação, levarei a imagem de uma pessoa forte, decidida e acolhedora, que sempre empreendeu esforços, sem discriminar pessoas ou projetos. Agradeço em especial à João Flávio Ferlini, pela forma especial, paciente e carinhosa que me recebeu em seu lar.

Ao Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda, que compartilhou sua experiência, e sempre que solicitado auxiliou na orientação, com crítica meticulosa e *insights* que esclareceram e me ajudaram na conclusão deste trabalho.

À Profa. Dra. Iris Kantor e ao Prof. Dr. Rodrigo Ricupero, com os quais realizei estágio no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino e pude aprender e me aprofundar nas atividades de docência.

Ao Prof. Dr. Pablo Oller Mont Serrath, pelo debate e leitura atenta, com quem pude manter diálogo, e sempre me incentivou a dar um passo além.

À Bruno Vilagra, Eduardo Peruzzo, Manuela Balestra, Natalia Tammone e Thiago Alves Dias, pela amizade e companheirismo, pela paciência em nossos encontros e discussões e pelo estímulo neste trajeto, e com quem pude dividir

angústias e alegrias.

À Cátedra Jaime Cortesão, centro de pesquisa que me acolheu no início de minha jornada acadêmica e às pessoas que conheci por meio dela. À Patrícia Cardoso, pessoa com quem pude compartilhar pensamentos e dividir abraços, que esteve sempre presente e me deu forças para seguir, sempre com sorriso. À Tathianni Cristini da Silva, que sempre expôs suas idéias e críticas, apontando caminhos de superação, em diversos momentos. Ainda nesse ambiente pude conhecer: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani, Profa. Dra. Marcia Berbel, Prof. Dr. Carlos Gabriel, Prof. Dr. Pedro Puntoni, Prof. Dr. Marcelo Candido, Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, Profa. Dra. Miriam Dolhnikoff, Profa. Dra. Monica Dantas, aos quais agradeço pelo dialogo que mantive e que me auxiliaram de diversas maneiras.

Aos Prof. Dr. Augusto da Silva, Profa. Dra. Avanete Pereira da Silva, Profa. Dra. Joana Monteleone, Prof. Dr. José Evando Vieira de Melo, Prof. Dr. Lélío Luiz de Oliveira, Prof. Dr. Lucas Jannoni Soares, Profa. Dra. Patricia Valim, Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves, Prof. Dra. Rosângela Ferreira Leite, Prof. Dr. Maximiliano Mac Menz, Eduardo Silva Ramos, Marco Volpini Micheli com quem dividi a orientadora, mas, muito mais do que isso, contribuíram para o desenvolvimento de minha pesquisa.

Ao pessoal do Engenho São Jorge dos Erasmos, nas pessoas de Heloísa Veiga, Anna Maria Coelho Silva de Campos, Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, Prof. André Muller e em especial à Profa. Dra. Beatriz Pacheco Jordão, que me permitiram participar de seus projetos e que abriram perspectivas diferentes de como enxergar a pesquisa em História.

Agradeço à atenção dos funcionários da Torre do Tombo, em especial às

funcionárias Maria do Céu e Beatriz Peralta e aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, pela presteza nos atendimentos. Ao Banco de Portugal, e em especial ao Núcleo de Arquivo, na figura de Maria do Carmo Rogado que me possibilitou a pesquisa e a reprodução de fontes inestimáveis à realização deste trabalho.

Ao Prof Dr. José Amado Mendes, ao Prof Dr. Nuno Monteiro e ao Prof. Dr. José Luis Cardoso pelas orientações em minha estada em Portugal.

Ao Professor Joaquim Romero de Magalhães (*in memoriam*) pelas indicações bibliográficas e incentivo em realizar meu projeto.

Ao Professor Dr. Miguel Faria, pelo acolhimento na Universidade Nova de Lisboa.

Ao Cnpq, pela bolsa de pesquisa, que possibilitou minha dedicação na realização desta Tese.

À minha mãe, meus avós e meu irmão pelo estímulo e por estar ao lado todos esses anos.

RESUMO

O Bloqueio Continental e a Invasão Francesa pressionaram a saída da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1807. Sem a Monarquia e grande parte da elite, a Metrópole ficava à mercê da guerra e da devastação, sendo governada por uma Regência, que buscava manter, quanto possível, o aparato administrativo e fiscal do Reino. A carestia de alimentos e o empobrecimento da população se mantiveram ao longo da década de 1810, alimentando o descontentamento, a que se somaram a elevação do Brasil à Reino Unido em 1815. Com a morte de D. Maria I em 1816, o príncipe Regente tornou-se Rei na “colônia” e em 1818 foi aclamado no Rio de Janeiro. Até 1821, com a Revolução Liberal e a volta de D. João VI, o Império Português foi governado principalmente no âmbito Luso-brasileiro, cabendo papel secundário aos órgãos da sede continental.

Este trabalho descreve os impasses do período e suas consequências econômicas e políticas, dialogando com as reflexões de protagonistas, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José Maria da Silva Lisboa e Ricardo Raimundo Nogueira, dentre outros. A hipótese norteadora é que mesmo com o esforço de manutenção dos pontos básicos da relação colonial, expresso em propostas de constituição de um nexos feliz entre as partes do Império, a saída da Corte e sua permanência no Brasil, com a “duplicidade” de Governo, levaram ao fim do Antigo Regime em Portugal e à necessidade de constituição de um novo Império.

ABSTRACT

The Continental Blockade and the French Invasion forced the departure of the Portuguese Court to Brazil in 1807. Without the Monarchy and a large part of the elite, the Metropolis was at the mercy of war and devastation, being governed by a Regency, which sought to maintain, as much as possible, the administrative and fiscal apparatus of the Kingdom. Food shortages and the impoverishment of the population continued throughout the 1810s, fueling discontent, to which were added the elevation of Brazil to the United Kingdom in 1815. With the death of D. Maria I in 1816, Prince Regent became King in the "colony" and in 1818 was acclaimed in Rio de Janeiro. Until 1821, with the Liberal Revolution and the return of D. João VI, the Portuguese Empire was governed mainly in the Luso-Brazilian scope, having a secondary role to the institutions of the continental headquarters. This work describes the impasses of the period and its economic and political consequences, dialoguing with the reflections of protagonists such as D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José Maria da Silva Lisboa and Ricardo Raimundo Nogueira, among others. The guiding hypothesis is that even with the effort to maintain the basic points of the colonial relationship, expressed in proposals for the constitution of a happy nexus between the parts of the Empire, the departure of the Court and its permanence in Brazil, with the "duplicity" of Government, led to the end of the Old Regime in Portugal and the need to establish a new empire.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1.....	19
<i>O Império Português em mudança</i>	19
1.1 Os Desafios: hegemonia europeia e crise colonial.	21
1.2 O Reformismo iustrado.....	31
1.3 Análises e diagnósticos	43
Capítulo 2.....	74
<i>A MANUTENÇÃO DA METRÓPOLE</i>	74
2.1 Fragilidades do Reino	75
2.2. O Reino sem Rei	93
2.3. O Conselho da Regência: políticas e personagens.....	96
CAPÍTULO 3	130
<i>A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO IMPÉRIO.....</i>	130
3.1 O Colonialismo Português ao final do Antigo Regime.....	131
3.2. Impasses do Governo Dividido: Balanços e Soluções	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
FONTES E BIBLIOGRAFIA	170

INTRODUÇÃO

As colônias constituíram, a partir da expansão europeia da Época Moderna, o elemento vital do surgimento e fortalecimento do capitalismo. Por mais de quatro séculos, a posse e domínio de territórios ultramarinos garantiu às Metrópoles Europeias, recursos monetários, produtos e mercados, além de pontos estratégicos para operações e defesa militares.

Portugal, pioneiro da constituição de extensos domínios, enfrentara, ao longo do período, investidas que objetivavam desde a tomada de territórios, até intrincado jogo diplomático para desarticular as estruturas que cimentavam a relação entre a Metrópole e suas colônias.

No século XVIII, o edifício político, econômico e social que abrigava essas relações começou a indicar seu desgaste, expresso principalmente nas formulações ilustradas e na propagação de princípios liberais, tanto no aspecto econômico quanto na vida política e social. No caso de Portugal, as necessidades de rearranjo foram esboçadas no início do reinado de D. João V e ganharam fôlego a partir de D. José, no quadro das políticas pombalinas.

A política pombalina de diversificação agrícola e de estímulo às manufaturas exigia a manutenção do monopólio comercial. Embora as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, consolidadas em Methuen, facilitassem a entrada de produtos nas colônias e sustentassem o desenvolvimento têxtil inglês, a política manufatureira portuguesa buscava ampliar o consumo de seus produtos nas colônias, mantendo o princípio fundamental do exclusivo metropolitano. A Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, o

conflito entre Inglaterra e França tiveram profundos reflexos em Portugal, que buscava adequar seu Império às demandas dos novos tempos.

Grupos mercantis e elites coloniais também apontavam a necessidade de mudanças. Reflexões teóricas, repertórios científicos e propostas de flexibilização despontaram a partir de 1770. Os esforços portugueses realmente encaminhavam o contexto Metrópolis-Colônia para um novo padrão de colonização que, sem romper com as estruturas do Sistema Colonial, a ele dessem maleabilidade para a manutenção do Império.

Os problemas enfrentados pela Inglaterra, após a Independência dos Estados Unidos abriram espaço para o crescimento da produção e do comércio metropolitano com o Brasil, indicando, já na década de 1790, a possibilidade de um arranque da indústria portuguesa, e a inversão da balança de comércio favorável à Portugal. Nesse quadro, o agravamento das guerras, em especial com a ascensão de Bonaparte aumentou a pressão inglesa sobre Portugal, tendo ainda colocado no horizonte a possibilidade de independência das colônias, apontando formulações de estratégias para garantir a continuidade da monarquia e dos domínios.

Entre 1801 e 1807, foram propostos e reiterados alguns planos para a transferência da Corte, tendo em vista a crescente ameaça Napoleônica para Portugal. Em 1801, a Guerra das Laranjas trouxe como consequência a perda de Olivença. Não tendo a Coroa condições de se contrapor à Espanha e à França assinou Tratado de Badajoz, que freou o avanço das tropas e garantiu a manutenção mesmo que “provisória” do Reino. Com a retomada da guerra entre Inglaterra e França em 1803, foi apresentada, por D. Rodrigo de Sousa Coutinho uma nova proposta de saída da Corte, caso o plano de juntar tropas e defender

o território não lograsse êxito. Após assinatura do Tratado de Fontainebleau, em 1807, com a invasão da Espanha pelos franceses, Portugal foi colocado em situação de risco e, mesmo tendo concordado com o Bloqueio Continental, a medida não surtiu o efeito necessário. Com a proximidade das tropas francesas e posterior invasão do território, a família Real retirou-se para a América.

Para a compreensão do período são de importância as ações desenvolvidas no seio do Conselho da Regência, voltadas para a manutenção do Reino e como reação a contextos políticos e económicos. A elite dirigente portuguesa acomodaria regimes e as ideologias que os justificavam, alinhando-se ora às políticas inglesas ora às francesas, embora buscasse não se mostrar subserviente economicamente nem à Inglaterra nem à França. Nesse sentido, a atuação dos Governadores do Reino, notadamente João António Salter de Mendonça, secretário e encarregado dos negócios do Reino e da Fazenda entre 1807 e 1820, e Ricardo Raimundo Nogueira, que era membro da regência do Reino entre 1810 e 1820, pode demonstrar se houve um programa político-econômico e como se deu sua formação, elucidando as ações do Estado português.

A saída da Corte levou a mudanças profundas nas relações coloniais. Logo à chegada ao Brasil, foi assinada a Carta Régia de Abertura dos Portos, iniciou o processo de rompimento do Exclusivo Metropolitano, concluído, em 1810, com a assinatura dos Tratados de Comércio e Navegação.

Para Portugal continental, inicialmente, a saída poderia ser considerada uma mudança temporária, afinal um Conselho de Regência fora indicado para administrar o Reino. Em 1810, porém, após reiteradas alterações na composição do Conselho de Regência e com a assinatura dos Tratados supracitados, foi

sendo delineado um quadro que apontava para uma permanência mais prolongada da Corte no Brasil: embora as instituições em Portugal tivessem sido mantidas, novas haviam sido criadas no Brasil, levando ao esvaziamento dos poderes das congêneres do Reino. Por outro lado, a participação dos ingleses no Conselho, com poder de decisão nos assuntos militares e econômicos delineava a imagem de dependência da Inglaterra. Além da tutela inglesa que, embora não fosse odiosa, era incômoda, somava-se o empobrecimento e carestia de alimentos, gerados pelas ondas de invasões francesas, fomentando a insatisfação popular, agravada pelas perdas dos rendimentos do Brasil.

A carestia de alimentos e empobrecimento da população se mantiveram ao longo da década de 1810, agravando o descontentamento, com a elevação do Brasil à Reino Unido em 1815 e a morte de D. Maria I em 1816. O príncipe Regente tornou-se Rei na antiga colônia e em 1818 foi aclamado no Rio de Janeiro. A crescente “metropolização” do Brasil, naquele momento já com instituições implementadas e em funcionamento trazia consigo a ascensão das elites locais que ganhavam espaço e começavam a reivindicar mudanças liberais e constitucionais¹.

Em Portugal, essas agitações liberais e pró constitucionais ganhavam fôlego, culminando com a Revolução Liberal do Porto em 1820, e a exigência do retorno do Rei, em abril de 1821.

Este trabalho enfoca as propostas de políticas econômicas, idealizadas por pensadores portugueses e brasileiros, frente aos desafios da época, que embora fossem voltadas para a manutenção e garantia do Reino e do Império,

¹ É o caso de José Maria da Silva Lisboa, Visconde de Cairu.

produziram diagnósticos e posições distintas, tanto na relação às Colônias e, em especial, o Brasil.

Cronologicamente, a tese abarca as mudanças que se iniciam no século XVIII, com ênfase no período pombalino, as transformações radicais na via colonial (com a Independência dos Estados Unidos), a Revolução Francesa e as Invasões Napoleônicas, dentro do amplo processo de derrocada do Antigo Regime. Toma especialmente o período da permanência da Corte Portuguesa no Brasil, expondo os problemas dessa dualidade, que levaram à Revolução Liberal, em 1820 e à Independência do Brasil, em 1822. Analisa-se, assim, impasses e propostas, de figuras da época, sobre o processo que levou à reconfiguração do Império à perda do Brasil. A hipótese norteadora é que mesmo com o esforço de manutenção dos pontos básicos da relação colonial, expresso em propostas como as de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de constituição de um nexos feliz entre as partes do Império, a saída da Corte e sua permanência no Brasil, com a “duplicidade” de Governo, levaram ao fim do Antigo Regime e à necessidade de constituição de um novo Império

Do ponto de vista teórico, partimos do conceito de Sistema Colonial, exposto por Fernando Novais em sua obra *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1777-1808*, assentado na exploração da colônia através do exclusivo. José Jobson de Andrade Arruda analisou as relações económicas, entre metrópole e colônia, na obra *O Brasil no comércio colonial* e, em pesquisas posteriores desenvolveu o conceito de *Novo Padrão de Colonização*, mostrando que as readequações promovidas na administração pombalina implicavam em novo enlace entre a metrópole e a colônia. Nesse esforço de pensar conceitos e entender a administração do Império Português, ambos os autores dialogam

com vasta historiografia nacional e internacional. Para o período pombalino, Francisco Falcon e Kenneth Maxwell, apresentam visões bem delineadas e consolidadas pela historiografia. A temática da crise dialoga com Josep Fontana e na relação com Portugal, Valentim Alexandre é o exemplo. Na discussão da relação de superação da crise, Jorge Pedreira e Nuno Madureira buscaram expor a relação da agricultura com a manufatura. Importante mencionar o papel que a Academia de Ciências de Lisboa desempenhou no final do século XVIII, e sem dúvida, José Luís Cardoso é referência no que tange à discussão sobre pensamento econômico em Portugal e a relação que o ambiente intelectual produzia na metrópole e reverberava no Brasil.

O corpo documental da pesquisa é composto por Cartas Régias, Decretos, Instruções e Relatórios da administração. De extrema importância são as obras e memórias de personagens que atuaram no período, como as *Instruções Políticas* de D. Luís da Cunha, as Memórias da Academia de Ciências de Lisboa, como no caso de José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho em seu *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo principe do Brazil noso senhor* e D. Rodrigo de Sousa Coutinho em sua *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798)*, ou no caso dos escritos como *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil* de José da Silva Lisboa, *Memória das cousas mais notáveis que se trataram nas conferências deste Reino 1810-1820* de Ricardo Raimundo Nogueira, e *As dificuldades de um império luso-brasileiro* de Silvestre Pinheiro Ferreira, nas quais eram relacionados os problemas do Reino e suas soluções.

No primeiro capítulo “O Império Português em mudança” descrevemos as densas transformações de Portugal, no século XVIII. Nesse período, Ilustração, Revolução Francesa, independência dos Estados Unidos sacudiram as bases do Antigo Regime Português. Internamente, as tentativas de arranque industrial, alavancadas pela diversificação da produção colonial, levaram à melhoria dos resultados do comércio, favoravelmente ao Reino, mas foram abortadas pela saída da Corte, em 1807. O capítulo está dividido em 3 partes “Os desafios: hegemonia europeia, crise colonial, liberalismo”, “O Reformismo Ilustrado” e “Análises e Diagnósticos”.

Ao longo do segundo capítulo, composto por “As fragilidades do Reino”, “O Reino sem Rei” e “O Conselho da Regência: personagens e políticas”, propomos apresentar como se deu a administração do território metropolitano, as funções dos órgãos, as discussões e os processos decisórios. Ainda descrevemos o Conselho da Regência, em suas diversas composições de 1807 a 1820, os personagens que o compunham e suas ações quanto as práticas políticas do Estado, como suas reflexões pessoais enquanto pensadores e críticos.

Por fim, no terceiro capítulo “A construção de um novo Império”, abordamos as questões sobre “O colonialismo português ao final do Antigo Regime” e os “Balanços e Soluções” apresentados. Nessas partes discutimos como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José da Silva Lisboa, dentre outros, preconizavam a importância da reconfiguração do Império frente às rupturas provocadas no contexto pós Revolução Francesa e de crescente luta por direitos constitucionais. Apontamos, ainda, como o governo Monárquico no Brasil, embora pensasse o Império, focava sua atuação na manutenção da monarquia

e do Estado que se encontrava na colônia. A elevação do Brasil a Reino Unido e a recusa de retorno do Príncipe Regente à Metrópole apresentam-se como elementos de embates com os metropolitanos. Na última parte desse capítulo, elencamos as propostas de possíveis soluções que manteriam o Império coeso, mas que frente ao insucesso, culminam na Revolução Liberal do Porto e na independência do Brasil.

Capítulo 1

O Império Português em mudança

O Império Português em mudança

No século XVIII, os amplos domínios portugueses na América, ponto central de seu Império, passavam por profundas transformações. A mineração, não só ampliara a importância do Brasil na finança portuguesa, como promovera a mudança do eixo econômico da Colônia, criara sociedades urbanas, gestara novas elites, acentuara as trocas internas e um mercado mais articulado². No reinado de D. João V, a necessidade de reorganizar e afirmar suas possessões americanas³, iniciaram-se políticas administrativas e de expansão territorial. Na segunda metade do século, o declínio das rendas do ouro, o desafio de equilibrar a balança de comércio e a necessidade de equiparar a economia portuguesa ao padrão europeu, encaminharam as relações Metrópole/Colônias para um enlace, em que as Colônias, produtoras de matérias primas para o desenvolvimento das fábricas na Metrópole, seriam as consumidoras de produtos manufaturados metropolitanos, num esforço de alcançar a industrialização da última.

² Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 11ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, Brasília: Editora da UNB, 1963.

³ Como por exemplo, a questão do início da Colônia de Sacramento, Cf. SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2007; POSSAMAI, Paulo Cesar. *O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, 2002.

1.1. Os Desafios: hegemonia europeia e crise colonial.

Todas esas mudanças colocavam em pauta as tradicionais relações estabelecidas a partir do século XVI pela Europa “Metropolitana” aos “mundos coloniais”, trazendo ao mesmo tempo mudanças econômicas e sociais e convulsões políticas. Estas, no âmbito colonial, evidenciavam o esgotamento das estruturas da colonização, não só no Império Português como também em outros Impérios. Os elementos paradigmáticos e disruptivos foram, sem dúvida, a Independência dos Estados Unidos, em 1776, e posteriormente a Revolução Francesa – que significa a própria crise do Antigo Regime. Para entendermos a importância dessa ruptura, se faz necessário recuar e observar a política de neutralidade implementada por D. João V ao longo da primeira metade do XVIII e mantida por Pombal ao longo do reinado de D. José I.

A gravidade da situação pode ser vista no movimento traçado a partir do Tratado de Paris 1763⁴, que desenhava o fim da Guerra dos Sete Anos, porém colocou a França em situação delicada perante à Inglaterra, que lhe impôs severas exigências. Cabe ressaltar que a política de neutralidade de Portugal foi abandonada em 1761, com a assinatura do Pacto de Famílias⁵. Nesse pacto, a Espanha desempenhou papel importante no abandono da neutralidade portuguesa, uma vez que a Espanha, em sua participação na Guerra dos Sete

⁴ Cf. *Tratado de Paris*. Acto de Acessão por parte d'el-Rei o Senhor D. José I, ao Tratado definitivo de paz entre as Corôas de França, Grã-Bretanha e Espanha, assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763. In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III, pp.160-201.

⁵ Conhecido como terceiro *Pacto de Família*. Tratado llamado Pacto de Familia, ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris á 15 de agosto del 1761. *Coleccion de los Tratados de Paz, Alianza, Comercio e c. ajustados por la Corona de España com las Potencias Extranjeras desde el Reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente*. Madrid em la Imprenta Real, 1796. Tomo I, pp.113-142.

Anos, apoiando a França, invadiu a Colônia de Sacramento (questão do Tratado de Madri e do El Pardo) e o território metropolitano português – parte da Província de Trás-os-Montes⁶.

Nesse contexto, o alinhamento de Portugal à Inglaterra, vencedora da guerra, garantiu⁷: primeiro, a preservação de suas colônias e a devolução de seu território, e segundo, a segurança do território metropolitano no qual, a consideração e preparativos da transferência da corte puderam ser adiados⁸, por quase 50 anos. Entre 1761 e as invasões naoleônicas, surgiram diversas propostas para transferência das cortes na Península Ibérica^{9,10}, notadamente no período das invasões napoleônicas. Segundo Novais, Portugal atravessou a fase mais aguda de tensão da época moderna até a crise do Antigo Regime, no jogo de equilíbrio que por vezes buscava uma aproximação à França: para

⁶ A questão dos Tratados de Madrid e do Pardo será abordada a frente. Tratado de Madrid. Tratado de Limites das Conquistas, entre el-Rei o Senhor D. João V e D. Fernando VI Rei de Espanha, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela de Espanha em 8 de fevereiro do dito ano. pp.8-51. Tratado do Pardo. Tratado entre el-Rei o Senhor D. José I e D. Carlos III Rei de Espanha, pelo qual se anulou o de 13 de janeiro de 1750, mandando-se observar os anteriores. Assinado no Pardo, a 12 de fevereiro de 1761, pp.126-133. In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III

⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001, p.48 [1ª ed. 1979].

⁸ CALMON, Pedro. *Historia do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1963, t. IV, p.1185.

⁹ Para o caso de Portugal, conferir PIMENTA, João Paulo; SLEMIAN, Andréa. *A corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, pp.42-55; e com relação a proposta para a transferência da corte da Espanha conferir pp.30-42. FONTANA, Josep. *La crisis del Antiguo Régimen 1808-1833*, Barcelona: Editorial Crítica, 1979. pp. 42-55 e NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.* pp. 44-58.

¹⁰ Proposta do Padre Antonio Viera no contexto de 1640/1648 Congresso de Munster. Em dois momentos durante administração pombalina em 1755, por conta do terremoto de Lisboa e depois em 1761/2 no âmbito do terceiro Pacto de Família. Em 1801, o Marquês de Alorna defendeu a transmigração da Corte para o que chamou de “Grande Império”. Em 1803, com a expansão Napoleônica na Europa, D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigiu-se a D João no sentido de transferir para o Brasil a sede da monarquia portuguesa, e finalmente em 1807/8 quando, o território metropolitano foi invadido, é efetuada a transferência da Corte para o Brasil

diminuir a tutela inglesa, mas que, nos momentos extremos, sempre pendia para a opção inglesa, dado seu crescente poderio marítimo¹¹.

No contexto internacional, o Tratado de Paris demonstrou e completou o processo de ascensão da hegemonia marítima e comercial da Inglaterra iniciado no século XVII¹². Dessa forma, a preeminência inglesa, a partir de então, impôs maiores cobranças às suas colônias no Novo Mundo, gerando tensões principalmente na América do Norte. Coube à França apoio a essas colônias que demonstravam resistência à Inglaterra, como o caso da Independência dos Estados Unidos, em 1776¹³.

Cabe aqui ressaltar a importância das relações de Portugal com os Estados Unidos¹⁴, pensando o quadro estabelecido na conjuntura do Tratado de Paris. Foi a partir de sua assinatura que, segundo Ross Robertson,¹⁵ houve uma série de mudanças na política colonial Inglesa para com suas colônias americanas, entre as quais a assinatura das leis: do açúcar, do selo, de aquartelamento e do chá. O recrudescimento dessas leis foi um dos estopins da Guerra de Independência. Declarada a independência, Portugal assistiu um novo evento que colocava o todo o mundo colonial em cheque. E pior, Portugal viu-se obrigado a definir posição diante de uma situação evitada ao longo de

¹¹ NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p.49.

¹² *Ibidem*, p.51; VASQUEZ DE PRADA, Valentin. *História Economia Mundial*. Livraria Civilização, 1973. 2 vols.

¹³ NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p.53.

¹⁴ TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de Transição: continuidade e inovação (1783-1824)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2012. p. 44.

¹⁵ ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964, v.1, pp. 114- 123

todo o século XVIII, sendo mais uma vez forçado a “enfrentar” uma posição favorável ou contrária à Inglaterra, pois o reconhecimento dos Estados Unidos poderia implicar em perda do apoio inglês sobre as demandas portuguesas, como a questão das fronteiras, colocando em risco até a manutenção do próprio Império Português.

De fato, a opção por Inglaterra ou Estados Unidos não era fácil. Segundo Natalia Tammone, “a questão envolvia o abastecimento de cereais para o Reino (Portugal), então deficitário nessa produção”¹⁶. Destaca-se ainda todo o histórico de alianças travado entre Portugal e a Inglaterra. Desde o século XIII, com a reconquista cristã, “portugueses” buscavam apoio de “ingleses” para os esforços de guerra. Se observarmos cronologicamente, a situação fica ainda mais evidente: em 1294, a negociação para o fim da pirataria; em 1353, o Acordo de Comércio; em 1372, o Tratado de Tagilde; em 1373, o Tratado de Westminster; e em 1386, foi assinado o principal referente a este período, o Tratado de Windsor, no qual foram renovados os tratados anteriores como também garantiu o apoio a Casa de Avis, selado em 1387 com o casamento de D.João I, mestre de Avis, com Filipa de Lencastre¹⁷. Ao longo do século XVII e XVIII, foram assinados diversos tratados, destacando-se, o Tratado de 1642¹⁸, o Tratado de

¹⁶ TAMMONE, Natalia. *Op. Cit.*, p. 48.

¹⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990, pp. 35-40

¹⁸ Tratado de Paz e Comercio entre el-Rei o Senhor D. João IV, e Carlos I, Rei da Grã-Bretanha, assinado em Londres, a 29 de janeiro de 1642. pp. 82-101. *In: Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo I.

1661¹⁹, e o Tratado de Methuen em 1703²⁰. No contexto global, destaco: os Tratados de Madrid-El Pardo (1750-1761)²¹ e o Tratado de Paris em 1763, já citado. Além da própria questão de abastecimento interno, os Estados Unidos apresentavam-se como um novo país no “jogo” mercantilista das nações, esse porém em fase de transição. De um lado, a Inglaterra e Estados Unidos buscavam um novo mercado consumidor, e de outro, abriu-se espaço para um novo fornecedor de matérias primas para ambos: o Brasil

Na busca de um delicado equilíbrio, Portugal não reconheceu prontamente a independência dos Estados Unidos, que havia se aproximado “demais” da França. Pesavam nesse equilíbrio dois fatores: o estatuto colonial e a Monarquia como forma de governo²². Nesse jogo de estratégias, foi promulgado decreto, em 4 de julho de 1776, pelo qual os portos portugueses eram interditados aos navios norte-americanos. Segundo Pombal, tal evento deveria atrair interesse dos príncipes, e lhes (aos Estados Unidos) deveria negar todo favor e auxílio posto ser um exemplo pernicioso²³.

¹⁹ Tratado de Paz e Aliança entre el-Rei o Senhor D. Afonso VI, e carlos II, rei da Grã-Bretanha; e de Casamento d'Este Monarca com a Infanta de Portugal, a Senhora Dona Catharina, assinado em Londres, no Palacio de Whitehall, a 23 de junho de 1661, pp. 233-258. In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo I.

²⁰ Tratado de Comercio entre el-Rei o Senhor Dom Pedro II e Anna Rainha da Grã-Bretanha, assinado em Lisboa a 27 de dezembro de 1703. pp.192-197 In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro*, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo II.

²¹ Citados anteriormente.

²² Cf. BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003

²³ SÁ, Tiago Moreira de. *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2016; MENDES, José Luis Sul. *Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América: Contribuição para o Estudo do seu Início (1776-1799)*. Dissertação (Licenciatura em História). Faculdade de Letras de Coimbra, 1973, pp.3-4; MAGALHÃES, José

Daí a importância que a Revolução Francesa assumiu frente à Independência dos Estados Unidos. De um lado, esta última demonstrou de forma direta o quanto o apoio de uma nação – França – poderia alterar o equilíbrio mundial baseado na Monarquia (absolutismo) e de outro a Independência demonstrou que era possível escapar da formulação metrópole/colônia.

A Revolução foi construída internamente a partir da situação econômica vivida pela França. O clero e a nobreza detentores de grandes propriedades, estavam enfraquecidos frente ao crescente papel desempenhado pela burguesia que provinha de fato os capitais necessários para o desenvolvimento do Estado francês. Uma série de colheitas com produção deficitária, na segunda metade do século XVIII, compôs basicamente o principal fator para a insatisfação popular e os crescentes conflitos sociais. A “crise agrícola de 1788 foi a mais violenta de todo o século”²⁴, pois a fome tornou-se questão presente²⁵. Até então a flutuação no preço dos produtos agrícolas ou a redução de poder aquisitivo, não tinha levado à falta de alimentos. Somava-se a isso a questão dos privilégios da nobreza, fator de união entre burguesia e populares²⁶.

Nesse contexto de insatisfação, a questão financeira do Estado francês tornou-se fator importante. A situação deficitária e os sucessivos empréstimos colocaram a França em condição de falência e a burguesia não mais contribuiria

Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, p. 17-19.

²⁴ SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 44.

²⁵ BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*, vol. II, 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1964, p. 16.

²⁶ SOBOUL, Albert. *Op. Cit.*, p. 43.

para “salvá-la”²⁷. Foram tentados diversos planos, prevendo uma série de reformas. A própria maneira como as reformas seriam impostas, agravaram as relações massas populares/burguesia x nobreza/monarquia. Na tentativa de salvar essa relação “povo” x nobreza organizou-se um programa, focado principalmente em reformas fiscais e de inclusão de parte de burguesia na administração do reino. No plano fiscal, o imposto sobre a terra era a forma mais expressiva da igualdade, que de certa forma equipararia eclesiásticos, nobres e plebeus; e no plano político, a organização das assembleias provinciais, incluiria de certa forma a opinião dessa população, mas sem grandes consequências, pois seriam de caráter consultivo e não decisivas²⁸. Tais mudanças, implementadas parcialmente, não surtiram efeito. A Nobreza (Assembleia dos Notáveis e Parlamentos) permaneceu na defensiva e não cedeu em nenhum aspecto, colocando em questão os pontos levantados pela reforma e o quanto estes feriam seus direitos “quase naturais”. Numa série de movimentos questionando o papel do Estado, a nobreza acaba por colocar em xeque a monarquia, que desprovida financeiramente, viu-se refém – não podia honrar seus compromissos financeiros com a nobreza e nem resolver a fome do povo²⁹. Esse quadro de crescimento de insatisfação somados, constituiu e desencadeou os fatores para a Revolução Francesa.

Um aspecto importante que vale ressaltar foi a idéia de que com o apoio dos franceses à independência dos Estados Unidos, seria possível um

²⁷ *Ibidem*, pp.60-67; BURNS, Edward McNall. *História ... op. cit.*, p. 16.

²⁸ SOBOUL, Albert. *Op. Cit.*, p.80-84

²⁹ *Ibidem*, pp.87-91

movimento de rupturas frente ao Antigo Regime³⁰. Vale expor ainda os casos dos movimentos nos Países Baixos³¹, norte da Itália, a Revolução Haitiana, num ocaso de longa duração que só terminaria ao final do século XIX³². Esse movimento somava as diversas reivindicações, tanto da parcela colonial americana quanto da burguesia metropolitana população, esboçando ruptura com o mercantilismo, que amarrava o desenvolvimento econômico com suas restrições opressivas³³.

Essa ruptura com o mercantilismo que, enquanto conjunto de práticas, econômicas de Estado³⁴, quase se confundia com a forma de governo – Absolutismo – é que esboçou o fim do Antigo Regime. A concentração de poder na figura do Rei não sustentava mais a ambição de comerciantes e manufactureiros, que desaprovavam monopólios protecionistas, interferência na liberdade de comércio com mercados estrangeiros, leis de controle dos salários, tabelamento de preços e as restrições impostas à aquisição de matérias-primas fora da França e de suas colônias³⁶. Essa crise, de conjunto, quanto à identidade

³⁰ VOVELLE, Michel. “A Revolução Francesa e seu eco”. *Estudos Avançados*, Ago 1989, vol.3, n. 6, p.40

³¹ Conhecida como Revolução Brabantina, aconteceu entre 1787 e 1790, e culminou com a proclamação da independência da Bélgica. O processo de reconhecimento, no entanto, aconteceu em 1830, com uma nova revolução, e com a intermediação da Inglaterra e da França entre belgas e austríacos.

³² *Ibidem*, p.25-45.

³³ BURNS, Edward McNall. *História da Civilização...* *Op. Cit.*, p.18

³⁴ Sobre o tema ver a obra clássica de HECKSCHER, Eli. *La Epoca Mercantilista*, México: Fondo de Cultura Económica, 1943; ver ainda DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973. Para uma crítica da época ao sistema mercantil SMITH, Adam. *La riqueza de las naciones*, México: Fondo de Cultura Económica, 1958

³⁵ RICUPERO, Rodrigo. “O Estabelecimento do Exclusivo Comercial Metropolitano e a Conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *História* [online]. 2016, vol.35. NOVAIS, Fernando A. *Op. Cit.*, pp. 57-92.

³⁶ BURNS, Edward McNall. *História da Civilização...* *Op. Cit.*, p.17-19.

econômica de cada grupo “nacional” na concorrência do comércio internacional colocava as administrações (Coroa e burocracia) dos Estados europeus e mesmo mundiais em risco, ameaçando o *status quo*. Essa crise, ao mesmo tempo econômica e política, levou à reconfiguração da estrutura social europeia e da própria formação da Europa continental, pois o movimento encabeçado por Napoleão acabou por destituir diversas Coroas, entre 1799 e 1808.

Em Portugal, essa crise expunha um conjunto de problemas que a monarquia absolutista precisava enfrentar, e alguns antigos que se agravavam. De acordo com D. Rodrigo de Souza Coutinho, a solução estaria na remoção dos entraves para o melhor funcionamento do sistema colonial, sendo esta a relação de “mútuas vantagens” entre Metrópole e domínios. E como vantagem, pode-se citar o bispo Azeredo Coutinho “Portugal, pela situação dos seus estabelecimentos nas três partes do mundo, pode fazer relativamente comércio mais ativo e mais vantajoso de todas as nações da Europa”³⁷.

A exploração colonial passaria por questionamentos crescentes ao final do século XVIII e as *Memórias Econômicas* desse período como baliza de preocupação geral dos Estados europeus cientes da necessidade de reorganizar seus sistemas coloniais de exploração³⁸. A publicação de diversas obras nesse sentido, demonstrou ponto de inflexão sobre a história colonial e a independência dos Estados Unidos revelou a possibilidade de rompimento com o Antigo Regime. Segundo Raynal “o novo hemisfério deve um dia separar-se do antigo...tudo se encaminha para essa cisão, os progressos do mal num

³⁷ COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo princepe do Brazil noso senhor e publicado de ordem da Academia Real das iencias*. Lisboa: na Oficina da mesma Academia, 1794, p.138.

³⁸ NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p.119

mundo e os progressos do bem no outro”³⁹. Tal independência colocou em pauta o sistema colonial e suas disposições, até porque, mesmo após a independência a Inglaterra mantinha sua hegemonia sobre a nação recém-nascida. O mais preocupante era sua predominância sobre os países ibéricos e suas respectivas colônias. Por outro lado, a própria formação econômica da Inglaterra também enfrentava conflitos, pois grupos ligados à exploração colonial rivalizavam com os novos industriais⁴⁰. Numa antagônica posição estava a necessidade de mercados consumidores coloniais reservados – monopólio, ao mesmo tempo em que era imprescindível a abertura dos mercados fornecedores para busca da melhor oferta⁴¹. O Mercantilismo chocava-se com o Liberalismo.

No caso de Portugal, o interesse dominante dos ingleses interferia diretamente na política de recuperação e de desenvolvimento que Pombal tinha instaurado, principalmente no que tange ao maior fechamento do mercado colonial português. Tornara-se clara a tensão crescente frente aos desejos de ingleses e de portugueses, e para os ingleses não havia senão outro encaminhamento do que a eliminação dos intermediários (Portugal e Espanha). Estava em pauta a imperativa ruptura do pacto colonial⁴².

Num movimento similar ao restante da Europa, inclusive em suas taxas de crescimento⁴³, Portugal apresentava aumento populacional, demonstração

³⁹ RAYNAL, Guillaume Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes*. Genebra, 1780, T.IV, p.453.

⁴⁰ Outro aspecto de rivalidade era a escravidão, que dentro do próprio Império Inglês se colocava como problema na manutenção de seu sistema colonial, NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema...* Op. Cit., p. 124.

⁴¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema...* Op. Cit., p.122

⁴² *Ibidem*, p.123

⁴³ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema...* Op. Cit., p. 126

da “prosperidade e força de uma nação por causa da agricultura e de sua indústria”⁴⁴. Ora, de acordo com Fernando Novais, embora essa comparação possa ser feita, teria mais significado comparar as receitas nacionais. A disparidade entre os Estados Ibéricos frente à Inglaterra poderia ser vislumbrada *grosso-modo* nos índices econômicos das mesmas nações no início do século XX⁴⁵, ainda que alguns núcleos tenham se transformado em base de desenvolvimento industrial independentes nos diversos estados nacionais⁴⁶.

1.2. O Reformismo iustrado

A entrada de ideias ilustradas em Portugal começou no reinado de D. João V, com os textos dos estrangeirados⁴⁷. A constatação, porém, da necessidade de mudanças no Império, revelou-se na política de reconfiguração administrativa do Brasil, com a criação de novas capitanias⁴⁸, principalmente na região Meridiona, e com as tratativas dos limites com a Espanha, cristalizadas no Tratado de Madrid⁴⁹.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 127

⁴⁵ *Ibidem*, P.128

⁴⁶ Cf. GODINHO, Vitorino de M. “Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)”. *Revista de História*, v. 7, n. 15, 1953, pp.69-88; KOULISCHER, Joseph. “La grande industrie aux XVIIe et XVIIIe siècles: France, Allemagne, Russie”. *Annales d'histoire économique et sociale*. 3^e année, N. 9, 1931. pp. 11-46.

⁴⁷ NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, pp. 218-219

⁴⁸ Cf. SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. op. cit.; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. “A Construção Política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777)”. *História Histórias*, v. 1, p. 23-45, 2013.

⁴⁹ Cf. Tratado de Madrid | Tratado de Limites das Conquistas, entre el-Rei o Senhor D. João V e D. Fernando VI Rei de Espanha, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela de Espanha em 8 de fevereiro do dito ano. pp.8-51. In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José*

A reformulação da ação real, do absolutismo e das práticas mercantilistas, apontadas nos textos de D. Luís da Cunha⁵⁰ seria mais lenta, caminhando a partir do reinado de D. José I e da ação do Marques de Pombal. Propostas de mudança baseadas na ilustração, que buscavam, segundo Falcon, o desenvolvimento do poder do soberano, ao mesmo tempo em que colocariam Portugal no mesmo patamar das nações da Europa, mas que objetivavam a manutenção do Antigo Regime⁵¹. Esse reformismo ilustrado, todavia, seria de grande importância, pois a partir da autonomização da política, seria possível a “autonomização do econômico”⁵².

A figura de D. Luís da Cunha merece atenção. Personagem importante na diplomacia portuguesa ao longo do século XVIII, desempenhou funções em Londres, Madri e Paris, e foi um dos expoentes de uma primeira geração que influenciou diretamente as reformas ocorridas em Portugal, na segunda metade daquele século. Em seu *Testamento Político* eram expostas uma série de propostas que objetivavam solucionar os problemas de Portugal, que numa leitura contrária, pode-se extrair quais seriam esses problemas: finanças do Estado, alfândegas, exército, navegação mercantil, atividades agrícolas, mercado “consumidor”, população etc⁵³. Em suas propostas de soluções, pode-

Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: IMESP, 2006. (Tomos I e II).

⁵⁰ CUNHA, D. Luís. *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*. 1742. SILVA, Abílio Diniz (int. ed. crítica). Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2013. CUNHA, D. Luís da. *Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001

⁵¹ Cf. FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Ática. 1993, p. 432.

⁵² *Ibidem*, pp. 489-490.

⁵³ CUNHA, D. Luís da. *Instruções Políticas*. Lisboa: CNCDP, 2001, p. 34 e p. 178

se vislumbrar as vozes de todo um grupo de pensadores como José da Cunha Brochado, os condes de Tarouca, Galveias, Ribeira Grande, o visconde de Vila Nova da Cerveira⁵⁴ que expõe o caráter reformista de um grupo que, embora fazendo parte da nobreza, criticavam “instituições sagradas” como o absolutismo arbitrário, privilégios de casta, e inquisição, que demonstrava o atraso de Portugal frente à nova cultura europeia (França, Inglaterra e Países baixos). Ainda em sua obra, D. Luís da Cunha sugeriu medidas em relação à administração do Brasil, como: adoção de companhias de comércio, combate ao contrabando, reforma fiscal e aumento da circulação monetária,⁵⁵.

Outro expoente desse período foi Luís Antonio Verney, que partiu para Itália em 1736 e em 1746 publicou sua obra *Verdadeiro Método de Estudar*⁵⁶. Nessa obra, apresentou críticas a assuntos relacionados à cultura portuguesa como ciências, artes, letras, filosofia, ensino⁵⁷. Sua postura mais marcante diz respeito à relação de ensino e religião, sendo ele, um grande crítico às amarras que a religião impunha aos métodos de ensino⁵⁸.

No tocante às reformas, D. Luís da Cunha defendia que Portugal deveria solucionar seus problemas baseado na força militar, liderança política e prosperidade econômica. Numa comparação com a Espanha, explicitou que a

⁵⁴ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil... Op. Cit.*, p. 221

⁵⁵ CUNHA, Luís da. *Instruções políticas... Op. Cit.*, p. 169.

⁵⁶ Cf. VERNEY, Luis Antonio *Verdadeiro Metodo de Estudar* (1746) org Antonio Salgado Junior, Lisboa, 1949.

⁵⁷ Cf. FERREIRA, Breno Ferraz Leal Ferreira. *Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo, 2009; FIGUEIREDO Fidelino de. *Literatura portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1955. NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 221-222

⁵⁸ CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem: O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a Defesa Ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2012, p. 67 e pp. 119-120

população e extensão territorial do Império espanhol faziam frente ao Império de Portugal e tais vantagens espanholas eram garantidas com poder econômico e militar, e Portugal só concorreria se assegurasse território, garantindo sua defesa e seu controle econômico⁵⁹. Com relação à população, Portugal deveria conter o despovoamento, coibindo a criação de conventos e mosteiros, tanto no Reino como nos domínios, pois no caso dos homens significavam a perda de braços que poderiam ser úteis na administração e na produção (indústria e agricultura) e, no caso das mulheres, representavam dotes empatados e a diminuição das possibilidades de casamentos⁶⁰, e os donativos tornavam os bens inalienáveis, e tais instituições muitas vezes já possuíam propriedades com pouca ou nenhuma produção⁶¹.

No que concerne à religião, o alvo era a Inquisição, que “faz sair de Portugal a gente mais própria para seu comércio” e ao invés de combater ao judaísmo, o “multiplica”. Uma das suas propostas era a de devolução de bens confiscados aos herdeiros, talvez até o perdão, dando liberdade de consciência aos judeus⁶². Tais medidas deveriam estar associadas a uma política de alianças às outras nações e de fortalecimento militar do Estado, com a profissionalização do Exército, e organização de uma marinha mercante e de uma esquadra de guerra⁶³.

⁵⁹ Cf. Tratado de Madrid | Tratado de Limites das Conquistas, entre el-Rei o Senhor D. João V e D. Fernando VI... Op. Cit.; CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: IMESP, 2006. (Tomos I e II).

⁶⁰ A redução no número de casamentos agrava a situação da necessidade de aumento populacional.

⁶¹ CANTARINO, Nelson Mendes. *Op. Cit.*, p. 121

⁶² CUNHA, Luís da. *Instruções políticas...* *Op. Cit.*, p. 262.

⁶³ *Ibidem*, p. 273-276

Por fim, a atenção do Estado deveria se voltar ao comércio, pois nele estava a prosperidade das nações. Uma de suas sugestões para o aumento da prosperidade do comércio foi a reforma dos privilegiados, uma vez que eram isentos de pagar tributos e encargos, mas parte de suas rendas provinham da fazenda real, onerando-a cada vez mais⁶⁴. Outra sugestão tratava sobre a questão do luxo, profano e devoto. O profano derivava da moda, e por si só já era um problema pois não obedecia à necessidade, e ainda por cima, chegava em Portugal por meio das importações. O devoto restringia a circulação de ouro que acabava por enfeitar santos e altares, prejudicando a economia – imobilização de capital que poderia estimulá-la. Ainda na mesma sequência, criticava as doações à Santa Casa de Misericórdia, pois de certa forma, tais montantes acabavam com o mesmo fim anterior, sua imobilização ou mero acúmulo, e a quantidade de feriados religiosos, que impedia a atividade produtiva durante dois terços dos dias do ano⁶⁵.

A prosperidade seria retomada a longo prazo, mas dependeria da ação de conjunto por ele citada. Em um momento mais direto, citou “as conquistas que supus ser um acessório de Portugal, eu as tenho pelo seu principal e ainda garantes da sua conservação, principalmente as do Brasil”⁶⁶. Ora, era preciso administrar melhor os recursos gerados pelo conjunto do Império (domínios e conquistas) explorando cada território da maneira mais adequada para melhora do Reino.

⁶⁴ CUNHA, Luís da. *Instruções políticas... Op. Cit.*, p. 281-282

⁶⁵ *Ibidem*, p. 289

⁶⁶ CUNHA, Luís da. *Instruções políticas... Op. Cit.*, p. 299.

No caso da interligação das partes do Império, deveria ser formada uma Companhia de comércio que teria como objetivo primeiro o fornecimento de mão de obra escrava para o Brasil. Esta manteria o exclusivo desse negócio e tal privilégio seria fonte de renda para a Coroa. A mesma Companhia ainda desempenharia outras funções, como a manutenção financeira do Estado da Índia, o comércio de produtos orientais no norte da Europa e do rearranjo de algumas instituições como a Casa da Índia e o Juiz da Índia e da Mina⁶⁷. Para a América Portuguesa, deveria haver uma melhora na fiscalização, na produção (trabalho) e no comércio, pensando os aspectos múltiplos como diversificação de produtos, incremento da mão de obra livre estrangeira e restrição de acesso à região das minas. Por fim, seria necessário encarar o problema do quinto, e havia muitas questões para ser observadas para solução deste, entre elas a corrupção entre os funcionários da Coroa e subtração do material apresentado para registro. Nesse quesito, D. Luís da Cunha foi hesitante na expressão de uma solução, visto que tal medida poderia acarretar maior arrecadação à Fazenda Real, mas também poderia estimular maior sonegação/contrabando e ainda trazer consigo chances de uma revolta⁶⁸.

A saída para tal situação estava, de acordo com D. Luís da Cunha, num modelo de interdependência econômica entre as partes do Império, pois o problema maior por trás de todos os já apresentados era a manutenção do Reino, mas garantindo a existência do Império. D. Luís vai mais longe e escreve que “para poder conservar Portugal, necessita totalmente das riquezas do Brasil

⁶⁷ *Ibidem*, p. 320-326.

⁶⁸ CUNHA, Luís da. *Instruções políticas...* Op. Cit., p. 345-346.

e de nenhuma maneira das de Portugal, que não tem, para sustentar o Brasil”⁶⁹. Ora, isto demonstrava ciência do principal problema e sua relação com a cobrança do quinto, como um Reino pequeno poderia dominar e administrar (explorar) territórios tão vastos e tão mais “ricos” sem ter a força necessária para se impor. A dependência recíproca entre as partes, seria a solução ideal e garantiria toda a coesão e funcionamento do conjunto, mas para que o objetivo fosse alcançado era necessário desenvolver o Reino. Para Nelson Cantarino esse projeto, que traduzia outras vozes no Governo do Reino, marcava o início de um momento reformista na administração de Portugal⁷⁰.

Nesse ambiente de pensar a modernização da administração do Reino, que se alongou de finais do século XVII até a metade de XVIII, iniciou-se em 1750 o reinado de D. José I tendo por expoente o Marques de Pombal, primeiro como secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1755) e posteriormente como secretário dos Negócios Interiores do Reino (1756-1777). Sua particularidade mais marcante, a de reformista, foi acentuada após o terremoto de Lisboa, em 1755. A reconstrução da capital foi marcada pelas inovações, mas adequadas às necessidades portuguesas⁷¹. A principal marca do reinado seria a modernização da administração pública de Portugal, que levou à uma série de reformas que centralizaram o controle do Estado⁷².

⁶⁹ *Ibidem*, p.371.

⁷⁰ CANTARINO, Nelson Mendes. *Op. Cit.*, p. 131. VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento Econômico Português na crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2017, p.74. NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.* p.221

⁷¹ MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p. 36-38.

⁷² *Ibidem*, p. 96-97.

Do ponto de vista econômico, a meta final era o desenvolvimento do Reino. Nesse contexto, foram criadas as Companhias do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia de Pernambuco e Paraíba (1759), que mantinham o monopólio sobre o comércio e impediam a atividade de pequenos comerciantes. Essa política marcava a assistência do Estado, priorizando os centros de comércio, produção e exportação. O açúcar, que já era prioridade do Estado, recebeu diversos estímulos. Nesse período, foram criados 123 novos engenhos em Pernambuco, que fomentou o aumento do comércio de escravos⁷³. No Reino, também foi criada a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, que como no Brasil, priorizava a proteção de grandes proprietários na região⁷⁴.

No âmbito das finanças, houve a criação do Erário Régio (1761), que centralizava as rendas da coroa. Essa centralidade dos registros permitiu maior eficácia no controle fiscal e na administração do Estado⁷⁵. Destaque-se, ainda, a mudança das técnicas de contabilidade, que melhorou o controle das finanças do Reino, e as Balanças de Comércio do Reino de Portugal⁷⁶. As Balanças

⁷³ *Ibidem*, p. 98. FERLINI, Vera. *Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003, pp. 91-92. DIAS, Thiago Alves. *Monopólio Indireto: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2017. RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: HUCITEC, 1976. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

⁷⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, p. 61-64

⁷⁵ MONT SERRATH, Pablo O. *O Império Português no Atlântico. Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2013, pp. 246-288. MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, p.98.

⁷⁶ TAMMONE, Natalia. *Op. Cit.*

compõem corpo documental que detalham as atividades comerciais entre Portugal, suas colônias e demais países⁷⁷.

No rol de mudanças, outras áreas foram tratadas, para atender a reformulação/criação das instituições, como, por exemplo, a melhora na qualificação da mão de obra empregada pelo Estado. Nessa vertente, a educação e formação também foram objetos de reforma. No período compreendido entre 1760-1770, foram diversas as ações na direção da secularização do Estado. Em 1760, por ocasião do casamento de D. Maria e D. Pedro, houve altercação com o Papado e, o núncio papal foi expulso de Lisboa e os residentes portugueses expulsos de Roma. Em 1769, a Inquisição tornou-se secular, passando para a autoridade do Estado⁷⁸ e aproveitando o mesmo movimento, os bens confiscados pela Inquisição passaram para o Tesouro Nacional⁷⁹. Além da secularização da educação, aumentou-se o número de escolas, e foram criadas novas instituições para atender à demanda crescente do Estado.

Sob influência da recém-criada Junta do Comércio (1759), que deveria organizar a atividade produtiva e comercial do Reino⁸⁰, a Aula do Comércio foi criada em 1759 e objetivava o ensino de contabilidade que não só atendia à

⁷⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 62.

⁷⁸ TAYLOR, Charles. *A era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2012, p. 109-112; VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p. 77.

⁷⁹ MAXWELL, Kenneth, *Op. Cit.*, p. 98-99.

⁸⁰ CARDOSO, José Luís. “Uma ‘Notícia’ Esquecida: O Ensino da Economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia*, v. 5, n. 1, p. 87-101, out- dez, 1984.

formação voltada ao Estado, mas também habilitava os filhos de negociantes a exercerem suas atividades comerciais⁸¹.

O Colégio Real dos Nobres, criado em 1761, com a finalidade de formar a alta burocracia da administração pública, distinguiu-se, pois, além de ser voltado aos filhos da nobreza, tinha introduzido disciplinas como matemática e física, complementando as humanidades, transformando-se num preparatório para o ingresso na Universidade de Coimbra⁸².

Assunto importante na reforma da educação, a Universidade de Coimbra também sofreu intervenções. Foi criada uma Junta de Providência, em 1771, que era uma comissão que deveria redigir um relatório sobre o estado da Universidade, especificando seus problemas e apontando as soluções⁸³. No *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* foram apontados os principais problemas de ensino da instituição, e o ponto crucial que perpassava todo o documento assentava na crítica à metodologia escolástica, entre os quais destacaram-se: a prevalência da filosofia peripatética, a falta de disciplinas auxiliares, a fragmentação do conhecimento, a ausência de ecletismo e a desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias⁸⁴. As soluções dos problemas estavam reunidas nos *Estatutos da Universidade de Coimbra* de

⁸¹ FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, p. 438- 440.

⁸² Cf. CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

⁸³ BRAGA, Theofilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, v.3; Universidade Coimbra (org.) *História da Universidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, Vol. I e II; CRISTINA, Ana. *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

⁸⁴ CARVALHO, Flávio de. *Op. Cit.*, p. 44-62.

1772, e poderiam ser divididas em dois grupos de ações: as administrativas e as pedagógico-metodológicas⁸⁵. As administrativas se referiam às questões administrativas como matrícula, idade mínima, duração dos cursos e afins. Já as pedagógico-metodológicas eram responsáveis pela inserção de uma concepção de ciência inovadora. Foram reformuladas as áreas de Teologia, Jurisprudência civil e canônica e Medicina, criada a Faculdade de Filosofia e de Matemática, e atualizados equipamentos práticos para melhorar a aprendizagem como: hospital universitário, gabinete de física e laboratório químico, observatório astronômico, museu de história natural, jardim botânico e afins. Essa importância das instâncias práticas dos cursos, demonstrava também a importância que a pesquisa dos recursos do Império assumia. Tais mudanças na Universidade não só atendiam a necessidade do Estado português em capacitar a burocracia, mas também promovia alterações na sociedade⁸⁶.

Foi o conjunto de reformas feitas durante a administração de Pombal que permitiu a continuidade da elite dominante como tal. A Ilustração fora usada como ferramenta modernizadora e também elemento de perpetuidade⁸⁷, os valores eram iluministas, mas não deveriam subverter o “edifício social”⁸⁸. Embora a censura da Inquisição tivesse caído, o Estado por meio da Real Mesa Censória garantia seu empreendimento, ou seja, ainda que uma abertura às ideias europeias era impulsionada, permitindo desenvolvimento econômico e equiparação às demais nações, não poderia haver práticas de contestação às

⁸⁵ *Ibidem*, p. 63.

⁸⁶ MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal... Op. Cit.*, p. 119-128.

⁸⁷ VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p 81.

⁸⁸ FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina... Op. Cit.*, p. 489.

estruturas de poder, que Bruno Vilagra definiu: “Tratava-se da razão aplicada ao aumento do poder central, instrumentalizando todos os campos da sociedade para tal fim, de maneira que a razão justificasse não apenas as reformulações implementadas mas, também, ratificasse a manutenção do *status quo*”⁸⁹.

E essa situação colocou Portugal diante de um dilema no final do século XVIII. Sua relação com o Brasil apresentava problemas peculiares, pois a medida que a dependência de Portugal com sua principal colônia aumentava, tanto no plano político (internacional) como no plano econômico (exploração para seu desenvolvimento), a superação se tornava mais difícil e só poderia vir a partir da integração. Porém como proceder uma integração que avançasse nas reformas, mas não se tornasse revolucionária⁹⁰.

Esse influxo ilustrado não cessou em 1777, pois o desdobramento das ideias ditas pombalinas exigiu esforço em relacionar a produção intelectual mais avançada na Europa, a ilustração, com o movimento reformista português⁹¹. Esse movimento de equilíbrio, tendo de um lado as reformas pombalinas e de outro, as ideias ilustradas, expunha cada vez mais dois aspectos conflitantes, o absolutismo e o sistema colonial⁹². No que tange às ideias econômicas, a Academia de Ciências de Lisboa foi representante dessa abertura de Portugal⁹³.

⁸⁹ VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p. 82.

⁹⁰ NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, 301.

⁹¹ *Ibidem*, p. 224-225.

⁹² *De um lado, o esforço de recuperação econômica empreendido pelo Marquês de Pombal começava a dar seus frutos [referindo-se ao incremento geral da economia do país]: doutro lado, com a independência dos Estados Unidos e a abertura da era das revoluções, os mecanismos de crise geral do sistema começavam a vir à tona.* NOVAIS, Fernando. *Op. Cit.*, p. 224.

⁹³ Veja-se a respeito, VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*

1.3. Análises e diagnósticos

Para entender a situação econômica e política de Portugal no final do século XVIII, e a importância que o mercado colonial assumiu nesse período, basta olhar o tamanho do debate que se empreende para afirmar e rebater teorias. E do ponto de vista prático, independente do autor, fica inegável a importância da colônia Brasil para Portugal, com maior ou menor peso e influência no desenvolvimento do Reino.

Considerando as dificuldades econômicas, Vitorino Magalhães Godinho visualiza o período dentro de um movimento de retração do capitalismo global, marcado pela diminuição dos preços⁹⁴ que foi responsável por uma depressão que trouxe um novo arranque de industrialização⁹⁵. Para Godinho, estes movimentos seriam ciclos de depressão e crescimento no desenvolvimento de Portugal, e as crises comerciais seriam frequentemente acompanhadas por políticas de incentivo à industrialização, relativizadas com a análise dos preços, que poderiam revelar se houvera a fixação de tal industrialização⁹⁶. Reforçando a ideia de ciclos, recuperou a ideia da crise geral do XVII e o movimento industrialista em Portugal focado na política do Conde de Ericeira e acabou por inserir numa mesma conjuntura a crise do XVIII⁹⁷.

Em contrapartida, rebatendo esta ideia, Arruda afirmou que as crises do XVII e do XVIII em Portugal foram diferentes. A política reformista de Pombal foi

⁹⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix e Monnaies au Portugal (1750-1850)*. Paris: Librarie Armand Colin, 1955. pp. 279-286.

⁹⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Ed. Arcadia, S.d. p. 118.

⁹⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix e Monnaies au... Op. Cit.*, p. 208.

⁹⁷ GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na ... Op. Cit.* p. 118.

mantida mesmo após o início do reinado de D. Maria, permanecendo a indústria, a agricultura e o comércio como elementos centrais na ação da administração, o que demonstrou coerência e coesão na política pública⁹⁸. A partir da análise da agricultura, o que se verificou foi a “diversificação agrícola do espaço econômico colonial”, principalmente no que tange a relação imbricada metrópole-colônia, significando maior quantidade de alimentos para população reinol e matérias primas para fomentar a crescente indústria, o que criou uma “simbiose entre os dois espaços econômicos”⁹⁹.

De outro modo, o forte papel da industrialização e do desenvolvimento mercantil da Inglaterra foi apontado como principal fator para a derrocada (ou crise) econômica de Portugal no final do XVIII e início do XIX, por Borges de Macedo, frente aos costumeiros Tratados com a Inglaterra, guerra peninsular, população, capital e afins¹⁰⁰, embora o autor chegue a atenuar a abertura dos portos e até mesmo a importância da indústria portuguesa. Como contrapartida a tal exposição, José Jobson de Andrade Arruda afirmou que cerca de 60% da renda portuguesa da reexportação provinha do comércio de importação do Brasil. A partir de 1788 a balança de comércio tendeu ao equilíbrio, o que chamou a atenção do enviado da Inglaterra em Lisboa, que relatou a inversão na balança¹⁰¹ e a preocupação com os envios de somas para quitar o saldo

⁹⁸ ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, junho/agosto 2000, p. 69.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 69.

¹⁰⁰ MACEDO, Jorge. *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1963, pp. 235-237.

¹⁰¹ MAXWELL, Kenneth. “The Atlantic in the Eighteenth Century: a Southern Perspective on the Need to Return to the ‘Big Picture’”. In: *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, vol. 3. London, 1993, p. 229.

desta, apontando como solução a transferência da corte e o comércio direto com o Brasil¹⁰². No contexto das invasões e da expansão napoleônica na Europa, firmou-se a ideia de transferência da Corte para o Brasil afim de que se pudesse garantir, ampliar e consolidar o domínio inglês na América do Sul¹⁰³.

Cabe destacar que o contador José Mauricio Teixeira de Moraes fez introduções nas balanças, que podem ser tratadas como reflexões do ponto de vista da política econômica, demonstrando pleno conhecimento dos assuntos difundidos de economia política. Valentim Alexandre analisou de maneira detalhada as Balanças de Comércio, mas não conseguiu rebater a tese levantada por Arruda, de que Portugal passava por mudanças estruturais e conjunturais que causaram a “diversificação da produção” no Brasil, a “euforia efetiva” e, portanto, uma “readequação da economia colonial à economia mundo”¹⁰⁴.

Para entendermos a política na qual o Brasil se inseria nessa época, precisamos recuar um pouco. O início do reinado de D. Maria foi marcado pela continuidade das políticas pombalinas, afinal, o Iluminismo em Portugal foi um conjunto de práticas impostas pela elite com objetivo de suplantar a diferença econômica de Portugal frente o restante da Europa, porém mantendo seu lugar

¹⁰² NEVES, José Acúrcio das. *Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus Diferentes Ramos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1820, pp. 3, 10, 13

¹⁰³ MAXWELL, Kenneth. *The Atlantic in the Eighteenth Century...* *Op. Cit.*, p. 230.

¹⁰⁴ ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial... *Op. Cit.*, p. 677 e 678. MADUREIRA, Nuno Luis. *Mercado e Privilégio A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp.334-340; Sobre o debate Cf. LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (I)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 92-102; ALEXANDRE, Valentim. “Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.3, 1989, pp. 103-110; LAINS, Pedro. “Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 151-163; ALEXANDRE, Valentim. “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas”. In: *Revista Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.5, 1991, pp. 165-178.

de primazia¹⁰⁵.

Ainda inserido nesse contexto de Iluminismo, Portugal manteve um programa com diversas reformas, e uma de suas principais áreas era a do conhecimento (científico, econômico, social etc). Um dos caracteres mais marcantes dessas mudanças era a capacidade de adaptação dessas novas ideias à realidade portuguesa. Em 1780, foi fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa, com o intuito de cumprir a meta apontada anteriormente, e equilibrar Portugal com as principais potências econômicas da Europa, assim como suas análogas na Europa “...estabelece em Lisboa, à imitação de toas as nações cultas, esta Academia das Ciencias”¹⁰⁶. Essa fundação também demonstrava, que ao final do século XVIII, a circulação de ideias da Europa em Portugal aconteceu de maneira organizada e que a sociedade portuguesa tinha pleno conhecimento e interpretação dos debates que transcorriam no ambiente europeu.

Pode-se começar a avaliação da importância da Academia de Ciência pelo seu Plano de Estatutos em que se destaca no primeiro item o intuito de “adiantamento da instrução nacional, perfeição das ciências e das artes e aumento da indústria popular”¹⁰⁷, ou seja, o desenvolvimento de conhecimento para melhoramento da nação. Este tipo de empreitada harmonizava-se ao pensamento de época, pois a Junta de Providência responsável pela reforma da Universidade de Coimbra também em seu compêndio trazia a importância do

¹⁰⁵ VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, 2017, p. 81

¹⁰⁶ *Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com o beneplácito de sua Majestade*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780, item 1.

¹⁰⁷ *Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com o beneplácito de sua Majestade*. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780, item 1.

conhecimento prático em detrimento da simples erudição¹⁰⁸.

O conjunto dos 75 textos ganhadores foram recolhidos nos volumes das *Memórias Económicas das Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*, que foram publicados em 1789, 1791, 1812 e 1815 e apontavam possíveis soluções para os problemas que Portugal enfrentava no final do XVIII¹⁰⁹. Nos anos 1990, foram reeditados sob coordenação de José Luís Cardoso e publicados pelo Banco de Portugal na Coleção de *Obras Clássicas do Pensamento Económico Português* o que demonstra sua atualidade temática.

A questão do “atraso” português, tema recorrente na historiografia contemporânea sobre Portugal, já era apontada nas *Memórias*, pois os autores partiam das deficiências de Portugal frente às demais nações e apontavam as suas soluções. Em 1963, Jorge Borges de Macedo demonstrou em seu *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII* o quadro de atraso e decadência no final do XVIII em Portugal. De outra forma, Magalhães Godinho apontou, em 1977, que os problemas econômicos de Portugal persistiram até meados de 1830, quando finalmente houve uma alteração na produção agrícola, muito embora, a “*Academia das Ciências*” tenha se empenhado em seus estudos de inovação¹¹⁰.

¹⁰⁸ CARVALHO, Joaquim. “O ideal moderno de Ciência”. In: _____. *Obras Completas de Joaquim de Carvalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, v. 5 (História e Crítica Literárias. História da Ciência. 1925-1975), p. 299.

¹⁰⁹ Cf. VILAGRA, Bruno. Op. Cit., pp. 83-97. CASTRO, Armando. *O Pensamento Económico no Portugal Moderno*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. 1980. CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

¹¹⁰ Cf. MACEDO, Jorge Borges. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação industrial Portuguesa, 1963; GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa: Arcádia, 1977.

Numa historiografia mais recente, Jorge Pedreira considerando a prosperidade mercantil vivenciada por Portugal ao final do século XVIII, defende que, se podia vislumbrar nos escritos econômicos uma certa aura liberal, porque as práticas (protecionistas protagonistas durante o período pombalino tornavam-se inúteis sob a visão de alguns dos memorialistas naquele momento. Concluiu porém, que essa aura não significava opção irrestrita ao Liberalismo. Ainda nessa linha, José Luís Cardoso considera que os memorialistas não eram favoráveis à ideia de abertura da economia portuguesa, recobrando para o Estado a função de conduzir e beneficiar a atividade econômica¹¹¹. Ponderou, ainda, que embora a agricultura fosse o eixo temático com maior destaque, não significava uma adesão à fisiocracia. Poderíamos considerar algumas dessas *Memórias* como proposta de ações para políticas de Estado.

Na contraparte brasileira, Fernando Novais avaliou a Academia das Ciências¹¹² como centro de assimilação dos influxos da Ilustração europeia, pontuando que tanto no governo de D. Maria I como na regência que se segue com D. João a viragem que se deu, foi na verdade “uma maior integração nas linhas do reformismo ilustrado” ¹¹³. Caberia a Academia, como uma corporação literária, propagar as Luzes, através de seus estudos (memórias) em contrapartida aos ministros do Reino que deveriam “dar providências, remover

¹¹¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. “Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português”. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988; CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico ... Op. Cit.*, p. 40-45

¹¹² Sobre o papel de outras Academias e a utilização do saber científico em áreas coloniais, conferir KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos. Historiografia académica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo-Salvador: Editora Hucitec/Centro de Estudos Baianos, 2004.

¹¹³ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil... Op. Cit.*, p.224

obstáculos, extirpar abusos”¹¹⁴. Já para Bruno Vilagra, a Academia (espaço e memórias) significa uma reflexão detalhada sobre as possibilidades de melhoria da situação econômica, mas não se contrapõe ao mercantilismo, pois “não avançam na sistematização de um ideário econômico”¹¹⁵. No entanto, acreditamos que deveria ser reforçada a ideia apontada por Novais de que as *Memórias* apresentaram sinais da crise do Antigo Sistema Colonial.

Dentro da Academia e do ponto de vista da prática, a agricultura assumiu um papel prioritário frente às artes e manufaturas, para isso basta analisar o número de memórias produzidas que trataram cada grande tema. Em seu funcionamento, a Academia promovia concursos sobre assuntos pertinentes aos seus interesses (objetivos). Entre os autores destacamos, Domingos Vandelli, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho e Rodrigo de Souza Coutinho. Domingos Vandelli, foi um dos responsáveis pela criação do Jardim Botânico de Coimbra, era professor da Universidade de Coimbra responsável pela área de Botânica, foi o autor com maior número de publicações nas *Memórias Económicas*, e em 1788, foi deputado da Real Junta do Comércio¹¹⁶.

A leitura das *Memórias* aponta a preocupação com a produção, especialmente do Reino, apontando, em alguns casos, como as matérias primas do restante do Império podiam ajudar no desenvolvimento do Reino. É o caso da *Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras*

¹¹⁴ SERRA, José Correia da. *Discurso preliminar. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*.

¹¹⁵ VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p. 87.

¹¹⁶ Para maiores informações Cf. VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*

*matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas*¹¹⁷, escrita por Domingos Vandelli, na qual são descritas algumas das produções nos diferentes espaços do Império, visando novos cultivos ou melhoras na produção a fim de que o Reino fosse atendido. A primazia da agricultura, ainda reapareceu em outra Memória escrita por Vandelli na qual relativizou o papel da manufatura frente à agricultura. Na *Memória Sobre a Preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas*¹¹⁸.

Deve ser feita menção a José de Abreu Bacellar-Chichorro, que em 1795 teve sua “*Memória Económico-Política da Província de Extremadura*” que nessa memória descreveu a situação da povoação, agricultura e fábricas etc da região¹¹⁹.

Outro autor que devemos atentar é José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, nascido em 8 de setembro de 1742 na vila de São Salvador dos Campos de Goitacases, cuja família estava ligada à produção de cana. Em 1775, partiu para Coimbra, onde se formou em Direito Canônico¹²⁰. Escreveu uma série de ensaios: “*Memórias sobre o Preço do Açúcar*” em 1791, “*Ensaio Económico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias*” em 1794, “*Discurso*

¹¹⁷ VANDELLI, Domingos. “Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas”. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990, pp. 169-178.

¹¹⁸ VANDELLI, Domingos. “Memória Sobre a Preferência que em Portugal se deve dar à Agricultura sobre as Fabricas”. In: *Ibidem.*, pp. 185-193.

¹¹⁹ Cf. VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p. 91-94. Deve ser feita menção a José de Abreu Bacellar-Chichorro, que em 1795 teve sua “*Memória Económico-Política da Província de Extremadura*” que nessa memória descreveu a situação da povoação, agricultura e fábricas etc da região. CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. *A Memória Económico-Política da Província de Extremadura*. 1795. AMZALAK, Moses Bensabat (org.). Lisboa: S/E, 1943.

¹²⁰ CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem... Op. Cit.*, p. 38-39.

sobre o estado atual das Minas do Brasil em 1804 e *“Análise sobre a Justiça do comércio do resgate dos Escravos da Costa da África”* em 1807.

Esse conjunto de obras está relacionado diretamente a dois conceitos de um fiel vassalo da monarquia: justiça e virtude¹²¹. Azeredo Coutinho, citará inclusive nominalmente em seus escritos:

“quanto seria diferente o destino de um Império fundado na justiça, e na virtude! A agricultura, as artes, as ciências, o comercio, animados à sombra da paz, apartariam do meio dele a ociosidade, a ignorância e a miséria. O soberano do Estado protegeria as diferentes ordens, e seria adorado. Ele teria conhecido que alguns dos membros da sociedade não poderia perder, sem que também perdesse o corpo inteiro; e que era necessário ocupar-se da felicidade de todos. A imparcial equidade presidiria à observância dos Tratados que ela tivesse ditado; à estabilidade das Leis que ela teria simplificado; à repartição dos impostos que ela tivesse proporcionado aos encargos público: tudo seria equilibrado. Todas as potencias que tivessem relações com um tal Império, como interessadas na conservação dele, ao menor perigo que o ameaçasse, se armariam em sua defesa; mas, ainda na falta de socorros estrangeiros, ele por si só poderia opor ao agressor injusto a barreira impenetrável de um povo rico e numeroso, para o qual a palavra Pátria não seria um nome vão: quanto um Império mais se aproximar deste ponto central da justiça e da virtude, tanto ele será

¹²¹ *Ibidem*, p. 132.

mais firme e mais amado: quanto mais se afastar dele, tanto será mais cruel, mais tirano, e menos seguro.”¹²²

O excerto acima delimita o pensamento de Azeredo Coutinho com relação ao Império. A situação de equilíbrio de Portugal entre as demais nações europeias perpassava o texto também. O desenvolvimento econômico do Estado acabaria, por consequência, com as divisões internas, não suspendendo os estamentos sociais, mas tornando claro o papel que cada um representa dentro da sociedade e sua importância para o melhor desenvolvimento do Reino. Esse desenvolvimento, também traria equilíbrio no campo político interno, garantindo apoio ao “Soberano”, e externo, pois permitiria a equidade dos Tratados para Portugal. No campo militar, também traria benefícios, pois as relações comerciais fortes entre as nações garantiria o interesse na manutenção dos Tratados e dos ganhos econômicos, além do próprio povo que seria imbuído de um sentimento patriótico caso fosse necessária a defesa do território.

Muito de seu pensamento ainda estava diretamente ligado à ideia de mercantilismo da primeira metade do século XVIII “tudo quanto uma nação ganha de uma parte, diminui a potência real ou relativa das suas rivais; e, reciprocamente, se aumenta tudo quanto elas perdem”¹²³, mas já trazia também uma ideia diferente para o melhor aproveitamento ou readequação destas riquezas das colônias. Estavam na mira dos seus escritos: a atuação dos

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: COUTINHO, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Memória sobre o preço do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1946. (Série História), p. 60.

¹²³ Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo princepe do Brazil noso senhor e publicado de ordem da Academia Real das Sciencias / pelo seu socio Joze Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Lisboa: na Oficina da mesma Academia, 1794, p. 81.

agentes privados pois sua liberdade constituiria mecanismo para prosperidade do povo; a extração e o uso das madeiras brasileiras; políticas de inserção dos indígenas como mão de obra na colônia; a questão mineração (prejudicial para agricultura) e a questão da desvalorização da moeda. O autor desenvolveu ideias que tentavam alcançar o difícil equilíbrio entre o pensamento do Iluminismo e a crise do Absolutismo e do sistema colonial¹²⁴.

O complexo contexto de mudanças na hegemonia europeia, as transformações coloniais e a nova dinâmica de mercado, com a Revolução Industrial, gerou reflexões em escritores luso brasileiros. Em 1794, foi editada a obra *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias* cujo autor era o bispo Azeredo Coutinho¹²⁵. Esta obra foi editada mais duas vezes nos anos de 1816 e 1828,¹²⁶ e divide-se em três partes”. Na primeira parte, intitulada “*Dos interesses que Portugal pode tirar das suas colônias do Brasil*”. subdividida em 9 capítulos, o autor discorreu sobre temas como o que se produz no Brasil, a necessidade do supérfluo, a questão da navegação, a mão de obra e o emprego desta, a situação dos índios e a situação das madeiras do Brasil. Nesta primeira parte, o comércio compõe pano de fundo mas a preocupação do bispo foi de expor a situação, demonstrando quais matérias poderiam e deveriam ser exploradas da colônia Brasil, e quais condições eram necessárias para assumir tal empreitada.

¹²⁴ NOVAIS, FERNANDO. *Portugal e Brasil... Op. Cit.*, p. 230-231

¹²⁵ Cf CANTARINO, Nelson. *Op. Cit.*

¹²⁶ Em 1792, D. João foi nomeado Príncipe Regente. Em 1816, falecimento da Rainha, com posterior aclamação do Rei em 1818, e em 1828, no contexto pós reconhecimento da independência do Brasil.

Sobre o papel do comércio e a importância que este adquire como elo entre as demais atividades, Azeredo Coutinho ressaltou que “A abundância e o supérfluo que sobeja do necessário de uma nação, é que forma o objeto do seu comércio. A agricultura e a indústria são a essência: a sua união é tal que, se uma excede a outra, ambas se vêm a destruir por si mesmas. Sem a indústria, os frutos da terra não terão valor; e se a agricultura é desprezada, acabam-se as fontes da indústria e do comércio deste mar imenso que anima e sustenta milhões e milhões de braços no meio da abundância, sem a qual tudo cai na languidez, no ócio, no vício, e na miséria”¹²⁷.

Em relação à importância do transporte e o peso que a navegação assumia como o correspondente físico do comércio, apontou que “A Política distingue três objetos diferentes na navegação: I. A ocupação que ela dá às gentes do mar que fazem o trabalho dela. II. A construção dos navios, que é necessário considerar como uma fábrica. III. A utilidade que ela procura ao comércio pelo transporte das produções e das manufaturas; transporte que, além da comodidade que êle dá ao comércio, é ainda lucrativo para o povo que o faz. Êstes três objetos merecem ser mais claramente desenvolvidos”¹²⁸. Nesse trecho o autor expõe de maneira resumida, a importância e as ligações entre os diversos ramos de atividades de uma nação interna e externamente. Buscando os elementos explicativos, elencou atividades que estimulavam o comércio e ajudavam no melhoramento umas das outras, como a pesca, que

¹²⁷ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 80

¹²⁸ *Ibidem*. p. 81.

auxiliaria na manutenção e crescimento da marinha, e no treinamento e uso de mão de obra indígena. Para Azeredo Coutinho era fundamental, ainda, uma marinha respeitável para manter o equilíbrio no jogo de forças da diplomacia: “É da política das nações da Europa, principalmente das mais poderosas em marinha, vigiar que alguma outra se não faça maior; e até mesmo se arrogam o direito de impedir que se faça grande. Isto é, na verdade, um embaraço muito prejudicial à marinha de uma nação menos poderosa e que a põe muitas vezes na quase dependência da sua rival”¹²⁹. Diferentemente de um exército, que bastava ter gente e dinheiro para formá-lo, a marinha demandava tempo e poderia atrair a desconfiança das demais nações. Para dirimir qualquer suspeita sobre desenvolvimento de tal força, Portugal poderia justificar sua marinha, devido à grande extensão costa do Brasil e à navegação pelas três partes do mundo.

Para viabilizar o fortalecimento da Marinha, cita o exemplo da Escandinávia e dos Países Baixos, nações do Norte, recomendando liberar o comércio das madeiras de construção no Brasil para os nacionais, com a proibição do comércio para o estrangeiro e a extinção dos direitos das madeiras na entrada do Reino: “Um dos maiores ramos de comércio das nações do Norte é o comércio livre das suas madeiras; e muitos pais deixam a seus filhos ricas heranças que só consistem em armazéns de madeiras”¹³⁰(...) “Nenhuma das nações do Norte tem tantas madeiras, tão boas e de tanta duração, como tem

¹²⁹ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas colônias. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 122.

¹³⁰ *Ibidem.*, p.126.

Portugal no Brasil (...) “As marinhas de guerra e de comércio de um Estado são tão ligadas entre si, que a extinção de uma traz consigo a destruição da outra;”¹³¹. A manutenção de ambas as marinhas era fundamental, pois o Estado poderia precisar da marinha mercante em tempos de guerra e esta deveria estar aptas à defesa da nação.

Tratando, ainda, da extinção dos direitos de entrada no Reino, Azeredo discutiu, que tal medida não significaria uma perda para o Erário Régio, pois que a economia de um reino é diferente da privada “1) O dinheiro que sai da bolsa de um particular sai para sempre; o que sai dos cofres do Estado entra todo no Estado; e é muito raro que este dinheiro passe por alguma mão sem que deixe algum proveito. 2) Os meios de que se vale um particular são sempre limitados; os de um Estado bem governado não têm limites. 3) A maior parte das despesas de um particular tendem a se procurar mais comodidades e mais prazeres. Todas as despesas públicas, pelo contrário, tendem ou à conservação imediata do Estado, ou a aumentar a sua prosperidade, as suas forças e a sua opulência. É necessário, enfim, semear para colher”¹³². Azeredo explicitava sua opinião com relação a qualidade das madeiras do Brasil e expunha que a entrada de madeiras de outras nações levaria prejuízo ao Erário duplamente “um pela ruína do gênero da nação, outro pelo dinheiro que nos leva o estrangeiro a troco do seu gênero” e concluía neste período que por questões econômicas e pela melhor qualidade da madeira do Brasil era “necessário extinguir os direitos das entradas das madeiras do Brasil” em Portugal.

¹³¹ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit., p.132.

¹³² *Ibidem*, p. 134.

O comércio português no mundo e com a Europa, o desequilíbrio necessário entre metrópole e colônia e a dependência surgida entre estas a partir da relação econômica/comercial, ocupa grande parte da obra, especialmente a segunda parte “*Sobre os interesses que Portugal pode tirar das suas colônias nas três partes do mundo*”.

Nesse ponto, discorreu longamente sobre o Império Português e sua extensão territorial no mundo, ressaltando que a posição geográfica de Portugal facilitava ter o comércio mais vantajoso das nações da Europa¹³³. Discutiu a posição das colônias portuguesas e fez comparações com outras nações e suas respectivas colônias, para corroborar sua tese, inclusive pontuando sobre as posições das ilhas, tipos de produção, capacidade de abastecimento para armação de navios etc. Destacou a posição do Brasil no conjunto de colônias: “o Brasil é não somente o mais rico, mas também aquele que merece mais cuidado e mais atenção”¹³⁴, e depois expôs a posição geográfica também privilegiada do Brasil no Atlântico Sul.

Fez defesa enfática de uma política comercial de concorrência, apontando a relação do preço de um determinado gênero com a proporção de sua produção, que mesmo que o preço caísse, não traria prejuízo para o Erário. O excedente proporcionaria melhor divisão interna, e embora causasse um desequilíbrio momentaneamente, pois como estes gêneros eram de primeira necessidade, logo a indústria também produziria mais a preços mais baixos e por conseguinte os produtos manufaturados também teriam seus preços revistos

¹³³ Cf. Parágrafo XXV, Capítulo I da Parte II in COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit., p. 150.

¹³⁴ *Ibidem*, p. 138.

para baixo, e tal excedente ainda poderia ser vendido para o restante da Europa. Como exemplo citou: “Que mal seria para a Metrópole que as colônias, por exemplo, cultivassem tanto trigo que fizessem decair o comércio dos mouros e de alguns outros que nos vêm vender este gênero e sacar o nosso dinheiro?”¹³⁵.

Azeredo continuou expondo seu raciocínio, relacionando a questão da produção excedente com o controle do mercado, afinal o Estado não seria capaz de consumir toda a produção, mas não restaria prejuízo, pois os gêneros das colônias eram de primeira necessidade e poderiam ser exportados: “A arte do negociante consiste em se fazer senhor deste ou daquele ramo de comércio, para o que é necessário dá-lo a tão bom mercado, que nenhum outro (**negociante**) possa entrar com ele em concorrência”¹³⁶.

Nesse mesmo sentido, chamava a atenção para a relação de interdependência entre metrópole e colônia. A metrópole poderia ser devedora da colônia, posto que seus ganhos seriam realizados nas revendas dos produtos aos estrangeiros, pois além dos preços serem maiores, a metrópole ganharia no transporte (frete e mão de obra), na marinha e no seu comércio.

É esse o sentido da frase que se tornou célebre “A Metrópole, por isso que é mãe, deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa das suas vidas e dos seus bens, mantendo-se em uma sossegada posse e fruição dessas mesmas vidas e desses bens”¹³⁷, o que significava manter as relações metrópole e colônia com benefícios mútuos,

¹³⁵ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit. p. 153.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 153 (grifo nosso).

¹³⁷ *Ibidem*, p. 154.

garantindo assim a ligação entre ambas as partes. Azeredo Coutinho não questionava o exclusivo colonial e até o colocava como condição para existência dessa dependência “as colônias também, da sua parte, sofram: 1) que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, **excluída toda e qualquer outra nação**, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; 2) que não possam as colônias ter fábricas, principalmente de algodão, linho, lã e seda, e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas e da indústria da Metrópole”¹³⁸. Assim, a Metrópole ser devedora da colônia não só garantia os interesses de ambas as partes como garantia a dominação afinal “quem mais tem que perder, mais teme; quem mais teme, mais obedece”¹³⁹.

A indústria de luxo, a posição geográfica de Portugal e neutralidade necessária as nações marítimas foram ainda tratadas na obra. Azeredo Coutinho era contrário às fabricas de luxo, pois a rápida riqueza poderia gerar cobiça entre seus habitantes e a confusão social, já que seus habitantes poderiam querer se passar por ricos de primeira ordem, o que aumentaria os salários e desestimularia os próprios meios de produção, aumentando as chances dessa nação perder fabricas para uma nação menos rica. No caso de Portugal, a concorrência com outras nações nesse sentido seria prejudicial, pois tais nações já tinham a dianteira. O que deveria ser estimulado eram a manufaturas mais ordinárias¹⁴⁰, que empregassem mão de obra sem muita instrução, mas que

¹³⁸ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit., p. 155 (grifo nosso).

¹³⁹ *Ibidem*, p. 156.

¹⁴⁰ Itens de primeiras necessidades como “todas as que são precisas para os fardamentos das tropas, armamentos de terra e de mar, velames, corodoarias, todo o gênero de fábricas de atanados, de papel etc. Cf. COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit., p. 159.

permitiria o ingresso dessa mão de obra no mercado de consumo. defendeu que sendo Portugal um hábil negociante na Europa, poderia agir enriquecendo duplamente, pois faria o comércio das matérias primas com os fabricantes, e também o comércio dos manufaturados com os lavradores e criadores. ressalva “que o luxo muda continuamente de objeto, as modas variam com rapidez; daqui nasce que a sorte do obreiro ou do fabricante de luxo é sempre incerta”¹⁴¹.

No plano internacional, esse equilíbrio seria alcançado por uma pequena liberdade de comércio, deixando nítida sua opção por uma maior liberdade interna (metrópole) desde que não trouxesse prejuízo para o Estado¹⁴².

Ao defender que a posição geográfica de Portugal e de seu Império garantia o respeito frente às demais nações europeias, considerou que a relação com a Espanha, tinha sido resolvida por reiterados tratados, matrimônios e pelas condições limitantes para a manutenção de uma invasão. Com França e Holanda, um ataque por terra dependeria de atravessar o território espanhol e por mar teria socorro de nações amigas, e a própria esquadra portuguesa já importaria dificuldades. E com relação à Inglaterra, havia um duplo jogo de equilíbrio, pois embora fossem amigos por diversos tratados, um desarranjo entre estes dois parceiros, poderia alterar a balança de equilíbrio da Europa, dando margens à Espanha e à França para agirem. Assim, cabia a Portugal “conservar uma marinha respeitável de guerra e de comércio, renunciando a todo espírito de conquista, contentando-se com o muito que possui em todas as

¹⁴¹ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal...* Op. Cit., p. 161.

¹⁴² *Ibidem.*, p. 23.

quatro partes do mundo”¹⁴³. Azeredo Coutinho demonstrava ciência do tamanho papel de Portugal frente ao restante da Europa, e exaltava que a Monarquia se manteve fiel à sua posição, observando rigorosa neutralidade, o que permitiu sua intermediação comercial entre variadas nações beligerantes.

O terceiro autor que merece destaque marcou talvez o ápice e a decadência desse período ao final do século XVIII é D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812). Nascido em 1755 em uma família nobre ligada ao marquês de Pombal, D. Rodrigo recebeu a educação que o ex-ministro e seus colaboradores consideravam a ideal para os futuros administradores dos negócios da Coroa: uma temporada no Colégio dos Nobres e, em seguida, o ingresso em um curso da Universidade de Coimbra reformada. Completou sua formação para o serviço real seguindo em viagem para Suíça e para França, países onde manteve contato com obras e autores ilustrados. Sua estadia na Paris pré-revolucionária é de importância vital para sua atuação política futura, pois ali pode vivenciar a incapacidade do programa de Jacques Necker (1732-1804) de conter a crise da monarquia francesa¹⁴⁴.

D. Rodrigo ao assumir a Secretária de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos em 1796 deparou-se com dois impasses, um de cunho econômico e outro político. Precisava manter a soberania sobre os territórios da América e conter os ânimos quanto aos questionamentos dos interesses das elites e da população dos domínios no ultramar. Seu plano é detalhado na sua *Memória*

¹⁴³ COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal... *Op. Cit.*, p. 172.

¹⁴⁴ Cf. DINIZ SILVA, Andrée Mansuy. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1796*. Lisbonne – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, vol. I, pp. 39-63.

sobre o melhoramento dos domínios de sua majestade na América, de cerca de 1798.

A *Memória* baseia-se em dois princípios básicos: unidade política e interdependência econômica. A unidade política parte do princípio de que os domínios da América, África e Ásia são províncias da monarquia, partes integrantes de um império cujo centro fica na Europa, mais precisamente em Lisboa. Para consolidar o plano na prática, era necessária uma tomada de consciência por parte dos responsáveis pela administração do território americano e das elites locais para a indissolubilidade do império enquanto unidade política de referência, baseado em interesses comuns e recíprocos da Metrópole e da América, interesses que fundariam um poderoso império¹⁴⁵.

A ideia de interdependência econômica passa pela obrigatoriedade da intervenção e do controle por parte de Lisboa de todas as transações dos domínios da Coroa, deixando de incentivar as trocas diretas entre as diferentes partes do Império. Este princípio é explicitado por D. Rodrigo:

(...) pois que enquanto a metrópole se privaria do glorioso destino de ser o entreposto comum, cada domínio ultramarino sentiria a falta das vantagens que lhe resultam de receber o melhor depósito para todos os gêneros, de que se segue a mais feliz venda no mercado geral da Europa.

É uma consequência natural deste princípio o outro secundário de que as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca

¹⁴⁵ Cf. CARDOSO, José Luís. "Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho". In: ____ (org.) *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 80-81.

vantagem ser mais ativas e mais animadas com a metrópole, de que entre si, pois que só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge¹⁴⁶

Vemos aqui a noção de que Portugal só desenvolveria suas potencialidades, articulando sua produção com as de seus diversos domínios. Estava sendo adaptado para a realidade portuguesa um dos princípios mais característicos do pensamento econômico do século XVIII: a divisão internacional do trabalho¹⁴⁷. A partir desta argumentação, a América portuguesa seria o território ideal para o desenvolvimento da mineração e da agricultura:

Não seria contrário ao sistema de províncias com que luminosamente se consideram os domínios ultramarinos, o permitir que neles se estabelecessem manufaturas, mas a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes mais proveitosa do que as artes, que devem animar-se na metrópole para segurar e estreitar o comum nexos, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens de uma extensa agricultura.

Que artes pode o Brasil desejar por muitos séculos, quando as suas minas de ouro, diamantes, etc., as suas matas e arvoredos para madeira de construção, as culturas já

¹⁴⁶ COUTINHO, Rodrigo de Souza. Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798). In: *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, Tomo II (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português), 1993., p. 49.

¹⁴⁷ CARDOSO, José Luis. *Nas Malhas do Império... Op. Cit.*, pp. 80-81.

*existentes e que muito podem aperfeiçoar-se, quais o açúcar, o cacau, o café, o índigo, o arroz, o linho-cânhamo, as carnes salgadas etc., e as novas culturas de canela, do cravo da Índia, da noz moscada, da árvore do pão, lhe prometem juntamente com a extensão da sua navegação uma renda muito superior ao que jamais poderiam esperar das manufaturas e artes, que muito mais em conta por uma política bem entendida podem tirar da metrópole? Assim útil e sabiamente se combinam os interesses do Império, e o que à primeira vista pareceria sacrifício vem, não só a ser uma recíproca vantagem, mas o que menos parecia ganhar é o que disso mesmo tira o maior proveito*¹⁴⁸.

Valentim Alexandre defende que D. Rodrigo não faz nada além do que dar uma nova maquiagem ideológica à defesa do pacto colonial em vigor desde o período pombalino¹⁴⁹. Sem sombra de dúvida. Na verdade, alguns de seus argumentos são de D. Luís da Cunha.

Essa argumentação é fortalecida se acompanharmos o esforço de Sousa Coutinho em dar continuidade e aprimorar as reformas que desde o governo do Marquês de Pombal estavam sendo encaminhadas nos domínios americanos de Sua Majestade Fidelíssima. Aspectos como a reestruturação dos sistemas de

¹⁴⁸ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. "Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798)". *Op. Cit.*, p. 53-54.

¹⁴⁹ ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Edições Afrontamento, 1993, p. 84-85.

defesa militar, da organização de tribunais e da aplicação da justiça, ou seja, aspectos que visavam o refinamento do controle e o aprimoramento da capacidade de administrar dos agentes da Coroa ainda são preocupações em Lisboa. Em sua memória, D. Rodrigo faz uma defesa contundente da organização funcional das capitanias em dois estados, divisão que remonta aos tempos da União Ibérica:

Para segurar os meios da nossa força superior é que com olhos políticos se deve estabelecer a divisão das nossas capitanias, e aí salta aos olhos a necessidade que há de formar dois grandes centros de força, um ao Norte, e outro ao Sul, debaixo dos quais se reúnam os territórios que a natureza dividiu tão providamente por grandes rios, ao ponto de fazer ver que esta concepção política é ainda mais natural que artificial.

“Os dois grandes centros são sem contradição o Pará, e o Rio de Janeiro. Todas as capitanias que do centro comunicam com o mar por meio dos grandes rios que desaguam no Amazonas, seja ao Norte, seja ao Sul do mesmo rio, e que de uma parte são os rios Negro e Branco, etc., e da outra o Madeira, o Tapajós, o Tocantins, e todas aquelas capitanias que existem sobre a direção da costa da América que se dirige de Levante a Poente, devem depender do Governador do Pará, e devem formar um centro de forças que possa resistir ao ataque dos poderosos vizinhos com que confinam os nossos estabelecimentos. Deste modo os governos de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Negro, do Pará, Maranhão, e Piauí são destinados pela

natureza a dependerem de um Vice-rei que resida no Pará, e a fazerem com ele causa comum, para defenderem toda a cadeia dos nossos estabelecimentos que desde a parte do Paraguai superior se estende até ao Amazonas, e que sustentando a preciosa e privativa navegação do mesmo rio, e cobrindo os interessantes estabelecimentos formados nos rios Negro e Branco vem depois findar com as ilhas à embocadura do Amazonas como governo do Pará, e com a rica costa do Maranhão. Da outra parte, todas as capitanias centrais que por meio dos grandes rios de S. Francisco e Doce podem comunicar com as capitanias marítimas de Pernambuco, Baía, Espírito Santo, como são Minas Gerais, e a parte interior do governo de S. Paulo, e as outras que necessariamente se devem estabelecer ao longo do Paraguai, das cabeceiras do Uruguai e Paraná até ao Ibicuí e Rio Grande, assim como as capitanias de S. Paulo na parte marítima e do Rio Grande, devem depender todas do Vice- rei do Rio de Janeiro, que servirá assim de centro de reunião e de força para defender a cadeia dos nossos estabelecimentos, que desde parte do Paraguai inferior se estende até ao fim da nossa linha divisória, junto á desembocadura do Paraguai.

Esta luminosa divisão e centralização dos nossos governos da América, não só nos porá no caso de não temermos nada dos nossos vizinhos, mas insensivelmente e por meios

*progressivos, nos chamará a ocupar o verdadeiro limite natural de nossas possessões no Sul da América, que é a margem setentrional do rio da Prata*¹⁵⁰.

A participação dos luso-brasileiros nas reformas propostas por D. Rodrigo pode ser bem demonstrada em um tema espinhoso que não foi ignorado pelo Secretário do Ultramar: a tributação. Esse tópico recebe destaque na análise de José Luís Cardoso. Segundo Cardoso, a partir do tratamento que o secretário fez de assuntos de âmbito fiscal e financeiro podemos associa-lo ao pensamento de Adam Smith¹⁵¹.

Ao abordar a “natureza da taxaço, para que seja muito produtiva sendo pouco pesada aos que contribuem,” D. Rodrigo destaca a relação existente entre as fontes de tributação e as fontes de riqueza: “a natureza da taxaço depende das origens da riqueza da sociedade, e bem dificilmente se pode tratar qualquer ponto que verse sobre o primeiro objeto sem antes examinar o segundo”. Partindo desse pressuposto, o ministro ilustrado critica a concepção fisiocrática de riqueza, baseada na ideia de produtividade exclusiva da agricultura, e a consequente política fiscal baseada no imposto único sobre a propriedade da terra¹⁵².

Como Adam Smith, D. Rodrigo identifica o valor dos bens como o somatório dos custos de utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e

¹⁵⁰ COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798)*. Op. Cit., p. 50

¹⁵¹ CARDOSO, José Luís. Nas malhas do Império... Op. Cit., pp. 83-90

¹⁵² *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798)*" in: D. Rodrigo de Souza Coutinho, *Textos Políticos, Econômicos op. cit.*, p.55

capital), assim como ao papel deste último no processo de acumulação e crescimento: “São três as fontes de riqueza, o produto da terra, o salário dos jornaleiros e artistas, e a renda do capital que se acumula, e se emprega seja em beneficiar e fazer produtiva a terra, seja em por em ação os braços dos operários¹⁵³.”

Assim como na proposta de manter a divisão dos territórios americanos em dois Estados, também no esboço de reforma do sistema de tributação podemos identificar uma análise das especificidades regionais da América portuguesa. A tributação seria organizada de forma a incentivar a produção e a atividade comercial, restringindo práticas monopolistas e respeitando os agentes comerciais e produtores regionais. As reformas seriam então postas em prática a partir de quatro princípios: “a taxação seria mais produtiva e menos pesada aos que contribuem, uso de métodos modernos de contabilidade, aperfeiçoamento do sistema de crédito e da circulação monetária e por último, organização da arrecadação de forma a não incentivar a formação de “uma inútil e improdutiva classe de homens, com dano das classes úteis e industriosas dedicadas à agricultura, às artes e ao comércio”.

As propostas fiscalistas e de fomento econômico de D. Rodrigo vão encontrar colaboradores entre os jovens intelectuais naturais do Brasil, recém formados em Coimbra e empregados no serviço da Coroa. Militares, associados da Academia de Ciências de Lisboa, funcionários régios, juristas ou até mesmo clérigos, produziram documentos que aprofundam e procuram viabilizar vários aspectos da política reformista.

¹⁵³ *Ibidem*, p.55

Depois dos incidentes de 1789, a Coroa passou a ter cuidado redobrado com a administração das Minas. Ao separar as capitanias entre *marítimas* e *centrais*, D. Rodrigo vai contextualizar as regiões mineradoras na segunda categoria. As capitanias centrais seriam aquelas localizadas no interior, ou melhor, nos sertões, onde as principais atividades econômicas seriam a mineração e a produção para consumo na própria América. Essas teriam impostos específicos buscando evitar quedas de produtividade, a separação da administração da Justiça da arrecadação da Fazenda e, principalmente a substituição dos contratos pela ação de Juntas da Fazenda Real. A temível dívida acumulada pela falta de pagamentos dos contratadores régios seria cobrada pelas Juntas, cujos representantes ganhariam 3% das somas cobradas de cada devedor¹⁵⁴.

Seriam criados novos impostos como o do papel selado, uma taxa sobre as lojas, tavernas e casas de bebida, uma capitação anual sobre cada escravo válido ocupado nas lavras de ouro já trabalhadas e abolido o sistema de contratos.

Um assunto caro a D. Rodrigo era a proibição de todas as moedas provinciais. Com isso seria estabelecida para cada capitania uma quantidade de papel-moeda proporcional às suas respectivas produções. Continuariam em circulação apenas as moedas que tivessem o mesmo valor das do Reino. Seria reforçada a fiscalização em torno da prática, já proibida anteriormente, de circulação de ouro em pó e criadas duas novas Casas de Moeda em Minas e Goiás.

¹⁵⁴ CANTARINO, Nelson. *Op. Cit.*, p. 208.

A solução de Barata à falta de dinheiro na capitania seria a emissão de apólices da dívida da Real Fazenda. As apólices não funcionariam como moeda provincial, apenas seriam utilizadas para pagamentos junto a Real Fazenda. Solução que resolveria em parte o problema sem ir contra a proposta de proibição das moedas provinciais de D. Rodrigo.

Para as ditas capitanias marítimas, seria estabelecido um imposto do papel selado, uma cobrança sobre residências equivalente a décima real, uma taxa sobre as lojas, tavernas, casas de bebida e sobre as casas de pasto. Seria também estabelecido um imposto voluntário sobre o valor das cartas conduzidas pelos correios marítimos.

Sem dúvida o imposto mais criticado por Sousa Coutinho é o estanco / imposto do sal. Essa taxação era considerada prejudicial não apenas para toda América, mas para o próprio Reino. O alto preço do sal estrangulava a produção de carne salgada, gerava custos proibitivos para alimentação e diminuía a exportação de alimentos salgados do Reino.

As reformas nas taxações deveriam combater problemas crônicos como o contrabando e modernizar o sistema de arrecadação da Coroa. Nesse aspecto as medidas tomadas por D. Rodrigo só iriam sofrer modificações com a abertura dos portos a partir do estabelecimento da família real no Rio de Janeiro e, mais tarde, com a assinatura do tratado comercial de 1810.

Nesse sentido, o último lado desse problema é o caso do Brasil no contexto das relações comerciais. Como pôde-se constatar com os apontamentos anteriores, essa readequação ou rearranjo tornou-se necessidade ao final do século XVIII. Autores como Fernando Novais e José Jobson de Andrade Arruda desenvolveram estudos usando como base, os

dados das Balanças Gerais do Comércio do Reino de Portugal com as Nações Estrangeiras, na qual buscaram entender e explicar o Sistema Colonial e a importância desse comércio triangular.

A própria importância da existência do documento é motivo de interesse inicial. As *Balanças* foram reflexo da ilustração em Portugal e da implementação do “reformismo pombalino” no mesmo âmbito da organização econômica do Reino, como a criação do Erário Régio, das Aulas do Comércio, e da Superintendência Geral dos Contrabandos e Descaminhos dos Reais Direitos em 1771.

As *Balanças* foram criadas por alvará em 20 de maio de 1774¹⁵⁵ e ainda no governo de D. José sob orientação do Marquês de Pombal e inspeção de Diogo Pina Manique. Somente a partir de 1796 sob a tutela de Maurício José Teixeira de Moraes, é que podemos afirmar a importância das Balanças. Desde então, ela assume uma riqueza de detalhes e nos permite fazer uma leitura pormenorizada não só do comércio de Portugal com o “mundo”, mas constitui base de dados estatísticos. Como observação, as Balanças não foram um fenômeno restrito a Portugal, mas existem também em França, Inglaterra¹⁵⁶.

A dificuldade no caso das *Balanças de Comércio de Portugal* está no fato delas estarem dissociadas enquanto corpo documental, contendo volumes no Instituto Nacional de Estatística de Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério de Obras Públicas e na Biblioteca Nacional do

¹⁵⁵ Cf. RIBEIRO, Maria de Lourdes. *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as “Balanças de Comércio” 1801- 1821*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1972.

¹⁵⁶ Cf. CHABERT, A. *Essai sur les mouvements des revenus et de l'activité économique em France de 1798 à 1820*. Paris, 1949; ARNOULD, M. *De la balance du commerce et des relations commerciales extérieures de la France dans toutes les parties du globe*, 1791; IMLAH; A. H. “Real Values in British Foreign Trade, 1798-1853”. *The Journal of Economic History*, 1948, v. VIII, nº 2.

Tanto para Jobson Arruda como para Fernando Novais, as *Balanças de Comércio* constituem base documental privilegiada da análise econômica do Império Português. Ambos partem das mesmas hipóteses metodológicas para efetuar a análise, a organização do próprio documento, como periodicidade, textos introdutórios e parciais para cada região (Brasil e Portugal), assim como as tabelas finais com a separação dos gêneros e com os totais de importação – 10 categorias – e exportação – 8 categorias – fornecidos ao final de cada ano.

Para Fernando Novais, as políticas de fomento econômico, que vinham desde meados do século, tiveram êxito em várias de suas proposições. O autor, analisando os saldos da Balanças de Comércio, conseguiu dividir a situação econômica de Portugal em dois momentos. No primeiro, apreendido pelas Balanças de 1776, 1777, 1778 e 1782, o comércio português apresentava tendência geral deficitária composta de saldos positivos no comércio com suas colônias e negativos em relação às demais potências europeias. Após 1796, nova série de dados, os resultados do comércio externo se alteram. Entre o período de 1796 e 1800 ocorrem variações anuais nos dados, no qual se conformou uma nova tendência, superavitária.

Com relação às colônias, o total passava a ser deficitário, o que é explicado pelo déficit do comércio com o Brasil; em relação às demais nações, a partir de 1800, a tendência é de seguidos superávits comerciais. Para o comércio externo, o que se constatou foi tendência geral puxada pelos superávits em relação à Inglaterra, invertendo a posição historicamente de

¹⁵⁷ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio...* Op. Cit., p. 65. MACEDO, Jorge, *Problemas de História...* Op. Cit.

Portugal, que acumulava déficits desde meados do século XVII¹⁵⁸. Fernando Novais utilizou a documentação quantitativa como forma de constatar as mudanças a partir da implementação das políticas do reformismo ilustrado, e apontou o período de 1787 à 1796, como o momento de conscientização¹⁵⁹ da situação econômica de Portugal, percebido pela mudança da organização do comércio externo, ressalvado o fato de que não há registros das atividades comerciais do Reino para o período¹⁶⁰.

Para José Jobson de Andrade Arruda o papel da colônia brasileira era de maior importância, como explicitou em *O Brasil no Comércio Colonial*, ressaltando a importância do montante do comércio colonial frente ao Império e relacionando a crise do Antigo Sistema Colonial com as propostas de reformulação econômica da segunda metade do século XVIII. A diversificação da produção colonial e o peso que esta desempenhava no montante das relações econômicas da metrópole é caráter essencial para confirmar sua hipótese.¹⁶¹

As análises e diagnósticos apontados ao final do século XVIII não levaram, porém, a mudanças. A avalanche napoleônica e a transferência da Corte para o Brasil colocaram em cena a necessidade de manutenção do Reino e seu governo dividido.

¹⁵⁸ NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil... Op. Cit.*, pp. 287-292

¹⁵⁹ Período correspondente ao de criação da Academia de Ciências de Lisboa.

¹⁶⁰ NOVAIS, Fernando A. "Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do XIX" (1796-1808). In: *L'histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS, 1973.

¹⁶¹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio... Op. Cit.*, p. 65

Capítulo 2

A MANUTENÇÃO DA METRÓPOLE

A MANUTENÇÃO DA METRÓPOLE

O final do século XVIII expunha, em sua magnitude, o esgotamento das estruturas do Antigo Regime: independência dos Estados Unidos da América, apontando a crise colonial; Revolução Francesa e início do período napoleônico, e a expansão burguesa. Em Portugal a crise se explicitou entre 1801 e 1821: Crise agrícola e manufatureira; instabilidade da monarquia; guerras com a Espanha; pressão inglesa; invasões francesas; transferência da Corte para o Brasil; instabilidades de 1817; Revolução Liberal do Porto. Na historiografia, a saída da Corte em 1807 e as ações do príncipe regente tem diferentes interpretações. Para alguns, faltava a D. João capacidade para agir¹⁶². Para outros, o Tesouro português não possuía recursos para enfrentar a invasão e os custos de uma guerra¹⁶³. Outros enfim, vêem na demora em sair do continente, tentativa diplomática de encontrar na França um contraponto à dominação inglesa.

2.1 Fragilidades do Reino

Ao final do século XVIII e início do XIX, a economia portuguesa dava sinais de grande vitalidade, beneficiada pelo comércio de produtos brasileiros. Segundo José Jobson de Andrade Arruda, a “produção agrícola, alimentos e matérias primas, que aprovisionavam a metrópole portuguesa, sustentavam o

¹⁶² ARAÚJO, Ana Cristina B. de. “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais”, *In*: Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, vol V. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp.17-43.

¹⁶³ MENDES; José Amado, “Comércio, Transportes e Comunicações” *in* MATTOSO, José(dir), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp. 369-379.

desenvolvimento de uma indústria têxtil e ainda produziam excedentes reexportáveis”¹⁶⁴.

O contexto de tensão entre França e Inglaterra, a partir de 1795 modificaria esse quadro. A pressão inglesa, tradicionalmente parceira de Portugal, as primeiras investidas francesas, o Bloqueio Continental e a Invasão de 1807 desorganizaram o tráfego e o comércio marítimo¹⁶⁵, fechando os portos portugueses aos negócios com as nações inimigas da França, ou seja, com a Inglaterra. Num momento de avanço das manufaturas inglesas com o desenvolvimento da Revolução Industrial, o aumento populacional europeu e a estruturação desse tráfico marítimo, a manutenção de um bloqueio continental em Portugal, impediu não só o acesso às mercadorias coloniais e seus mercados, como também aos produtos da Inglaterra e seu crescente consumo (industrial e populacional). Mais tarde, o próprio movimento da saída de Corte Portuguesa para o Brasil paralisaria setores da administração pública portuguesa e cortaria a fonte de renda de diversas famílias nobres que dependiam do Erário Régio.

O tesouro português dependia das receitas aduaneiras do comércio entre Metrópole e Colônia¹⁶⁶, o que fazia de Portugal um grande entreposto na Europa, pois comercializava os produtos de suas colônias e os dessas com as demais Nações, num vigoroso sistema de reexportação¹⁶⁷. Ainda se somava a

¹⁶⁴ ARRUDA, Jose Jobson de Andrade. *Uma Colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru: Edusc, 2008, p. 53.

¹⁶⁵ ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p.631-674.

¹⁶⁶ PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p.270.

¹⁶⁷ JARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil... Op. Cit.* pp. 604-674. PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.* pp. 261-376.

necessidade de gêneros alimentícios e cereais para a manutenção do Reino e principalmente de Lisboa, que nessa época já passava de 260.000 habitantes¹⁶⁸, o que a tornava a sétima cidade mais populosa da Europa. A saída da Família Real geraria outros custos como: as despesas da transferência da Corte para o Brasil, a manutenção da Família Real e das tropas que guarneceriam o território americano¹⁶⁹, mais o preço da própria Guerra Peninsular¹⁷⁰. O apoio da Inglaterra, que posteriormente se transformaria em Protetorado Inglês¹⁷¹, gerou despesas diversas que esvaziavam o tesouro, sangrado também pela compra dos produtos bélicos e para a manutenção dos soldados, em sua maioria fornecidos por empresas inglesas¹⁷² e pagos, em geral, a Casas bancárias Inglesas¹⁷³.

Do total de importações entre os anos de 1796 e 1806, os gêneros alimentícios representaram cerca de 45% das transações feitas dos domínios e cerca de 43% das importações feitas do estrangeiro¹⁷⁴, o que representava cerca

¹⁶⁸ BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal Et Algarve*. Edição em fac-símile, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004, tomo I, p.413, *apud* CAETANO, Antonio Alves. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão – Constantes e Linhas de Força*. Lisboa: Tribuna da História, 2008, p.14

¹⁶⁹Proteção da própria Família Real que no Brasil estabeleceu todo o aparato da Administração Pública, e a Guerra Cisplatina e levantes das capitâneas, para maior discussão ver ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil... Op.Cit.*; PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.*

¹⁷⁰Cf. Sobre a economia durante o período das Invasões Napoleônicas cf. CAETANO, Antonio Alves. *Op. Cit.*

¹⁷¹CASTRO, Armando. *A dominação Inglesa em Portugal com 3 textos do séc. XIX em antologia*. Porto: Afrontamento, 1974.

¹⁷²Correspondências sobre as campanhas militares do exército anglo-luso (originais de Wellington, Hil, Crawford, Campbell, Hamilton, e outros para William Beresford). Arquivo Nacional da Torre do Tombo. M.N.E. Cxs. 204-215.

¹⁷³Além da documentação citada em nota acima - *Documentação Guerra Peninsular*, Arquivo Nacional Torre do Tombo. M.N.E. Cxs. 204-215. Cf. ARRUDA, José Jobson. *O Brasil... Op. Cit.* PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.* p.275.

¹⁷⁴Cf. CAETANO, Antonio Alves. *Op. Cit.*, pp.16-21.

de 142,8 milhares de contos no período. O comércio anual durante esses 11 anos que precederam as Invasões Francesas ficou em torno dos 60 mil contos¹⁷⁵, entre importações e exportações. No entanto, o Bloqueio Continental derrubou esses números para cerca de 10,4 mil contos (3,4 mil importação e 7 mil exportação) que se alongou entre o final de novembro de 1807 (saída da Família Real) e início de setembro de 1808 (retirada da esquadra britânica quando Junot foi derrotado).

A crise política se evidenciou em 1801, com a Guerra das Laranjas, e a perda por Portugal da cidade de Olivença, entre outras, para a Espanha. A diplomacia, todavia, conseguiu a devolução de parte do território invadido a Portugal e impediu o avanço hispânico-frances no restante do território, com o Tratado de Badajoz. Ainda em 1801, novo tratado foi assinado em Madri, no qual Portugal deveria fazer mais concessões, indenizando a França financeiramente e territorialmente. Esse tratado também garantia a integridade de outros territórios portugueses (Europa e América). A via diplomática, ainda que com respaldo financeiro, mantinha Portugal numa posição “independente”.

Com a Paz de Amiens, em 1802, Portugal obteve o reconhecimento de sua neutralidade nas guerras napoleônicas e as relações entre Portugal e França evoluíram política e economicamente. Nesse mesmo ano, a chegada do novo embaixador francês em Portugal, o general Lannes, lançou novos rumos, com o crescimento da popularidade dos franceses. A imunidade diplomática garantia que a bagagem do general Lannes não fosse vistoriada e ele pôde introduzir mercadorias e livros proibidos.

¹⁷⁵*Ibidem*.

O aumento da influência francesa não passava despercebido. Em julho de 1803, ocorreu o motim do Campo de Ourique¹⁷⁶, que parecia visar o enfraquecimento do grupo português que colaborava com a França. Tal pretensão foi assumida pelo general Gomes Freire de Andrade e secundada pelo Duque de Sussex. Como pretexto para o surgimento da desordem, foi usada a voz de prisão dada por Gomes Freire de Andrade ao tenente Grossom, ajudante do conde Novion. Com a retomada da guerra entre Inglaterra e França em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho defendeu novamente a saída da Corte, caso o plano de juntar as tropas e defender o território não lograsse êxito.

Em 1805, Junot¹⁷⁷ era o novo embaixador de Paris em Lisboa e embora sua estadia tenha sido breve, cumpriu sua missão. Levara consigo o prenúncio de uma guerra e uma carta de Napoleão destinada ao príncipe-regente que não deixava margens para outras interpretações.

Durante o período de Bloqueio Continental e ocupação do território português por tropas Francesas, o comércio diminuiu muito, causando crise de abastecimento tanto de Lisboa como do restante do território português¹⁷⁸. Afinal, se em tempos pacíficos, a produção agrícola interna já não sustentava a manutenção do país, em tempos de Guerra esse abastecimento ficava ainda mais comprometido. A posição da frota comercial portuguesa também estava abalada. O comércio reduzido nos portos da Europa continental e a saída da

¹⁷⁶Cf. CAVALHEIRO, A. Rodrigues. *Os motins de campo de Ourique em 1803*: Documentos inéditos com uma introdução. Ed. e typ. Fernandes júnior, 1931.

¹⁷⁷ Conferir biografia Jean Andoche Junot. Acessado em <http://www.arqnet.pt/exercito/junot.html>.

¹⁷⁸ ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil... *Op. Cit.* p.639. Neste trecho o autor escreveu que o bloqueio dos portos foi prejudicial a Portugal, como mostrado no texto acima, à França e às demais Nações Europeias, pois o bloqueio diminuiu a oferta de produtos coloniais, afetando inclusive a produção industrial francesa, que fora colocada em xeque, questionando sua capacidade de abastecer os mercados da Europa Continental.

Família Real foram responsáveis pela desagregação naval¹⁷⁹, uma vez que uma grande parte dela, foi utilizada na própria saída e posteriormente não regressou a Portugal, e outra parte, continuou no comércio, mas agora com a defesa marítima enfraquecida, sofria com a ação de pirataria. A falta de mão de obra também gerava sérios problemas para a produção interna portuguesa, uma vez que os braços eram levados para a Guerra.

No entanto, a Coroa conseguiu contornar a situação até 1807, quando Napoleão, depois de longa espera pelo cumprimento de suas ordens de adesão ao Bloqueio Continental¹⁸⁰, firmou acordo com a Espanha de um plano para a invasão de Portugal. D. Manuel de Godoy, porém, adiantou-se ao restante, e ao mesmo tempo em que fez preparativos militares, procurou criar situações que pudessem levar a um conflito com Portugal.

Numa nota, em agosto de 1807, a França exigiu que Portugal cumprisse os termos de adesão ao Bloqueio Continental¹⁸¹ até o dia 01 de setembro e, ainda, rompesse com a Inglaterra e prendesse os súditos ingleses que habitassem o reino, confiscando-lhes os bens. No entanto até o dia 30 de setembro, Portugal não havia cumprido grande parte das exigências, pois seguia determinações da Inglaterra. Nesse período, Napoleão negociava com D. Manuel de Godoy o célebre Tratado de Fontainebleau, que dividiria Portugal entre a França e a Espanha. Napoleão estava tão confiante quanto a esse tratado que dez dias antes de sua assinatura, ordenara ao general Andoche

¹⁷⁹ CAETANO, Antonio Alves. *Op. Cit.* pp. 15 e 29.

¹⁸⁰ Conhecido com Decreto de Berlim. Assinado por Napoleão em 21 de novembro de 1806 em Berlim. Cf. MACEDO, Jorge. *O Bloqueio Continental*. Lisboa: Editora Gradiva, 1990.

¹⁸¹ Consistia em impedir o acesso a portos dos países então submetidos ao domínio Francês à navios do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Junot a sua ida junto com a de 25.000 homens para a Espanha para lá se reunir às tropas espanholas. Quando chegaram a Salamanca, porém, já tinham ordens para não esperar pelos espanhóis, pois Napoleão receava que tropas inglesas desembarcassem em Lisboa e ocupassem Portugal para garantir a saída da Família Real.

O príncipe-regente, ao saber que Napoleão ordenara a invasão de Portugal, numa tentativa desesperada, faz saber ao imperador que cumpriria as exigências. Era tarde demais, em 30 de outubro, mesmo dia que Portugal declarava guerra à Grã-Bretanha, um decreto pelo qual Napoleão bania a Casa de Bragança do governo de Portugal era publicado no *Le Moniteur*¹⁸². Junot seguiu suas ordens e a 19 de novembro cruzou a fronteira (em condições deploráveis de abastecimento).

No dia 25 de novembro, o tenente-coronel Carlos Frederico Lecor noticiava que os franceses se encontravam próximos. Numa acalorada reunião do Conselho de Estado, decidiu-se que a Família Real deveria embarcar imediatamente para o Brasil. No dia 27, todos já haviam embarcado, porém, só em 29 de novembro de 1807, dia em que Junot era cumprimentado em Sacavém, os navios portugueses zarpavam sob a proteção da esquadra britânica. No dia seguinte, Junot chegava a Lisboa e pouco tempo depois o país estava todo ocupado.

¹⁸² Organe officiel du gouvernement jusqu'en 1868, sauf du 8 juillet 1814 au 27 janvier 1816 où la partie officielle est remplacée par la "Gazette officielle". En 1869 la partie officielle disparaît et le monopole est accordé au "Journal officiel de l'Empire français". - Le n° du 20 janvier 1814 a paru en 2 éd. de contenu différent dont l'une, retirée de la distribution, a donné lieu à plusieurs rééditions, certaines sous le titre de : "Le Moniteur supprimé, ou le Double Moniteur du 20 janvier 1814". - Pendant les Cent-Jours, les actes du gouvernement de Louis XVIII en exil à Gand y sont publiés dans : "Le Journal universel", 14 avril-21 juin 1815. - De septembre 1870 à mars 1871 a donné lieu à une 2e éd. de texte différent, publiée à Tours puis à Bordeaux. - En mai 1892 reprend les abonnements de: "La Défense sociale et religieuse". Acessado em https://data.bnf.fr/34452337/le_moniteur_universel__paris__1811_/

Na chegada à Bahia, em 1808, o regente emitiu carta régia¹⁸³ que decretava a abertura dos portos às nações amigas de Portugal “Que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real côroa, ou em navios dos meus vassallos”, o que significou o fim do exclusivo comercial, pilar da política colonial até então¹⁸⁴. Ainda em 1808, iniciou-se o processo de adequação da burocracia

¹⁸³ Carta Régia de 28 de janeiro de 1808 in *Collecção das Leis do Brasil de 1810*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, p.1. Acessado em http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/antioresa1824/cartaregia-35757-28-janeiro-1808-539177-publicacaooriginal-37144-pe.html

CARTA RÉGIA DE 28 DE JANEIRO DE 1808 - Abre os portos do Brazil ao commercio directo estrangeiro com excepção dos generos estancados.

Conde da Ponte, do meu Conselho, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia. Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquelle que amo. Attendendo á representação, que fizestes subir á minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o commercio desta Capitania, com grave prejuizo dos meus vassallos e da minha Real Fazenda, em razão das criticas e publicas circumstancias da Europa; e querendo dar sobre este importante objecto alguma providencia prompta e capaz de melhorar o progresso de taes damnos: sou servido ordenar interina e provisoriamente, emquanto não consolido um systema geral que effectivamente regule semelhantes materias, o seguinte. Primo: Que sejam admissíveis nas Alfandegas do Brazil todos e quaesquer generos, fazendas e mercadorias transportados, ou em navios estrangeiros das Potencias, que se conservam em paz e harmonia com a minha Real côroa, ou em navios dos meus vassallos, pagando por entrada vinte e quatro por cento; a saber: vinte de direitos grossos, e quatro do donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamentos, por que até o presente se regulão cada uma das ditas Alfandegas, ficando os vinhos, aguas ardentes e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos, que até agora nellas satisfaziam. Secundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a beneficio do commercio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaesquer generos e producções coloniaes, á excepção do Páo Brazil, ou outros notoriamente estancados, pagando por sahida os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas Capitancias, ficando entretanto como em suspenso e sem vigor, todas as leis, cartas regias, ou outras ordens que até aqui prohibiam neste Estado do Brazil o reciproco commercio e navegação entre os meus vassallos e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo e actividade que de vós espero. Escripta na Bahia aos 28 de Janeiro de 1808.

PRINCIPE.

Para o conde da Ponte.

¹⁸⁴ Política esta que durou quase 2 séculos conforme artigo publicado por Rodrigo Ricupero. Cf. RICUPERO, Rodrigo. “O Estabelecimento do Exclusivo Comercial Metropolitano e a Conformação Do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *História* [online]. vol. 35, e100. Epub Dec 19, 2016. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000100>

estatal existente às necessidades da corte e da nova situação com a instalação da monarquia no Brasil¹⁸⁵.

Em fevereiro de 1810, foram assinados outros tratados com a Inglaterra. O primeiro, de 19 de fevereiro, tinha relação direta com a carta régia de 1808. Esse Tratado de Comércio e Navegação¹⁸⁶ continha artigos que promoviam maior liberdade de negócios reciprocamente, estabelecendo acordos sobre o comércio entre os domínios das duas nações, reformulando as tarifas alfandegárias, inclusive com a redução destas. O outro Tratado, conhecido como de Amizade e Aliança¹⁸⁷, estabelecia a garantia de aliança defensiva entre ambos, a garantia da Casa de Bragança enquanto reinante de Portugal (visto território europeu estar invadido), a suspensão da restrição do número de embarcações que pudessem entrar nos portos dos domínios, questões de indenizações em caso de perdas comerciais causadas pela outra parte, a permissão de comprar e cortar madeira para construir ou reparar navios de guerra e declaração de compromisso na gradual redução do comércio de escravos.

Portugal sofreu três ondas de Invasões Francesas que se alongaram até 1811¹⁸⁸. Ao longo desses três anos, houve uma gradual recuperação comercial,

¹⁸⁵ Para maiores descrições conferir índice no sítio <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio> que trata da Coleção das Leis do Império do Brasil, 1808-1889. Cf. RAMOS, Eduardo Silva. *Centralização e privilégio: Instituições econômicas e fiscalidade na formação do Estado brasileiro (1808-1836)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2018.

¹⁸⁶ Tratado de Comércio e Navegação in: *Collecção das Leis do Brasil de 1810*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, pp. 51-72.

¹⁸⁷ Tratado de Aliança e Amizade in *Collecção das Leis do Brasil de 1810*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891, pp. 43-50.

¹⁸⁸ Uma análise acurada do período, encontra-se em NEVES, José Acúrsio das. *História Geral da Invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Lisboa: Afrontamento, 1985. VITORINO, Pedro. *Invasões Francesas 1807-1810*. Porto: Livraria Ribeirinha, 1945.

na qual a Balança Comercial (soma importação e exportação) atingiu cerca de 36,2 mil contos em 1810¹⁸⁹, o que representava quase metade do comércio antes existente. O ano de 1811, foi extremamente prejudicial para a Balança Comercial Portuguesa, embora tenha apresentado números de outrora para o comércio, chegando a um total de 52,5 mil contos, 83% desse total representava importação número muito superior à média dos 11 anos anteriores, muito embora essa importação fosse dividida com a Inglaterra, porque nela constava os artigos para a manutenção das Tropas Inglesas em solo português.

Desse modo, os principais fatores para decadência da Economia Portuguesa foram: o Bloqueio Continental, a abertura dos Portos e os tratados celebrados com a Grã-Bretanha em 1810. O Bloqueio como viu-se, reduziu a frota que comercializava com a Europa continental, e somou-se a isso, a abertura dos Portos, em 1808, que deslocou o restante da frota, principalmente, para o eixo Brasil-Inglaterra; e os Tratados de 1810, permitiram a inversão do papel de preponderância do Brasil, que foi substituído pela Inglaterra. Como consequência direta da abertura dos Portos o Brasil¹⁹⁰, antes colônia de Portugal no sentido político e econômico¹⁹¹, passava para a área hegemônica da Inglaterra¹⁹².

Jorge Pedreira criticou a visão de autores como José Jobson de A. Arruda e Fernando Novais, dando importância menor a esses dois fatores, e explicando

¹⁸⁹ CAETANO, Antonio Alves. *Op.Cit.* p. 33.

¹⁹⁰ Cf. PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, p. 278, na qual o autor usa dados que quantificam o mercado do Brasil como consumidor de cerca de 97% das manufaturas portuguesas.

¹⁹¹ ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil... Op. Cit.*, p.638.

¹⁹² Sobre a discussão de hegemonia inglesa no Brasil cf. TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal... Op. Cit.*

a crise como conjuntural, que se alongava desde o fim do século XVIII até o período e que teve nesses dois fatos seu ápice¹⁹³,

Portugal foi representado, no Congresso de Viena¹⁹⁴, entre setembro 1814 e junho de 1815, pelos Ministros Plenipotenciários: D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmela, António de Saldanha da Gama, diplomata destacado na Rússia, e por D. Joaquim Lobo da Silveira, diplomata destacado em Estocolmo. A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi uma saída para a manutenção do império e do próprio papel de Portugal na sua relação com as demais potências europeias. Em certa medida, a afirmação de unidade entre as diversas partes do império conseguiu dar sobrevida a este, mesmo com movimentos de contestação, como em Pernambuco em 1817, e o do Forte de São Julião da Barra em Portugal, liderada por Gomes Freire de Andrade, postergando para 1820/1821 a solução de conflitos trazidos pelo liberalismo, tendo a Revolução Liberal do Porto¹⁹⁵ 1820, e o retorno do Rei em 1821.

A situação acima descrita expõe aspectos principalmente sócio-políticos, cabendo de agora em diante tratar as questões referentes à agricultura, indústria, comércio e transporte.

¹⁹³ PEDREIRA, Jorge. *Op. Cit.*, pp. 295-306.

¹⁹⁴ Cf. MACEDO, Jorge B. *História Diplomática portuguesa: constantes e linhas de força*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 1987. KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989. LESSA, Antônio Carlos. *História das Relações Internacionais*. Petrópolis: Vozes, 2005; SARAIVA, José Flávio (org.). *Relações Internacionais dois séculos de História: entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Brasília: IBRI, 2001.

¹⁹⁵ Cf. ANDRADE, João. *A Revolução de 1820: a conspiração*. Porto Editora, 1983. BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: Deputados do Brasil nas Cortes portuguesas, 1821-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999. TOMÁS, Manuel Fernandes. *A revolução de 1820*. Coleção Universitária núm. 2. 2a ed. Lisboa: Caminho, 1982. VALENTIM, Alexandre. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Aforamento, 1993.

A Agricultura

No esforço de aperfeiçoar a economia, ao final do século XVIII, a agricultura tornou-se objeto de estudos e de apontamentos para seu melhoramento, como pode ser constatado nos trabalhos da Academia Real das Ciências para aprimorar a nação e os seus ganhos. No conjunto de obras produzidas pela Academia, como apontamentos sobre solo, geologia, formas de exploração, transporte, crédito rural e afins¹⁹⁶. Tais Memórias não buscavam contestar a ordem vigente, mas readequar as formas de exploração da terra e de sua estrutura, colaborando para o equilíbrio do sistema político vigente. Nos estudos produzidos, sobre a questão da terra, ressalta-se o problema da propriedade em Portugal. A organização da propriedade rural era ainda monopolizada pela nobreza e pelo clero, estando apenas uma pequena parte nas mãos de setores da burguesia. Embora a atividade agrária fosse lucrativa, e a manutenção do Antigo Regime fosse vislumbrada, mudanças políticas seriam necessárias para atrair investimentos.

Se a agricultura era tratada como questão econômica de relevo, a dificuldade em expandi-la tornou-se, gradativamente, motivo de insatisfação, principalmente em decorrência das invasões francesas, que deixaram campos, estábulos e celeiros ou vazios ou destruídos. Na tentativa de dar solução ao

¹⁹⁶ VAQUINHAS, Irene Maria e NETO, Margarida. "Agricultura e mundo Rural: Tradicionalismos e inovações". In: MATTOSO, José(dir), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.279. VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português na crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

problema, D. João em carta régia de 7 de março de 1810, além de indicar a publicação do Tratado de Comércio de 1810, ordenou aos Governadores do Reino que promovessem os meios para alterar parte do sistema de tributação ligado aos forais. D. João fazia tal indicação a fim de atender ao desejo do povo de mudar a submissão aos dízimos eclesiásticos e outros direitos de origem feudal, e também por recear a recepção do recém assinado Tratado de Comércio em Portugal, pois este deslocava parte do eixo comercial português diretamente para o Brasil. Essa ação não logrou êxito, tendo sido recusada pelos foreiros, sofrendo reformulação em 1815, na qual se consentiam algumas isenções por períodos determinados, mas predominando a vigência dos antigos tributos para que fossem pagos. A questão da propriedade em Portugal não estava nem perto de ser resolvida, como havia sido em 1804 na França, pelo Código Napoleônico (Código Civil Francês¹⁹⁷).

A questão do melhoramento agrícola e, conseqüentemente, de sua estrutura de produção era tema delicado no arranjo social de Portugal. A melhoria e o aumento da produção relacionavam-se às estruturas fundiárias e às relações sociais no campo. Transformar a agricultura e suas estruturas de produção significava rediscutir em parte as relações sociais campo-aristocracia-igreja. Assim, a redução das importações de alimentos deveria ser encarada com prudência, afinal, a menos que a produção interna suprisse o consumo, poderia ocorrer uma crise de abastecimento. O foco, portanto, do estímulo para a economia era o desenvolvimento manufatureiro que deveria se basear em itens como ferro, cordas e tecidos (lã e linho).

¹⁹⁷ HALPÉRIN, Jean-Louis. *Le code civil 1804-1904: livre du centenaire*. Paris: Dalloz, 2004. COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do direito português*. 2. ed. Coimbra: Almedina, 1992.

A questão dos forais¹⁹⁸ em Portugal foi tema de grande discussão ao longo do século XIX e está diretamente relacionada com o sistema político e as estruturas sociais¹⁹⁹, tendo sido discutida inclusive por Alexandre Herculano em “Sobre a Questão dos Forais” de 1858.

A Indústria

Dentre os problemas enfrentados pela economia portuguesa, que se agravaram entre 1808 e 1821, estava a indústria. Como salienta Amado Mendes²⁰⁰, a questão da indústria em Portugal pode ser analisada em duas vertentes: a primeira, a comparativa, na qual o modelo seria a revolução industrial inglesa em comparação com Portugal e a segunda, a análise da situação interna, buscando evidenciar as transformações ocorridas, entendendo o processo.

Para entender a situação da indústria em Portugal, no início do século XIX, é necessário recuar até finais do século XVII e compreender seu percurso ao longo do século XVIII, com momentos de crise e prosperidade²⁰¹, influenciados direta ou indiretamente pela conjuntura econômica global. Na segunda metade do século XVII, as finanças portuguesas sofriam com as perdas

¹⁹⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Revolução Liberal e regime senhorial: a "questão dos forais" na conjuntura vintista*. Revista Portuguesa de História Vol. XXIII, pp.143-182. Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras de Coimbra.

¹⁹⁹ PEREIRA, Miriam. *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo* Lisboa, Presença, 1994.

²⁰⁰ MENDES, José Amado. “Comércio, Transportes e Comunicações” in MATTOSO, José(dir), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

²⁰¹ PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial e mercado colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*. Carnaxide: Difel, 1994, p. 21.

de exportação pela diversificação dos locais de produção dos artigos coloniais, pois ingleses, franceses e holandeses passaram a produzir nas Índias Ocidentais²⁰², somando-se a isso o fato de diversos países terem enfrentado uma crise neste mesmo período²⁰³. Ao final do século XVII, o destaque para tal desenvolvimento foi a política do Conde de Ericeira²⁰⁴, que propiciou o primeiro arranque manufatureiro em Portugal. Já o Tratado de Methuen²⁰⁵, no início do século XVIII, tornou-se referência para reflexão de tal política, por favorecer os produtos manufatureiros ingleses. Segundo Jorge Pedreira, após a diminuição das remessas de ouro a partir 1760, o foco da política mudou no início da segunda metade do século XVIII, uma vez que o Pacto Colonial voltava ao centro das atenções²⁰⁶. Esse retorno ao Pacto pode ser visto na série de políticas adotadas pelo Marquês de Pombal na reorganização econômica do Reino²⁰⁷. O incentivo do Estado às manufaturas intensificou-se, com investimento de capitais

²⁰² PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial...* Op. Cit., p. 23.

²⁰³ VRIES, Jan de. *The Economy of Europe in na Age of Crisis, 1600-1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976. PARKER, Geoffrey. *Global Crisis: War, Climate change and Catastrophe in the Seventeenth Century*. New Haven: Yale University Press, 2014.

²⁰⁴ DIAS, Luís Fernando Carvalho. *Os Lanifícios na Política Econômica do Conde de Ericeira*. Lisboa, 1952. In: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985

²⁰⁵ MACEDO, Jorge Borges de. *Diplomacia, agricultura e comércio transitário: factores subalternizados no estudo do tratado de Methuen. Nova Economia Portuguesa (estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa)*, Lisboa, 1989. CARDOSO, José Luis Cardoso. *O Tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

²⁰⁶ PEDREIRA, Jorge, *Estrutura Industrial e mercado colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*. Carnaxide: Difel, 1994, pp.41-42.

²⁰⁷ Uma série de reformas foram propostas e implementadas sob a administração de Pombal, conforme capítulo 1. Cf. FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina*. Política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. (trad. Port.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

tanto na constituição das indústrias, como no treinamento técnico da mão de obra, trazendo mestres artífices para o país e criando os meios para instrução²⁰⁸.

Deve-se ressaltar a mudança da conjuntura comercial no último quarto do século XVIII, que auxiliou no resultado das políticas implementadas pelo Estado, ainda que no curto espaço de tempo as manufaturas portuguesas não tivessem capacidade para abastecer todo o consumo. O comércio de produtos agrícolas coloniais reexportados crescera, levando à diminuição dos déficits, e mesmo à inversão na balança comercial com a Inglaterra, trazendo superávits para Portugal²⁰⁹, o que estimulou a economia interna, permitiu a manutenção de algumas manufaturas criadas na época pombalina²¹⁰ e que se estendeu para outros setores manufatureiros de consumo mais generalizado²¹¹. Embora os rendimentos dos produtos não fossem expressivos na economia de Portugal, o resultado da política econômica promovida pelo Estado português foi positivo, conseguindo manter as indústrias²¹².

A primeira década do século XIX ainda se beneficiava da conjuntura internacional, principalmente na crescente rivalidade Grã-Bretanha-França, e da política protecionista estabelecida no reinado de D. José. No contexto pós-invasões napoleônicas, a situação da indústria em Portugal foi marcada pela

²⁰⁸ MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Económica no Tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1989. PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial... Op. Cit.*, pp.49-51. SUBTIL, José. "Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?", *Ler História*, 60 | 2011, pp. 53-69.

²⁰⁹ ARRUDA, José Jobson de A. *Uma Colonia entre dois Impérios... Op. Cit.*, pp. 51 e 52

²¹⁰ O foco estava na indústria de tecelagem.

²¹¹ Esses produtos eram: botões, chapéus, curtumes, quinquilharia, conforme Quadro 1.4, PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial... Op. Cit.*, p. 59.

²¹² *Ibidem*, pp.53-63.

decadência²¹³, como consequência das invasões e da crescente concorrência da indústria inglesa, embora, na região de Lisboa e do Porto, fosse possível constatar que algumas dessas indústrias conseguiram se manter e se desenvolver.

O ano de 1808 foi emblemático, com a Carta Régia de Abertura do Portos, de 28 de janeiro de 1808 e, posteriormente, o Alvará de 1 de abril de 1808²¹⁴, que liberou a instalação de indústrias no Brasil. A abertura dos portos teve graves consequências à economia do Reino.

O Comércio

Um importante fator para o desenvolvimento e manutenção da agricultura e da indústria era o comércio e a rede de transporte. O comércio deve ser pensado em etapas como produção e circulação e, nesta última, subdividido em interno e externo. Quanto à produção, os panoramas traçados anteriormente apontam que a agricultura constituía ainda prioridade frente à indústria.

O comércio interno atuava de dois modos: o sedentário e o itinerante, seguindo os moldes da sociedade do Antigo Regime. O itinerante era baseado nos almocreves, vendilhões e caixeiros-viajantes e sua facilidade de locomoção facilitava o abastecimento da população e constituíam meio importante no transporte interno²¹⁵ e que trouxe como consequência a necessidade de abertura

²¹³ CUSTÓDIO, Jorge. “Introdução”. In: NEVES, José Acúrsio das. *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa*. Lisboa: Querco, 1983, p.52.

²¹⁴ Alvará de 1 de abril de 1808 que revogava a proibição de instalação de indústrias no Brasil e nos Domínios Ultramarinos.

²¹⁵ MACEDO, Jorge Borges. *O Bloqueio Continental*. Economia e Guerra Peninsular. Lisboa: Delfos, 1962.

e manutenção de estradas. Num misto, entre o itinerante e o sedentário, estavam as feiras e os entrepostos que foram surgindo ou que funcionavam como “centros” de abastecimento entre interior e litoral. Já o comércio sedentário funcionava com parte dos produtores realizando suas vendas, além de estabelecimentos comerciais que ofereciam produtos variados. Num estudo sobre os diferentes tipos de comércio, deve ser observada a presença feminina enquanto profissionais²¹⁶. Ao longo do século XIX, houve migração do comércio itinerante para o sedentário, muito em função dele próprio, afinal se era necessário abrir e manter estradas, para que tais profissionais transitassem pelo território e exercessem suas atividades, este processo facilitou o surgimento de novos entrepostos que ao longo do tempo associado ao crescimento populacional e concentração urbana, com melhora no sistema de distribuição e abastecimento, que propiciou o surgimento de novos estabelecimentos sedentários.

Com relação ao comércio externo, os principais produtos na pauta de importação de Portugal eram matérias primas, cereais, metais e gêneros coloniais e a pauta de exportação era composta por produtos agrícolas, algumas manufaturas e minérios. Grã-Bretanha, França, Brasil e Espanha eram os principais países com os quais Portugal mantinha relações comerciais. O transporte interno e externo desses produtos ocorria fundamentalmente pelas vias marítima e fluvial, dada a posição geográfica privilegiada e a extensa costa

²¹⁶ MENDES; José Amado. “Comércio, Transportes e Comunicações”. In: MATTOSO, José(dir), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, pp.319-320.

de Portugal. O comércio externo priorizava a via marítima, e o interno pelas vias fluviais, visto que Portugal possui 885km de rios navegáveis²¹⁷.

2.2. O Reino sem Rei

Os raros estudos sobre a situação política e econômica de Portugal com a vinda da família Real para o Brasil, oferecem poucos elementos sobre a sociedade. Sabe-se que, frente à crise, havia oscilações: parte da população ora preferia os ingleses, ora preferia os franceses. Sua participação nas revoltas do período, apontava insatisfação frente à administração do Reino, não mais centrada na metrópole. Havia um paradoxo, pois a ajuda dos ingleses não correspondia aos anseios populares e embora as ideias francesas os fossem simpáticas, a maioria não os queria no poder.

Se para as camadas populares, a saída da Monarquia, alimentou um sentido de orfandade frente aos desastres das Invasões, abrindo espaço para os ideais espalhados pela revolução Francesa, a crítica ao Antigo Regime vinha crescendo, desde a segunda metade do século XVIII.

A ideia de alteração do sistema político entre Portugal e suas Colônias, ou ao menos sua rediscussão, ganhava força, como se pode constatar nos escritos de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa²¹⁸, autor de “*Considerações*

²¹⁷ MATOS, Artur Teodoro. *Transporte e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1980.

²¹⁸ O autor nasceu na Bahia-Brasil em 5 de Abril de 1765 e morreu em Ponta Delgada em 14 de Agosto de 1834, era doutor em Leis pela Universidade de Coimbra; Correspondente do Numero da Academia Real das Sciencias de Lisboa; e Juiz de Fora da Civil da Cidade do Porto, com obras publicadas sobre os temas mais variados como por exemplo: *Um deportado da “Amazonas”: monografia histórica: época liberal nos Açores (1810-1834)*, Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828, Explicação da arvore que representa o prospecto do Código civil portuguez, o que se pode constatar é que este personagem era ou ao menos deveria ser um dos grandes conhecedores sobre o cotidiano legal-administrativo de Portugal. Cf. MAIA, Francisco de Ataíde

políticas sobre a revolução portuguesa de 1808” que oferece elementos para análise desse momento. O chamado *Tratado de Oclocracia* permite que se encontre uma resposta ou ao menos certa elucidação para o período.

Foi principalmente durante o período posterior ao das invasões, que alguns dos ideais do conceito de federação afluíram, senão pela primeira vez em Portugal, mas de modo a serem possivelmente atendidos. Alguns dos princípios como o direito universal dos homens já era almejado por parte dos portugueses desde a Revolução Francesa, mas tais anseios não poderiam ser alcançados pelas mãos de outros, senão a dos próprios portugueses.

Portugal não era uma federação²¹⁹, porém o que parte de sua população e principalmente os ‘afrancesados’ aspiravam eram algumas das características que os arranjos federativos possuem como: preocupação com a instrução pública e a modernização das estruturas administrativas, judiciais e fiscais do aparelho de Estado. Esse conjunto de reivindicações deveria se traduzir em uma

Machado de Faria e, COSTA, Vicente José. *Um Deportado da “Amazonas”: monografia histórica: época liberal nos Açores (1819-1834)*. -2a ed.. -[s.l. : s.n.] 1930, Ponta Delgada -- Tip. Fernando de Alcântara; TASSO, Luís Otávio P. *Considerações Políticas e Econômicas sobre Portugal. 1808-1812*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2010.

²¹⁹ Na concepção de Preston King as características de uma Federação são: um Estado constitucionalmente dividido entre um centro e dois ou mais governos regionais (estaduais/provinciais); a responsabilidade do governo central abrange toda a nação(territorialmente) enquanto que a dos governos regionais é local; o governo central não é soberano a ponto de excluir o envolvimento, mesmo que parcial, das unidades regionais. Enquanto que a unidade regional localmente pode governar de forma despótica, o governo no nível nacional, dada uma estrutura triádica minimamente, é consultivo entre as unidades que constituem o elemento soberano, o Estado/Nação. Uma Federação assegura o processo de decisão, não só levando em conta cada cidadão como também as unidades territoriais que a constitui, sendo o processo de decisão baseado na idéia de maioria e não de unanimidade. Para conceituar se um Estado é ou não Federação, ele precisa atender as seguintes características: “que sua base de representação seja territorial; que esta representação territorial tenha dois níveis (‘local’ e ‘regional’); que no mínimo as unidades regionais são eleitoralmente ou talvez de alguma outra maneira incluídas no processo de decisão do governo central; e que a base desta representação regional no governo central não seja de fácil mudança”. Cf. KING, Preston. *Federalism and Federation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982, pp.139-146.

constituição²²⁰, seguida de uma série de princípios, entre outros o respeito pelos direitos individuais e a universalidade das normas de direito público a serem seguidos pela população. Na Constituição, deveria haver a divisão tripartida dos poderes, no qual o legislativo seria composto por duas câmaras: o senado e a assembleia de representantes, sendo o apuramento desta obtido não por sufrágio censitário, mas pelo voto dos municípios. A liberdade de imprensa, tolerância civil e religiosa e os direitos e garantias dos cidadãos seriam garantidos como na legislação francesa. Dentro desse conjunto de ideias, havia ainda algumas outras preocupações como: “abolição dos vínculos (que oneravam a exploração da terra), reestruturação da magistratura, fusão da Universidade de Coimbra com a Academia das Ciências, destruição do patriarcado e do monarquismo, supressão das ordens militares e publicação de todos os códigos franceses”²²¹. O sistema de governo português não era de arranjo federativo, e as reivindicações não buscavam como fim, o que, no entanto, não significa que algumas das ambições da população portuguesa não passassem por algumas das características de uma Federação.

Nas palavras de Preston King talvez uma das principais características que identificam o que é Federação, mas que não é única, seja a “atribuição constitucional universal do entrelaçamento dos poderes no centro federal para unidades territoriais constituintes e não soberanas”²²².

²²⁰ ARAÚJO, Ana Cristina B. “As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais”, In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*, vol V. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.31.

²²¹ *Ibidem*, p.32.

²²² KING, Preston. *Federalism and Federation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982, p.146.

O que se pode observar é que durante este período no qual as Invasões Francesas se deram, as vontades da população portuguesa emergiram, mesmo esta população não representando uma maioria e sendo muito instável do ponto de vista das escolhas ideológicas. A Igreja sendo uma sólida instituição não era combatida nestes anseios e a fé tornou-se aspecto unificador entre a população, mesmo apoiando ou combatendo os invasores. Os militares que inicialmente combateram a Invasão, foram depois cooptados pelos invasores, e finalmente lutam contra os franceses. Assim, embora respeitados, tiveram sua imagem desabonada e depois recuperada, assumindo papel de heróis. A via pela qual a população tentou alcançar seus objetivos, não foi a das armas, e sim, a da argumentação e debate com seus invasores e depois com a administração do Estado.

2.3. O Conselho da Regência: políticas e personagens

Em 26 de novembro de 1807, no âmbito das tratativas para a saída da Corte, enquanto se aguardava a formação da esquadra e chegada da marinha inglesa para a escolta da viagem, foi emitido decreto, no qual o Príncipe Regente comunicava sua decisão de transferir-se para o Brasil, estabelecia para Portugal uma Regência, e a formação de um Conselho de Regência.

No decreto, o Príncipe justificou a ação, com as razões da Coroa: a circunstância que o Real Erário se encontrava, tendo sofrido em função do fechamento dos portos ao comércio inglês, que trouxera ruína e grave prejuízo aos rendimentos reais, além de colocar em xeque a relação Portugal e a

Inglaterra²²³. Afirmava que apesar de ter atendido as diversas exigências feitas pela França e de ter buscado, enquanto possível, uma política de neutralidade, tropas francesas marchavam em território português no intuito de alcançar Lisboa. Numa escolha pela opção menos devastadora, e tendo consciência que o objetivo final das tropas se dirigia a sua Real Pessoa, D. João optou por se ausentar do Reino de Portugal junto com a Rainha, assim como com a Real Família, passando para os Estados da América, afim de que seus vassallos sofressem menos retaliações e hostilidades dos invasores.

No mesmo documento, D. João buscou manter a ordem do Estado e instituir a Conselho de Regentes, para governar em sua ausência, com a seguinte composição:

“o Marquez de Abrantes, Meu muito amado, e prezado Primo; Francisco da Cunha de Menezes, Tenente General dos meus Exercitos; o Principal Castro, do Conselho, e Regedor das Justiças; Pedro de Mello Breyner, do Meu Conselho, que servirá de Presidente do Meu Real Erario na falta e impedimento de Luiz de Vasconcellos e Souza, que se acha impossibilitado com as suas molestias ; Dom Francisco de Noronha, Tenente General dos Meus Exercitos, e Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens ; e na falta de qualquer delles o Conde Monteiro Mor, que tenho nomeado Presidente do

²²³ Relação de mais de 150 anos. Cf. Tratado de Westminster, em 1654, no qual a Grã-Bretanha reconhecia a independência de Portugal. RICUPERO, Rodrigo. “O Estabelecimento do Exclusivo Comercial Metropolitano e a Conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil”. *História* [online]. 2016, vol.35, e100. Epub Dec 19, 2016.

Senado da Camara, com a assistencia dos dous Secretarios o Conde de Sampaio, e em seu lugar Dom Miguel Pereira Forjaz, e do Dezembargador do Paço, e Meu Procurador da Coroa, Joam Antonio Salter de Mendonça”²²⁴

Segundo o Príncipe, a escolha deveu-se à “grande confiança, que de todos elles Tenho, e larga experiencia que elles tem tido das cousas do mesmo Governo”²²⁵. Ao Conselho de Regência caberia não apenas administrar a Justiça, mas agir em conformidade às Instruções, assinadas na mesma data, e que seguiriam junto com o decreto.

Quanto às Instruções, o documento descrevia a forma de Juramento junto ao Cardeal Patriarca e a observância das Leis e costumes do Reino. Sustentava que os privilégios concedidos deveriam ser mantidos e caso fossem apresentadas Consultas pelos Tribunais, estas deveriam ser decididas por pluralidade de votos. Cabia ainda ao Conselho de Regência indicar e designar as pessoas para o provimento de cargos, junto aos Ofícios de Justiça, Fazenda, Letras e Militares, para a defesa das pessoas e propriedades do Reino, observando-se o processo de escolha praticados pela Coroa para esses provimentos.

²²⁴ PT/AMM/CFLTV/AMVFX-CMVFX/008. Decreto do Principe Regente de Portugal, pelo qual declara a sua intençam de mudar a Corte para o Brasil, e erige huma Regencia para governar em sua ausência.

²²⁵ PT/AMM/CFLTV/AMVFX-CMVFX/008. Decreto do Principe Regente de Portugal, pelo qual declara a sua intençam de mudar a Corte para o Brasil, e erige huma Regencia para governar em sua ausência.

As Instruções também indicavam como proceder em relação às tropas francesas, dando-lhes assistência em tudo que fosse necessário, de forma a manter a ordem, na busca pela conservação da harmonia, que segundo o Príncipe “deve praticar com os Exércitos das Nações, com as quais nos achamos unidos no Continente”²²⁶.

Instruía, ainda, como incluir novo membro no Conselho, caso algum viesse a faltar, e expunha a confiança no Conselho para agir em seu nome e manter a ordem em seus Reinos, na expectativa de que tal período fosse breve.

Um terceiro documento de 26 de novembro de 1807, determinava que fossem providenciados todos os víveres necessários e requeridos pelas tropas francesas, a fim de que se conservasse “a boa ordem e tranquilidade que devem ter com as referidas tropas”²²⁷.

Entre 27 de novembro de 1807 e agosto de 1808, ocorreu a primeira Invasão Francesa de Portugal. Durante esse período, Junot, comandante das tropas francesas, preservou o Conselho de Regência na administração das instituições portuguesas. Somente após a expulsão dos franceses, fizeram-se necessárias algumas alterações no Conselho.

Nesse contexto, um segundo decreto²²⁸ foi expedido em 2 de janeiro de 1809. Nele, o Príncipe Regente, além de afirmar que as circunstâncias ainda não

²²⁶ PT/AMM/CFLT/TV/AMVFX-CMVFX/008 Instruções a que se refere o Meu Real Decreto – de 26 de novembro de 1807.

²²⁷ Aviso para se aprontarem víveres à tropa francesa. 26 de novembro de 1807.

²²⁸ Decreto: *Tendo a divina providencia permittido que os meus reinos de Portugal e Algarves ficassem completamente restaurados, e livres da oppressão, e jugo Francez; e sendo necessario estabelecer hum governo para reger os meus vassallos durante a minha ausencia neste estado, e em quanto as circunstancias não permittirem que Eu haja de voltar ...* », Rainha D. Maria I, Impressão Regia, Portugal, Lisboa, 1809. Disponível em: <https://archive.org/details/decretotendodivi00port>

permitiam seu retorno à Portugal, apontou a necessidade de restabelecer plenamente o Governo e indicou sob o nome de “Governadores daqueles Reinos” os seguintes:

“Dom Antonio José de Castro, Patriarca de Lisboa; o Marquez das Minas; o Marquez Monteiro Mór; Dom Francisco de Noronha; e Francisco da Cunha e Menezes, Tenentes Generaes dos Meus Exercitos; e para Secretarios dos Negocios do Reino e Fazenda João Antonio Salter de Mendonça, Desembargador do Paço, e Meu Procurador da Coroa; dos Negocios da Marinha e Guerra Dom Miguel Pereira Forjaz, Marechal de Campo dos Meus Exercitos; e dos Negocios Estrangeiros Cypriano Ribeiro Freire, que servirá tambem nos impedimentos do dito Dom Miguel Pereira Forjaz”

O mesmo decreto determinava que cada um dos Conselheiros votasse somente no que concernia à suas respectivas áreas de atuação. Aproveitava para esclarecer, ao fim do documento, que este ratificava as decisões anteriormente tomadas nas substituições e apontamentos feitos pelo Conselho de Regência em sua composição.

A segunda Carta Régia de 2 de janeiro de 1809, continha as instruções aos governadores de Portugal e dos Algarves sobre os negócios do Reino²²⁹. A

²²⁹ Carta Régia de 2 de janeiro de 1809. Collecção das Leis do Brazil de 1809. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, pp.1-12.

carta possui 12 páginas transcritas. Nela era confirmando e ratificada a nomeação feita por Decreto da mesma data. Após elogiar as ações dos Conselheiros até então, ressaltou que deveriam dirigir-se aos presidentes das Juntas, que se haviam levantado no Reino durante a invasão francesa e agradecer individualmente a cada um dos membros pelos serviços e lealdade à Coroa, inclusive indicando, caso fosse necessário, os membros que mais se distinguiram e quais ações a Coroa deveria fazer para tais membros.

Determinava ainda que “os negocios politicos, ecclesiasticos, administrativos, de Fazenda e Justiça, Militares e Maritimos, que nesse governo se tratarem, ser resolvidos á pluralidade de votos, e no caso de empate, pelo voto do que presidir, segundo á fôrma estabelecida, devem tambem ter voto nos negocios, que forem da sua respectiva repartição”²³⁰. Eram estabelecidos procedimentos para o exercício do Conselho: os Conselheiros seriam chamados de Secretários do Governo da Regência, e as respectivas Secretarias seriam Secretarias do Governo; frisava que os Secretários de Estado somente seriam aqueles que servissem a Real Pessoa diretamente, e portanto, as Secretarias de Estado ficariam juntas da Coroa, no Brasil, com a observação de que tal situação permaneceria assim, até que fosse permitido o retorno à Portugal. D. João esclareceu que no caso do Real Erário, o Presidente seria aquele que exercia as funções junto de sua Pessoa, e que em Portugal, o título passaria a ser de Diretor Geral do Real Erário, embora exercesse as mesmas funções anteriormente desempenhadas pelo Presidente em Portugal, mas com a subordinação momentânea e dependência ao que exercia as funções junto do

²³⁰ Carta Régia de 2 de janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p. 1 e 2.

Rei. Os Secretários e Ministros das respectivas áreas das repartições (Brasil, Fazenda, Negócios Estrangeiros e da Guerra, e Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos) deveriam encaminhar todos os negócios e decisões à Real Presença, mesmo os que demandassem solução imediata. Apontava alguns casos que posteriormente seriam ratificados pelo punho real, como os provimentos militares que poderiam ser indicados e iniciar o cumprimento de suas funções ou promoções interinamente, mas que somente após a aprovação pelo punho real estariam de fato no exercício, mas seus soldos seriam considerados como partindo da data inicial do cumprimento das ordens.

Os demais assuntos tratados ao longo da Instrução são: Religião, Negócios Exteriores, Justiça, Fazenda e Defesa. Sobre a religião, o Príncipe Regente dispôs que se mantivessem os costumes intactos e a soberania eclesiástica do Papa e Bispos dentro dos seus limites já existentes, cabendo ao Conselho conservar tudo como estava antes e garantir o respeito dos estrangeiros, desde que com moderação, na prática de seus princípios religiosos. Justificou que a moralidade era a base para a felicidade da Nação, e que para assegurar um futuro próspero ao Estado seria necessário observar este ponto e fazer com que bispos, párocos e professores inspirassem, dentro do limite de suas funções, aos povos: os supra citados princípios de moral, “o maior respeito à minha autoridade real, aos magistrados e delegados da mesma, e àquelle amor da patria, que, mais que tudo segura a felicidade publica, a estabilidade do Estado, e póde mesmo restabelecel-a, quando perdida, como as ultimas experiencias acabam de mostral-o”²³¹. Essas ações, na realidade,

²³¹ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p. 3.

buscavam frear a disseminação das ideias liberais amplamente divulgadas pelos franceses e, para isso, o Conselho deveria ainda, dar publicidade às ações do Príncipe Regente que incentivara os estudos tanto na Universidade de Coimbra como nos níveis mais baixos.

Com relação aos negócios exteriores, o Príncipe Regente, a partir da descrição das relações com a Grã-Bretanha e Espanha, buscava justificar ações para retomada das relações com esses países. No caso da Coroa Britânica, as relações deveriam ser preservadas e mantidas na “melhor correspondência e boa harmonia”²³² em função do inimigo comum, sempre atendendo com amizade e afeto os vassalos dessa Coroa, que era uma aliada fiel e antiga e que se necessário fosse, deveria dirigir à essa Coroa pelo enviado naquela corte, que também recebia instruções a esse respeito. Nesse sentido, o Príncipe autorizava os pedidos feitos pelo enviado português em Londres, no que diz respeito aos socorros em dinheiro e objetos de guerra solicitados para que auxiliasse e socorresse os vassalos do Reino, e retomou a ideia de que ele, o Príncipe, já havia feito diversas recomendações e dado ordens nesse sentido, e executava tais ações para subverter a opressão que o Governo Francês trazia. Ainda agindo da mesma maneira, D. João conseguiu um empréstimo de cinco a seis milhões de cruzados, garantido pela Coroa Britânica, que deveria atender em parte as urgências do Erário somados aos esforços enviados a partir do Brasil.

Em relação à Espanha, indicou que a retomada das relações com aquela Coroa era necessária, pois a independência de Portugal na Europa estava diretamente relacionada com a independência da Espanha e, portanto, dentro

²³² Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p. 3.

das possibilidades do Reino, o Conselho deveria auxiliar na defesa do território espanhol. Expressava que esse desejo era partilhado com Fernando VII, como herdeiro do trono espanhol²³³. Lembrava ao Conselho o quanto Portugal procurara atender e sustentar a causa espanhola, que dizia respeito às duas monarquias, posto que eram “inseparável, e como fazendo um único todo ou deve existir, ou deve parecer ao mesmo tempo”²³⁴, e que tinha ciência e não esqueceria que as Juntas de Espanha tinham reconhecido os direitos da Princesa do Brasil, sua esposa.

No que tange à Justiça, base da segurança dos direitos dos indivíduos, e na busca da ordem da sociedade, ratificava as resoluções sobre o restabelecimento dos magistrados e tribunais, excetuando o Conselho Ultramarino, que só teria atividade quanto aos pedidos de certidões, e suas demais funções não teriam exercício, visto que dependeriam do seu retorno ao Reino. Indicava que, excetuado os assuntos muito urgentes, os demais deveriam ser remetidos por consultas a sua Real Presença, e que seria necessário aguardar suas resoluções, com a observação sobre a centralidade do Império “pois que onde eu existo e resido é que necessariamente se deve considerar a séde e o ponto central do Imperio”²³⁵. Ainda quanto ao funcionamento das instituições ligadas ao Judiciário, dispunha: que as causas relacionadas ao Brasil (Relação da Bahia e do Rio de Janeiro) não iriam mais para a Relação de Lisboa,

²³³ Na sequência citou a amizade constante com a Coroa Marroquina e a necessidade de procurar a paz com Argel, as descrevendo como potências “Barbarescas”.

²³⁴ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p. 4.

²³⁵ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p. 4.

uma vez que era mais cômodo e rápido suas resoluções diretamente no Brasil. Entretanto, as causas do Pará, Maranhão, Ilhas dos Açores, Madeira e Porto Santo continuariam a subir para a Relação de Lisboa. Quanto aos magistrados, deveria ser estudado e submetido para consulta seus eventuais remanejamentos ou dispensas quando possível, e quanto aos funcionários, deveria haver uma proposta de redução, inclusive com consulta em todas as instâncias, de maneira que tal atitude trouxesse economia para o Estado, desde que não houvesse danos ou inconvenientes ao serviço real e publico. O Regente observava que tais medidas encontravam respaldo nos princípios da Economia Política, para melhoramento do Estado e dispensa dos funcionários.

Com relação aos processos de punição que envolviam os indivíduos que se relacionaram com o Governo invasor, a Carta Régia faz longa digressão. Primeiro, ratificava o restabelecimento do Juiz de Inconfidência, que deveria agir prontamente nos julgamentos para tranquilizar o povo. Todos os acusados deveriam ser submetidos a julgamento, independente de sua classe de origem, agindo com moderação quanto aos vassalos que foram infiéis ao Príncipe e tivessem cometido atos de alta traição, incorrendo em crime de lesa majestade, até mesmo para aqueles das classes superiores, iludidos pelas falsas promessas feitas pelo Governo Francês. Tais julgamentos deveriam ocorrer segundo as Leis do Reino, com o maior rigor e exatidão, dando publicidade aos processos para que não houvesse dúvidas junto à população sobre a atuação do Príncipe. O Conselho, porém, deveria agir de modo que demonstrasse o quão piedoso era o coração do Príncipe, sempre atentando para distinguir “os malvados que se venderam aos Francezes, e que com elles maquinaram a subversão da minha soberania” dos que “por temor e por julgarem o mal

irremediável se uniram ao mesmo Governo usurpador”²³⁶. Na Proclamação era recomendado que transparecesse, para Portugal e toda a Europa, a doçura e justiça com que o Príncipe reinava e que não agia sob a ideia de vingança ou sob a ingratidão daqueles que o traíram. Por fim, chamava atenção para o fato de que a execução das sentenças deveria continuar sendo submetida a ele e que somente após sua resolução, o cumprimento da sentença deveria ser executado, principalmente nos casos de pena capital.

O quarto assunto tratado nas Instruções foi a Real Fazenda, apontada como a principal base para a força pública, pois, por meio dela, a fortuna da nação e dos vassallos prosperaria. Ressaltava o papel da Fazenda na defesa do território português, destacando os problemas aos quais o Reino estava submetido como “a delapidação que se fez dos impostos, a falta de metaes preciosos para a circulação, e o papel, que sem credito impede e paralyza todo o movimento”²³⁷. Fazia-se, pois, necessário animar esse corpo do Estado, o que somente seria possível se agricultura, indústria e comercio se reanimassem. Na Instrução seguia a ressalva sobre situação da organização do sistema de pagamento, posto que o importante seria o momento presente, deixando os pagamentos atrasados para serem resolvidos depois, priorizando sempre o caixa corrente²³⁸. Na primeira intervenção, o Príncipe indicou a questão dos

²³⁶ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.5.

²³⁷ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.6.

²³⁸ Na *Carta Régia*, o Príncipe fez alusão que tal sistema já havia sido utilizado em 1762 e se mostrou prático “Este systema que se praticou em 1762, talvez seja agora de absoluta necessidade, e fazendo-o vós praticar, debaixo de uma regra inalteravel, e com a maior regularidade, pode ser que em pouco tempo se sentisse delle o melhor efeito”. Carta Régia de 2

impostos, ressaltando que a nação reconhecesse a necessidade que havia no uso deles. O primeiro se referiria ao terço dos rendimentos eclesiásticos, pressupondo que o clero concordasse com tal gesto patriótico, este imposto com apelo mais popular, se estenderia aos rendimentos de comendas, bens da Coroa, e outros alienados como capelas, substituindo a décima que pagavam os bens eclesiásticos e o quinto que pagavam os bens da Coroa. O segundo imposto seria o do papel selado, que já havia sido cobrado e que após sua anulação trouxera grande dano a Fazenda, e que em tal circunstância se tornara indispensável seu retorno. Esses impostos não resolveriam a situação fazendária do Reino, mas ajudariam, desde que em consonância com outras ações, como a efetiva cobrança dos impostos já estabelecidos o que tornaria a restauração do Reino mais produtiva. Uma outra ação tratava das Alfandegas, e as Instruções dispunham sobre o sistema que deveria ser implementado em Portugal, como o Príncipe havia feito no Brasil. O sistema se daria como segue:

- “1º, os direitos gerais das Alfandegas a 24% do valor da pauta;
- 2º, a diminuição de uma terça parte dos mesmos direitos, ou a sua redução a 16%, logo que for propriedade portuguesa, importada em navio português;
- 3º, total supressão de direitos nos generos, produtos, e manufacturas do Reino, que todas se exportar livres de direitos;
- 4º, isenção de direitos nos generos do Brazil, que se importarem para se reexportarem, e que forem por deposito, ficando só sujeitos a pagarem direitos, os que se destinarem para consumo do Reino.

Estas isenções que aparentemente diminuirão a renda real e publica, em breves annos a farão crescer; e vós deveis consultar-me tudo o que julgardes necessario para este grande estabelecimento”²³⁹.

Ainda sobre os impostos, determinava que o Conselho se ocupasse de estabelecer propostas para diminuir as cobranças como as jugadas, terços e quartos da produção agrícola, que aliviaria o Povo e também estimularia a produção, buscando substituir estes impostos por outros menos fatais. Citava no caso, as províncias do Norte de Portugal, que embora pagassem os forais, estes surtiam pouco efeito sobre as Rendas Reais e em anos de pouca produção, agravava a situação dos produtores. Concluía que, procurando readequar as taxações, o Conselho atingiria o objetivo de tornar os rendimentos reais produtivos, beneficiando o povo, sem onerá-lo.

O Príncipe ainda apontava a necessidade do Conselho enveredar por outros assuntos como a circulação do papel moeda, que estava desacreditado, mas demonstrava consciência que cabia a ele dar o exemplo, e portanto, determinou que deixava livre os rendimentos reais do Reino, para que suportassem a despesa do mesmo, e indicou os meios como o Conselho procederia com relação ao crédito e circulação do papel:

“em 1º lugar a venda de todos os bens e foros da Corôa; em 2º lugar o resgate dos foros e laudemios, censos e luctuosas, ficando o seu producto em um rendimento liquido, e proporcional ao seu justo valor nos rendimentos reaes, e servindo a amortisar o papel moeda; em 3º lugar, a erecção de um Banco que substitua emfim o seu papel ao actual que todo se deve tirar da circulação; 4º o

²³⁹ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.7.

estabelecimento de bilhetes de crédito apoiado sobre os bilhetes das Alfandegas, que se não devem deixar circular”²⁴⁰.

A Carta ressaltava que, caso o Conselho seguisse tais meios com a retidão necessária, seria possível alcançar não só restabelecimento do crédito público, bem como o de grandes meios, o que permitiria ao Conselho abrir novos empréstimos lentamente que reequilibrariam a Fazenda Real. Por fim, indicava uma outra via que era moralmente condenada, a loteria. Ponderava, no entanto que, naquele momento, não seria possível abandoná-la, a exemplo dos ingleses, e que essa via seria utilizada para aquilo que mais demandasse rápido socorro, o que na opinião de D. João, era a indústria nacional. Concluía assim, a parte que tratava sobre o aumento da Renda Real e reiterava que objetivo principal do Conselho era o de restabelecer do crédito público e melhorar a confiança no Erário Régio, até citava como exemplo o caso de sua Regência no Brasil como frutífero, apesar dos gastos gerados pelas invasões francesas.

Uma outra questão relativa à Real Fazenda foi o problema das despesas e os meios de controlá-las. Era fundamental economizar e vigiar os gastos públicos para que não houvessem dispêndios inúteis e principalmente que se pudessem pagar todos os compromissos assumidos, o que geraria confiança. As Instruções indicavam que o número de Tesourarias poderia diminuir, concentrando os meios de pagamentos e que a burocracia para tais pagamentos também poderia ser reduzida, sugerindo a criação de um Banco público, capaz de efetuar os pagamentos e, inclusive o da Junta dos juros, mesmo que com uma oneração da Fazenda. Tais ações serviriam para simplificar a burocracia e

²⁴⁰ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.8.

reavivar a confiança da Real Fazenda. Insistia que fossem feitos e enviados relatórios circunstanciados sobre o estado da Fazenda, contendo toda a arrecadação, com a divisão desta por impostos. Nesses relatórios deveria também haver a indicação sobre a expectativa de arrecadação futura, dividida em antecipada e livre, e indicação de se haveria melhora nesta arrecadação futura, demonstrada com orçamentos sobre receita e despesa e explicações necessárias para o entendimento do Regente. O Conselho também deveria redigir relatórios sobre o estado exato da dívida real e pública, tanto interna quanto externa, e dos pagamentos feitos para sua amortização. O Príncipe criticou os relatórios até então encaminhados pelo Conselho e sugeriu que das somas que faltavam coletar, mesmo com coleta realizada pelos Franceses, se negociasse com as partes para que fosse arrecadada como empréstimo ao Real Erário, e quanto ao pagamento dos juros, cabia ao Conselho a negociação dos valores e se havia meios para que se pagassem estes juros, terminava dizendo “pois só com semelhante exactidão é que se póde restabelecer o credito”²⁴¹.

A ideia de prosperidade pública foi tema recorrente ao longo das Instruções, tendo D. João tratado de maneira conjunta, além da questão dos impostos e administração fazendária, a questão da promoção da agricultura, indústria e comércio, que seriam os meios por quais os recursos financeiros surgiriam. Sobre a agricultura, a instrução inicial tratava da abertura e manutenção das estradas e a possibilidade de auxílio via navegação e sistema de comunicação no interior do Reino. Citou o exemplo do Porto de Aveiro que, restabelecido, poderia ajudar nos longos arrendamentos na Província da Beira,

²⁴¹ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.9.

de forma a atrair investimentos de grandes cabedais, o que significaria maiores contribuições na arrecadação. Cabia ao Conselho ainda resolver embaraços que pudessem existir em razão da ação das Câmaras e sugerir a divisão e ocupação dos baldios de modo que aumentasse a povoação.

Quanto à indústria, o Conselho deveria divulgar que as manufaturas do Reino que entravam no Brasil, não pagavam direitos e que, portanto, em Portugal, estas também não deveriam pagar direito algum, assim como as matérias primas utilizadas por elas, para animar a indústria e trazer lucros. Solicitava atenção especial para algumas indústrias de tecelagem do Reino, em específico as fábricas de lã de Portalegre e Covilhã, a de fiar algodão de Tomar e as de fiação de sedas, estofos de cetim e tafetás. Quanto às fábricas de ferro, dava instruções para que fossem enviados ao Brasil os especialistas alemães, para atenderem as minas de ferro de que o Brasil estava cheio, deixando em Portugal homens hábeis capazes de gerir a produção das fábricas, e ainda o envio dos outros alemães, especialistas na produção de armas, através de máquinas²⁴². Estes deveriam ser enviados junto com os objetos, deixando em Portugal cópias dos modelos.

No que diz respeito ao comércio, D. João relacionou-o diretamente à navegação, instruindo o Conselho para divulgar que a propriedade portuguesa que fosse transportada em embarcações portuguesas pagaria um terço menos de direitos, que somados ao abatimento dos direitos das alfândegas, deveria favorecer o comércio e estimular a navegação.

²⁴² Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.10.

Como último assunto, mas não menos importante, aparece nas Instruções a questão da defesa militar. D. João destacou que todos os cuidados apreusentados ao longo da Instrução de nada serviriam se o Reino não estivesse seguro. Cabia ao Conselho auxiliar e socorrer a Espanha, no que fosse necessário para a expulsão dos franceses além dos Pirineus, mas também desenvolver um sistema que conseguisse manter tal situação de liberdade. Ratificava a decisão do Conselho de aumentar o salário dos soldados, mas ordenava que estes fossem colocados em situação de iguais (armas, animo, alimentação...) frente aos franceses, posto ser o único meio de exigir da tropa louváveis resultados. Nesse sentido, exaltava a decisão da Junta do Porto de recrutar os soldados voluntariamente, de modo que o patriotismo e as condições proporcionadas pelo Estado fossem propícios para tal alistamento. Quanto aos modelos militares, exaltava o uso do cavalo nos campos de batalha, na figura da cavalaria e artilharia a cavalo, como essenciais na guerra e, por conseguinte a importância e atenção dedicada à procriação e ao treinamento dos cavalos no Reino. Associava tal elemento de defesa à agricultura, pois seria proveitoso aos lavradores a criação de bons potros. Aprovava, ainda, a manutenção da cavalaria à custa da Fazenda Real, como a ferramenta mais apropriada ao socorro das províncias do sul do Reino.

Especial atenção deveria ser dada às milícias do Reino, organizando-as em regimentos que seriam treinados aos domingos, inclusive com o estabelecimento de prêmios, como nos casos de tiro ao alvo. Tais manobras serviriam a dupla função, treinamento e ocupação da mocidade, mantendo aceso o espírito marcial em toda nação, que dependeria deles em tempos difíceis. Ressalvava, no entanto, que estas só deveriam ser convocados em caso

de maior aperto e urgência, e aprovou o pedido feito ao rei britânico para armar tal população, afim de que pudessem se organizar enquanto força respeitável pelo seu número e prática no exercício. Solicitava também inventário dos arsenais e do estado das armas, para ter ciência do tamanho do esbulho praticado pelos franceses, e das necessidades para recompor a Defesa Portuguesa. Indicava mais uma vez a necessidade de o Conselho organizar uma força respeitável, composta das três armas, que se juntasse aos exércitos inglês e espanhol, a fim de que expulsasse os franceses da Península e fechasse a passagem dos Pirineus. O Regente justificava essa ação “para formar Cabos e Generaes capazes de conduzirem e dirigirem os meus Exercitos no caso de necessidade”²⁴³.

A Marinha deveria merecer atenção do Conselho, em especial no caso do Estreito de Gibraltar, com atuação contra os corsários argelinos, protegendo a navegação do Reino com os demais domínios ultramarinos. Dependendo do caso, seria desejável não apenas a defesa como também o ataque contra os Argelinos, para impor a eles a necessidade de paz. D. João ressaltava que a restauração da Marinha e as reformas em sua administração não deveriam diminuir o primor seu funcionamento.

No fim das Instruções, o Príncipe fazia saber que em momento algum esqueceu-se das necessidades humanas dos seus vassalos e das condições que a eles foram impostas durante a invasão, e enviaria com a maior brevidade possível além os socorros financeiros para acudir ao Reino, embarcações carregadas de alimentos e demais objetos que a população do Rio de Janeiro

²⁴³ Carta Régia de 2 de Janeiro de 1809. *Collecção das Leis do Brazil de 1809*. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1891. In <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao1.html>, p.11.

dispunha para ajudar os fieis e honrados vassallos que permaneceram no Reino. Caberia ainda ao Conselho, além da aplicação correta das remessas financeiras, tornar públicas as intenções do Príncipe Regente, para que todos tivessem ciência do seu zelo por todos seus vassallos e que havia harmonia entre eles, independente de sua localização no Império. Instruía ainda, que fossem feitas publicações dirigidas ao Clero, Nobreza e Povo sobre: a declaração de guerra aos Franceses; as condições aos quais os vassallos do Regente haviam sido submetidos; as pretensões de usurpação da Coroa Portuguesa por parte dos Franceses e seu conhecimento dos atos de fidelidade e lealdade prestados pelos Povos do Reino.

A segunda invasão francesa teve início em março de 1809, quase 2 meses após a emissão da Carta Régia descrita acima. A segunda invasão durou até julho de 1809, e foi entre a expulsão da segunda invasão e a terceira invasão, que foi promulgado um terceiro Decreto, tratando da formação do Governo do Reino.

O Decreto de 24 de maio de 1810 respondia ao pedido da Majestade da Grã-Bretanha, que solicitava a participação de Carlos Stuart, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Coroa Britânica em Lisboa, como membro do Governo do Reino, para votar nos negócios Militares e da Fazenda, justificando sua indicação como do interesse da monarquia e da península. No mesmo Decreto, o Príncipe aceitava, a pedido, a demissão do Marques das Minas, e nomeava para compor ainda o Governo do Reino: “ao Principal Souza, o Conde do Redondo Fernando Maria de Souza Coutinho, e ao Doutor Ricardo Raymundo Nogueira, Reitor do Real Collegio dos Nobres, por esperar, que me

servirão neste Emprego com o mesmo zelo, amor, e fidelidade, com que Me tem sempre servido”²⁴⁴.

O decreto antecedeu a terceira invasão, que se iniciou em julho de 1810 e terminou em abril de 1811. Após 3 invasões, o território de Portugal continental estava praticamente exaurido, com os saques e a destruição dificultando a manutenção tanto do exército invasor como do defensor, com graves prejuízos à população em geral. Os esforços necessários para recuperação são parte fundamental na longa Carta Régia com as Instruções aos Governadores.

Um terceiro decreto, de 1812, estabeleceu a formação final do Governo do Reino, que ficou composto por: “Dom Antonio José de Castro, Patriarca de Lisboa; o Marquez Monteiro Mór; Dom Francisco de Noronha; e Francisco da Cunha e Menezes, Tenentes Generaes dos Meus Exercitos; e para Secretarios dos Negocios do Reino e Fazenda João Antonio Salter de Mendonça, Desembargador do Paço, e Meu Procurador da Coroa; dos Negocios da Marinha e Guerra Dom Miguel Pereira Forjaz, Marechal de Campo dos Meus Exercitos; e dos Negocios Estrangeiros Cypriano Ribeiro Freire, que servirá tambem nos impedimentos do dito Dom Miguel Pereira Forjaz; Carlos Stuart, Ministro Plenipotenciário da Coroa Britânica em Lisboa, como membro do Governo do Reino, para votar nos negócios Militares e da Fazenda; Principal Souza, do Conde do Redondo Fernando Maria de Souza Coutinho, e do Doutor Ricardo Raymundo Nogueira, Reytor do Real Collegio dos Nobres”. Foi somente após 3 invasões, com um Estado abatido e uma população descrente que o Conselho de Regência pode enfim, realizar de fato seus trabalhos reforçados pelas Instruções aos Governadores.

²⁴⁴ PT-AMM-CFLLTV-TT-CGR-045_m0002. Cópia do Decreto de 24 de maio de 1810.

Dom Antonio José de Castro, Patriarca eleito de Lisboa, nasceu em 30 de junho de 1741²⁴⁵ e faleceu em 12 de abril de 1814, era filho de D. António José de Castro, 1.º Conde de Resende, e de D. Teresa Xavier da Cunha e Távora. Foi ordenado em 1775, e nomeado bispo da Diocese do Porto em novembro de 1798, cargo que mantinha quando faleceu. Em 1808, desempenhou papel relevante no levantamento do Porto contra as tropas francesas. Em 1809, se tornou membro da Academia Real das Ciências de Lisboa e também foi designado como membro do Conselho de Regência do Reino. Nesse mesmo ano, foi designado como Patriarca de Lisboa, mas dada a situação de perturbação política na Europa, sua designação nunca foi confirmada, nem recebeu a dignidade cardinalícia.

D. Francisco de Melo da Cunha Mendonça e Meneses, 1.º conde de Castro Marim²⁴⁶ e 1º Marquês de Olhão, nasceu em 26 de abril de 1741, e faleceu em 7 de abril de 1821. Casou-se em 29 de novembro de 1783 com D. Joaquina Teles da Silva, filha dos marqueses de Penalva. Era gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I, grã-cruz das ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição. Sucedeu na casa dos Cunhas em 1778 a seu pai, e no ofício e casa dos monteiros-mores em 16 de fevereiro de 1789 a seu primo Francisco de Melo e por isso era conhecido como o Marquês Monteiro-mor²⁴⁷. Em 1797 foi

²⁴⁵ Há uma imprecisão com relação a data exata do nascimento, mas segundo seu obituário faleceu com 72 anos e 10 meses, em 12 de abril de 1814. Conferir Correio Brasiliense v. 12, pp. 747-748, acessado em <https://books.google.pt/books?id=QlsPAAAAIAAJ&pg=PA747&dq#v=onepage&q&f=false>

²⁴⁶ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Acessado em <http://www.arqnet.pt/dicionario/olhao1m.html>

²⁴⁷ Oficial da casa real encarregado de governar e dirigir as coutadas, e dirigir as caçadas reais e as pessoas que nelas participavam.

nomeado capitão-general e governador das Armas do Algarve. Na Guerra de 1801 defendeu o Algarve de uma tentativa de invasão espanhola, o que lhe valeu o título de Conde de Castro Marim, dado por decreto de 14 de Novembro de 1802. Em 1807, quando da invasão pelos franceses, era o encarregado do governo das armas do Algarve. Participou logo de pronto, em junho de 1808, na revolta no Algarve, assumindo a presidência da junta que se constituiu em Faro. Quando as forças populares se organizaram para expulsar de Portugal os franceses, o conde de Castro Marim marchou à frente das tropas e da população, expulsando os soldados de Junot. Após sua nomeação como Governador do Reino, recebeu o título de Marquês de Olhão²⁴⁸, por decreto de 21 de dezembro de 1808 assinado pelo príncipe regente. Depois da Revolução do 1820 afastou-se dos negócios públicos, mas por pouco tempo, pois faleceu no ano seguinte.

D. João Francisco Benedito de Sousa Lencastre e Noronha²⁴⁹, 10º conde do Prado, e 7º Marquês das Minas. Nascido em 1761, era gentil-homem da câmara da rainha D. Maria I. Faleceu entre 1810/1812 sem deixar geração. Era filho do 6.º marquês das Minas e 9.º conde do Prado, D. Lourenço José das Brotas de Lencastre e Noronha, e de sua mulher, D. Maria Francisca.

Francisco da Cunha e Menezes²⁵⁰, Tenente General dos Exercitos, nasceu em 10 de abril de 1747 e faleceu em 12 de Junho de 1812. Era membro

²⁴⁸ A nomenclatura do título deveu-se a uma embarcação de pesca de Olhão ter conseguido atravessar o Atlântico e chegar ao Rio de Janeiro noticiando a revolta do Algarve, a primeira de que se teve notícia no Brasil, contra os franceses em 21 de Dezembro de 1808

²⁴⁹ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Acessado em <http://www.arqnet.pt/dicionario/minas7m.html>

²⁵⁰ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Acessado em <http://www.arqnet.pt/exercito/menezes.html>

da família dos condes de Lumiares, tendo ingressado no exército no fim do reinado de D. José I. Era major quando foi nomeado Governador de São Paulo, em 1782. Entre 1785 e 1789, devido ao seu bom desempenho foi nomeado para a Índia com o título de Governador, e não de Vice-Rei, pois não era detentor de título nobiliárquico. Na Índia, conquistou Pernem e recebeu Pondá e Piró do rei de Sunda, ocupando o posto até 1794, data em que foi substituído pelo governador Veiga Cabral, pelo que regressou a Portugal. Promovido a Coronel do Regimento de Campo Maior, no Alto Alentejo, chegou ao posto de marechal de campo em 1800. Nomeado para um posto de comando no exército do Norte, liderado pelo marquês de la Rosière durante a Guerra de 1801, foi nomeado quartel-mestre general do Exército do Norte, quando Gomes Freire de Andrade foi para Coimbra em agosto de 1801. Foi enviado novamente para o Brasil, agora para o Norte, para o lugar de governador da Baía, tendo permanecido no Brasil até 1805, sendo promovido a tenente general em fevereiro 1807 e sendo nomeado para o Conselho de Guerra. Em novembro de 1807, devido à ida da corte para o Brasil, foi nomeado membro do Conselho de Regência, a que pertenceu até ser impossibilitado de se reunir por ordem de Junot. Pertenceu à Regência restabelecida tendo sido confirmado no seu lugar pela Carta Régia de 1809.

João Antonio Salter de Mendonça²⁵¹, Desembargador do Paço, e Procurador da Coroa, 1.º visconde de Azurara, fidalgo cavaleiro da Casa Real, do conselho de D. João VI, cavaleiro professo na ordem de Cristo, comendador de S. Pedro de Farinha Podre, no bispado de Coimbra, na referida ordem,

²⁵¹ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Acessado em <http://www.arqnet.pt/dicionario/azurara1v.html>

comendador da ordem de N. Sr.^a da Conceição. Foi desembargador do Paço e da Casa da Suplicação, deputado e procurador da Junta do Tabaco. Nasceu em Guiana, bispado de Pernambuco, a 15 de agosto de 1746, faleceu em 14 de junho de 1825. Era filho de Jorge Salter de Mendonça, fidalgo da Casa Real, desembargador da Relação e Casa do Porto, em cujo exercício faleceu, desembargador da Relação da Baía, ouvidor de Paraíba e procurador da coroa e fazenda desta capitania, juiz de fora da vila de Ourém, provimento da casa de Bragança, proprietário do ofício de escrivão da carga e descarga das naus da Índia. Salter de Mendonça foi para Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde cursou direito, e, logo após sua conclusão foi nomeado auditor do regimento de marinha. Em 1772 foi promovido à desembargador da Relação do Rio de Janeiro, desempenhando também as funções de ouvidor geral do cível, procurador da Coroa e Fazenda Real, deputado de fazenda, porteiro e guarda-mor da alfândega, sendo transferido em 1779 para a Relação do Porto, cidade na qual serviu também como procurador fiscal e conservador da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Em 1789 foi nomeado desembargador da Casa da Suplicação; em 1799 procurador-geral da coroa, e em 1801 deputado da casa de Bragança. Quando a 29 de novembro de 1807 a família real partiu para o Brasil, ficou Salter de Mendonça fazendo parte da regência nomeada por D. João VI, então príncipe regente, como secretário e encarregado dos negócios do Reino e da Fazenda, lugar em que se conservou até 15 de setembro de 1820, em que se realizou na capital a revolução, e foi dissolvida a regência, elegendo-se uma junta por aclamação do povo. Salter de Mendonça também foi nomeado em 1812 regedor da justiça da Casa da Suplicação, guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo, em 24 de

dezembro de 1813, presidente da comissão do Exame dos Forais e Melhoramentos da Agricultura, presidente da comissão da Nova Reforma de Pesos e Medidas, escrivão e proprietário da carga e descarga das naus da Índia. Casou-se no Porto em 1789 com D. Ana Rosa de Noronha Leme Cernache, filha de Vicente de Noronha Leme Cernache, e de sua mulher D. Ana de Noronha Leme Cernache. O título de visconde de Azurara foi concedido em duas vidas, por decreto de 13 de maio de 1819 e carta de 22 de junho de 1820. Faleceu sem filhos legítimos, passando o título de visconde para seu filho natural, legitimado pelo alvará de 6 de fevereiro de 1809, Jorge Salter de Mendonça.

Dom Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende de Magalhães²⁵², 9º Conde da Feira. Nasceu em Ponte de Lima, em 1 de novembro de 1769 e faleceu em 6 de novembro de 1827, na freguesia de Santa Engrácia, está sepultado no Convento da Madre Deus. Filho de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Meneses e de D.^a Luísa Teresa Antónia da Câmara e Meneses. Casou duas vezes, a primeira em Maio de 1799, na freguesia de Triana, Alenquer, com a sua prima D.^a Maria do Patrocínio Freire de Andrade e Castro com a qual teve uma filha - Maria José Pereira Forjaz Coutinho. Casou-se de novo em 1803, na freguesia da Lapa, com D.^a Joana Eulália Freire de Andrade. Ingressou no Colégio dos Nobres, em 16 de novembro de 1783, tendo-se destacado em latim. Em 23 de julho de 1785, após ter concluído os estudos, entrou para o exército em 1785, tendo sido nomeado, dois meses depois, cadete do Regimento de Peniche. Foi promovido a alferes em 1787, e serviu no estado-

²⁵² Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Acessado em <http://www.arqnet.pt/exercito/forjaz.html> e <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/forjaz-miguel-pereira-1769-1827>

maior do conde de Oeynhausen, inspector-geral da Infantaria, estando com ele no campo da Porcalhota em 1790. Foi promovido a capitão em 1791, e a major (sargento-mor) em 1794, sendo nomeado ajudante de ordens do Marechal de Campo João Forbes Skellater, comandante da divisão portuguesa que foi combater no Rossilhão e na Catalunha. Na batalha pela tomada de Puigcerdá, em 1795, as forças portuguesas foram lideradas por D. Miguel Forjaz, o qual acabou por ser ferido por uma bala no pescoço, tendo recebido, pela sua atuação, o senhorio dos coutos de Freiriz e Penegate. No posto de coronel, em março de 1800, foi nomeado governador e capitão-general do Pará, no entanto, recusou-se a assumir tal nomeação, conseguida pelo seu primo D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, participando na campanha do ano seguinte, no Alentejo, na qual exerceu o cargo de quartel-mestre-general (chefe de estado maior) do general Forbes. Em 1806 foi elevado a brigadeiro, e encarregado da inspeção-geral das milícias. Quando a família real saiu de Portugal para o Brasil, em 1807, foi nomeado secretário suplente do governo, quando fosse necessário de substituir o conde de Sampaio. Estava em Coimbra quando começou a revolta contra a ocupação francesa e dirigiu-se para o Porto, onde começou a reorganizar o exército, sob as ordens do seu primo Bernardim Freire de Andrade. Acompanhou-o como ajudante general do exército do Norte na sua marcha do Porto para Lisboa, tendo sido nomeado, depois da convenção de Sintra, secretário da regência sendo encarregado da pasta dos negócios da guerra e estrangeiros. Neste cargo reorganizou o exército, de acordo com as propostas de 1803, que foram sendo implementadas até 1807. A criação dos batalhões de caçadores é uma das suas iniciativas, de acordo com as propostas de 1803. Apoiou Beresford, de uma

maneira cada vez mais crítica, na adaptação do exército português ao serviço de campanha do exército britânico. Em 26 de novembro de 1807 assumiu, interinamente, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e em 20 de setembro de 1808 assumiu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra e Marinha e de 25 de outubro de 1808 até 1820 a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, Secretário da Regência entre 1808 e 1814, Secretário da Comissão Militar. Em 1815 opôs-se, com êxito, ao envio de uma divisão portuguesa para os Países-Baixos para combater Napoleão Bonaparte, no período dos Cem Dias. Deixou o seu lugar na regência devido à revolução de 1820, afastando-se dos negócios públicos. Por decreto de 13 de Maio de 1820 recebeu o título de conde da Feira, e em 1826 foi eleito par do reino, por ocasião da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV.

Cipriano Ribeiro Freire nasceu em 1749, e era filho de Antonio Ribeiro Freire e de Teresa Maria Rosa. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Santiago da Espada, e oficial na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tendo sido secretário na Corte de Londres entre 1774 e 1791. Foi membro da Academia Real de Ciências de Lisboa e foi o primeiro embaixador de Portugal nos Estados Unidos. Faleceu em junho de 1824.

Carlos Stuart, Barão de Rothesay, Ministro Plenipotenciário da Coroa Britânica em Lisboa²⁵³. Nasceu em 2 de janeiro de 1779 e faleceu em 6 de novembro de 1845. Era filho do General Senhor Carlos Stuart (1735-1801). O mais novo dos Stuarts, estudou em Eton College e depois na Universidade de

²⁵³ The biographical/administrative history was compiled using the following material: (1) LEE, Sidney (ed.). Dictionary of national biography. Vol. 19. Stow-Tytler. London: Smith, Elder and Co., 1909. Compiled by Graeme D Eddie, Edinburgh University Library, Special Collections Division. Acessado em <https://archiveshub.jisc.ac.uk/search/archives/84857947-0af8-3dc0-8f71-e6a88b04e7a2>

Glasgow. Casou-se com Elizabeth Margaret, terceira filha do terceiro Conde de Hardwicke, e tinha duas filhas, uma das quais, Charlotte, se casou com Charles John, Conde de Canning, e a outra, Louisa, se casou com Henrique, terceiro Marquês de Waterford. Em 1801, ingressou no serviço diplomático e tornou-se Secretário da Legação Britânica em Viena entre 1801-1804, posteriormente foi Secretário da Embaixada Britânica em São Petersburgo de 1804 a 1808, sendo apontado como assessor designado de comunicação e inteligência, entre 1808 e 1810, para Juntas Provinciais na Espanha ocupada pelos Franceses. Em 1810, como enviado do governo britânico em Portugal, foi agraciado como Conde de Machico e Marquês de Angra, Cavaleiro da Grã-cruz da Torre e Espada. Enquanto enviado em Lisboa, tornou-se membro indispensável para Lorde Wellington, sendo inclusive apontado para atuar no Conselho de Regência, permanecendo em Portugal até 1814. Em 1812, se tornou Cavaleiro Grã-cruz da Ordem de Bath e membro do Conselho Privado da Grã-Bretanha. Foi ministro em Haia entre 1815-1816 e embaixador em Paris entre 1815 e 1830. Em 1828, tornou-se Barão de Rothesay da Ilha de Bute. Em 1841, foi nomeado Embaixador em São Petersburgo onde permaneceu até 1844, quando sofreu um derrame que o incapacitou, tendo retornado a Grã-Bretanha, onde faleceu, sem deixar herdeiros homens, seu título foi extinto. Uma de suas maiores façanhas foi a negociação do tratado de reconhecimento da independência do Brasil, entre portugueses e britânicos em 1825.

D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, conhecido como Principal Sousa, nasceu em 1757 e faleceu em 1817. Era irmão do Ministro do Rei, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 1º Conde de Linhares, e do conde do Funchal, Domingos de Sousa Coutinho, embaixador em Londres, que negociou a ajuda

inglesa contra os franceses. Foi um clérigo e político, Principal da Igreja Patriarcal de Lisboa e membro do Conselho de Regência do Reino que ficou a governar Portugal quando a corte se refugiou no Rio de Janeiro, dele fazendo parte de 1810 até seu falecimento. Foi o primeiro membro do Conselho de Regência a reconhecer a urgência do regresso a Lisboa do Rei, em carta datada de 1 de Junho de 1817, na qual escreveu: “só a Real Presença dará a felicidade a este Povo e poderá regenerar esta Nação que não aspira por outra fortuna que a de ver Vossa Majestade”.

Fernando Maria de Sousa Coutinho Castelo Branco e Meneses, 14.º conde de Redondo e 2.º marquês de Borba²⁵⁴. Nasceu em 26 de outubro de 1776 e faleceu em 5 de março de 1834. Foi Vedor da Casa Real, 12º senhor de Gouveia, par do Reino em 1826, Grã-cruz da Ordem de São Tiago e da de Nossa Senhora da Conceição, comendador de Santa Maria de Gundar, na Ordem de Cristo, tenente-coronel de cavalaria. Foi um dos governadores do Reino, e diretor geral do real Erário em 1810. Era filho do 13º conde de Redondo e 1º marquês de Borba, Tomé Xavier de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Meneses, e de D. Margarida Teles da Silva, filha dos 2os marqueses de Penalva. Sucedeu na casa de seu pai a 13 de outubro de 1813. Assentou praça em cavalaria, e chegou ao posto de tenente-coronel. Casou a 15 de maio de 1796 com D. Eugénia Manuel, dama da rainha D. Maria I, e das ordens de Santa Isabel e de S. João de Jerusalém. O marquês de Borba era admirador de música, protegia os artistas, músicos e pintores, chegando a reunir sempre em sua casa

²⁵⁴ Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico Escrita por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues. Lisboa. Edição em papel, João Romano Torres - Editor, 1904-1915 Edição electrónica, Manuel Amaral, 2000-2002. Acessado em <http://www.arqnet.pt/dicionario/borba2m.html>

artistas afamados, como Domingos de Sequeira, Leal Moreira, Marcos Portugal, Baldi, frei José Marques e outros. O título de marquês de Borba foi renovado no 2º marquês, por decreto de 20 de março de 1812.

Ricardo Raymundo Nogueira, Reitor do Real Collegio dos Nobres²⁵⁵. Nasceu no Porto, 31 de agosto de 1746. Filho do Doutor Luiz Nogueira e de D. Floriana Theotonia Barreto. Formou-se em na Faculdade de Leis em 24 de maio de 1765 aos 18 anos²⁵⁶. Como homem formado pela Reforma de Ensino Pombalina, buscou compreender o aspecto da ciência História (compreender o presente, conhecendo o passado). Em setembro de 1772, tornou-se professor no Colégio das Três Ordens Militares. Em outubro do mesmo ano, foi nomeado deputado da Junta de Administração e Arrecadação da Fazenda da Universidade de Coimbra²⁵⁷. Em 1789, em decorrência de seus escritos e de sua fama enquanto professor do Direito Pátrio, foi nomeado sócio da Academia Real das Ciências. Em 1790 assumiu a cadeira de Instituta – Direito Natural, Civil e História Civil. Em 1802, foi nomeado Reitor do Real Colégio dos Nobres, e ainda no mesmo ano, escreveu uma memória que consistia em um relatório sobre o estado do Colégio e quais eram suas sugestões para recuperá-lo. Com as invasões francesas e a saída da família Real, foi nomeado em 24 de maio de 1810 para o Governo do Reino permanecendo até 1820, e tinha como indicação o dever de conciliar os interesses de Portugal, com os ingleses e franceses. Foi eleito deputado, em 1822, mas teve seu nome riscado, pois fora um dos que

²⁵⁵ Cf. MACEDO, José Agostinho de. *Elogio Historico do Illstrissimo e Excelentissimo Ricardo Raymundo Nogueira, Conselheiro d'Estado*. Lisboa: Impressão Régia, 1827.

²⁵⁶ Segundo Agostinho de Macedo, estima-se que tenha começado a estudar aos 13 anos.

²⁵⁷ Em 1788, Ricardo iniciou, mas não perseguiu a carreira Religiosa.

assinaram a sentença de morte de Gomes Freire. Ainda neste mesmo ano, participou da Junta para elaborar as bases da Constituição, e foi personagem importante na discussão da questão da Lei Fundamental. Em 1823, foi nomeado Conselheiro de Estado. Faleceu em 7 de maio de 1827. Em suas cartas, pode-se ler que nunca quis seguir a carreira acadêmica, tendo em 1787, escrito que se encontrava em uma masmorra, entre gente que não gosto e que não gosta de mim e compara as saídas deste barranco como uma saída do Inferno²⁵⁸

Em 1818, uma carta²⁵⁹ dos Governadores do Reino endereçada a D. João VI, expunha as razões da decadência de Portugal, dando uma ideia da situação do Reino. Tais razões foram divididas em 5 causas para essa decadência, sendo as quais: a Despovoação do Reino; a Separação dos rendimentos Reais; a queda do Comércio; a redução da produção da Indústria Portuguesa; a diminuição dos Investimentos privados.

No que se refere a despovoação do Reino, os momentos que devem ser frisados são: a saída da Família Real, que consigo levou a Corte para o Brasil, as seguidas Invasões Francesas, que além de causar a saída de muitas pessoas incomodadas com a invasão, também levou parte da população como tropa para servir no exército francês em outras frentes européias e somou-se a isso as mortes trazidas pela própria Guerra. Isto fica evidenciado no seguinte trecho da carta:

²⁵⁸ FREITAS, Pedro Caridade de. *Um Testemunho na transição para o século XIX*: Ricardo Raimundo Nogueira. Coimbra: Almedina, 2005, p. 37.

²⁵⁹ Conta dos Governadores do Reino nº 524, 7 de abril de 1818, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/073, cota ANRJ, cx. 9, pasta 17, n.º 524.

“1º A despovoação do mesmo Reino, que principiou pela saudosa retirada de Vossa Magestade (VM), da Sua Real Família, e da Corte para o Rio de Janeiro, e da emigração dos que saíram no tempo do intruso governo. Pela saída das Tropas Portuguesas que Junot mandou marchar para a França em 1808; pela perda de Gente causada por uma guerra sanguinolenta de seis anos, em que houveram repetidas invasões de um inimigo bárbaro; devendo constar-se na dita perda não só os Indivíduos que morreram ou ficaram inválidos no Serviço Militar, mas os que foram vítimas das epidemias e pestes resultantes da mesma guerra, e aqueles que para se subtraírem ao recrutamento se ausentaram perpetuamente de seus lares;”

Com a mudança da Corte para o Brasil, o Erário Régio, antes concentrado totalmente em Portugal, também sofreu danos, uma vez que além dos custos da viagem, somou-se a manutenção da Família Real e da Corte no Rio de Janeiro, que levou a separação dos rendimentos Reais provindos dos domínios entre os quais o Brasil. Essa queda na arrecadação causou o estrangulamento das receitas. O seguinte trecho da mesma carta evidencia tal:

“2º A separação de todos os rendimentos Reais do Reino Unido, que não pertencem já a Portugal...tem necessariamente produzido no Erário de Portugal uma falta considerável na receita...”

A queda do comércio tem como grande culpada a abertura dos portos do Brasil, uma vez que Portugal era um grande entreposto das mercadorias importadas e exportadas, tendo os negociantes portugueses prejuízo pela falta desta intermediação. Os Governadores na carta ainda evidenciaram que o dano causado não se restringiu somente ao Comércio Colonial como também aos trabalhadores dessa rede, que não mais eram necessários, e a própria Marinha

Comercial, parte deslocada para o Brasil. O trecho a seguir demonstra tal situação:

“3º A grande decadência do Comércio por efeito da abertura dos portos do Brasil aos navios de todas as Nações, que fazem agora directamente para ali as suas especulações... em grave prejuízo do nosso Comércio e Marinha, e de todos os braços que neles se empregavam.”

A diminuição da produção da Indústria portuguesa está ligada a dois fatores. O primeiro, já citado no próprio documento, foi a redução do mercado consumidor, perda do Comércio Colonial e a redução populacional de Portugal; o segundo fator está ligado com os Tratados de 1810, e com a consequente entrada das manufaturas inglesas. O item 4º da carta, pontua:

“4º A decadência da Indústria Nacional, não só pelo menor numero de consumidores, mas porque a livre introdução de todos os géneros de manufactura Britânica...tem paralisado os trabalhos dos Officiais que se empregavam nestas manufacturas.”

Por fim, no 5º item, evidenciaram a queda dos investimentos privados ou entrada de capitais privados, pela própria ausência do Rei que gerava uma desconfiança no mercado, e pelo decrescente entusiasmo que as especulações no Comércio propiciava. Os Governadores ressaltaram ainda que os juros pagos pelos Portugueses seria maior, mas ainda assim não atraía os capitais necessários. O trecho a seguir corrobora a passagem:

“5º A extraordinária diminuição de capitais, sendo notório que a maior parte dos Homens ricos tem posto o seu dinheiro nos Fundos de Inglaterra; já pela dificuldade de os empregarem aqui ultimamente em especulações de Comércio,

já pela desconfiança em que vivem, receando que a prolongada ausência de VM no Reino do Brasil produza algum transtorno, que lhes seja funesto.”

Por fim, ainda concluem que se a situação não se alterasse, a Nação seria levada à bancarrota, e traria muitos outros males como: perda do Crédito Público, que geraria desconfiança nos mercados, causaria ruína dos Credores e colocaria a Administração Política toda em xeque.

Frente às dificuldades enfrentadas por Portugal Continental, o Conselho da Regência voltou-se à manutenção do Reino, dentro de grave contexto político e econômicos. Em suas análises, descrevem as dificuldades que se avolumavam e apontam o impasse para o qual o Império caminhava.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO IMPÉRIO

A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO IMPÉRIO

A vinda da Corte para o Rio de Janeiro permitiu a manutenção do Império Português e a criação de instituições típicas de um Estado no Brasil. Embora a discussão da ideia de Império Português vs Império Luso-Brasileiro tenha sido evidenciada na última década do século XVIII, ela sofreu diversas interpretações e intervenções, principalmente em função das Invasões Napoleônicas e seus desdobramentos no mundo europeu. A política pombalina demonstrava seus resultados no fim do XVIII e o comércio servia como meio e fim, pois ao mesmo tempo que enlaçava a produção manufatureira e agrícola, aproximando espaços geográficos distantes, realizava os lucros por meios das trocas. A elevação do Brasil à Reino Unido e a recusa de retorno do Príncipe Regente à Metrópole apresentavam-se como elementos de embates com os metropolitanos. O Príncipe Regente, embora tivesse ciência das demandas metropolitanas com relação ao erário, estradas, defesa do território etc, mantinha-se na colônia pois

estava seguro e garantia os rendimentos necessários para a manutenção do Império. Tal atuação, dividida entre dois espaços, além de propiciar os embates também levantou dúvidas sobre a coesão do Império, que frente ao insucesso das propostas e práticas políticas e econômicas levaram à Revolução Liberal do Porto e na Independência do Brasil.

3.1 O COLONIALISMO PORTUGUÊS AO FINAL DO ANTIGO REGIME

As ideias ponderadas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José da Silva Lisboa e Silvestre Pinheiro Ferreira traziam em seu arcabouço a necessidade de reconfiguração do Império Português. A política pombalina esboçara essas necessidades de mudanças, demonstradas na série de reformas na burocracia do Império e na administração da produção agrícola e manufatureira, integrando os domínios. A manutenção dessas diretrizes, somada a fatores conjunturais como a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, consolidaram um novo padrão de colonização²⁶⁰, como defendido por D. Rodrigo de Sousa Coutinho em sua “*Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de sua Majestade na América*”²⁶¹.

Na segunda metade do século XVIII, a queda da produção aurífera no Brasil afetou a economia de Portugal na Metrópole, que dependia do ouro e da produção agrícola da colônia para suportar as importações, dentro da dinâmica

²⁶⁰ ARRUDA, José Jobson de A. “Decadência ou crise do Império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, n. 46, p. 66-78, 31 ago. 2000.

²⁶¹ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797 ou 1798)”. In: *D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal.

do sistema colonial²⁶². Para garantir que o pacto fosse mantido, eram necessárias medidas fiscais e militares que garantissem o monopólio comercial sobre a colônia e produzissem lucros para a burguesia mercantil e para a elite e, por conseguinte, a acumulação primitiva de capitais. Foi pela estrutura desenvolvida através dos monopólios que se formaram e se organizaram os impérios e as estruturas de produção das colônias, e que se garantiram os lucros no mercado mundial. Essa estrutura consistia em capital volátil, ou seja, com grande liberdade de ser investido e reinvestido, que atendia à necessidade de ganhos rápidos, e por isso, tal capital não era fixado em uma única atividade, exceção feita à terra²⁶³. Essa disponibilidade de capital, permitia a um mesmo negociante ser banqueiro, mercador, armador etc e ser um produtor agrícola ou de manufaturas. Tal diversidade não inviabilizava as ações desse negociante dentro de cada atividade. Esse caráter flexível permitia medidas de compensação para ganhos rápidos diante de perdas pontuais e, inclusive, admitia o emprego de mão de obra tanto livre como compulsória, uma vez que a preocupação era com a rapidez.

Essa agilidade do capital mercantil impunha ritmo e determinava a importância da produção, tanto no espaço colonial como no metropolitano, com a diferença que os negociantes eram metropolitanos, subordinando as economias coloniais. Afinal o lucro só se realizaria fora da colônia e permaneceria nas mãos da burguesia mercantil nas metrópoles, onde as

²⁶² PRADO JÚNIOR, C., 1961, especialmente o capítulo Sentido da Colonização, p.13-26. NOVAIS, F. A. 1979, especialmente A Colonização como sistema, p.57-72. ARRUDA, José Jobson de A, O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistemas Colonial no Brasil (1780-1830). In: TENGARRINHA, José (Org.). História de Portugal. Bauru: Edusc, 2000, p. 170.

²⁶³ BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp.210-215.

decisões políticas eram tomadas. No entanto, essa centralidade político-financeira não significava exclusividade no processo decisório e alguma acumulação interna, ligada a um embrionário mercado colonial, à produção de subsistência e ao abastecimento.

Nesse sentido, era preciso desenvolver a colônia para explorá-la²⁶⁴. Para promover a exploração de uma colônia havia condições indispensáveis como aparato burocrático-administrativo, infraestrutura e mão de obra. Essa população que aumentara ao longo do tempo, começou a gerar tensões e conflitos, ao final do século XVIII.

A acumulação que se fazia na metrópole não excluía a colonial, que embora pequena, não significava estagnada²⁶⁵, e era consequência desse desenvolvimento colonial (promovido para exploração)²⁶⁶. No período do final do século XVIII, a diversificação agrícola pode ser vislumbrada pelo aumento no número de produtos de 33 para 126, tendo o açúcar perdido espaço para esses novos produtos²⁶⁷. Esta situação é consequência da política pombalina, mas também demonstrava como a organização do mercado interno, embora sujeito ao externo, adquirira lógica própria e aproveitava-se das situações externas para

²⁶⁴ NOVAIS, Fernando. "As Dimensões da independência". In: MOTA C. G. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972. pp.15-26.

²⁶⁵ ARRUDA, José Jobson de A. "O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistemas Colonial no Brasil (1780-1830)". In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2000, p. 174

²⁶⁶ NOVAIS, Fernando. "Condições da privacidade na Colônia". In: _____. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1, p.14-39

²⁶⁷ ARRUDA, José Jobson de A. "O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistemas Colonial no Brasil (1780-1830)". In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2000, p. 175. Cf. ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

se fortalecer²⁶⁸. Esse fortalecimento gradativo²⁶⁹ do mercado interno aos poucos demonstrava alteração do sistema colonial, traduzida no distanciamento do pacto colonial. Ao final do século XVIII, era visível o estreitamento das redes comerciais estabelecidas e o início da definição de mercados regionais na colônia, no qual comerciantes paulistas relacionavam-se com o mercado de Minas Gerais²⁷⁰, quilombos integravam-se com mercados próximos, o sertão era cortado por comboios de animais e grupos de homens em busca de pedras preciosas, e nos centros urbanos, os mercadores coloniais começavam a acumular capitais suficientes para incomodar os metropolitanos²⁷¹. Esse processo de regionalização da produção apontava a integração entre regiões, demonstrando diferenças de preços na produção, atuação do contrabando e diversas relações de trabalho.

3.2. IMPASSES DO GOVERNO DIVIDIDO: BALANÇOS E SOLUCÕES

Em novembro de 1807, diante da instabilidade política na Europa, deu-se a transferência da corte de Lisboa para o Brasil, e com isso foi necessário não só o rearranjo de instituições internas em Portugal, como a nomeação do

²⁶⁸ Schwartz, Stuart B. "Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil." *Latin American Research Review*, vol. 31, no. 1, 1996, pp. 113–134. JSTOR, www.jstor.org/stable/2503851.

²⁶⁹ ARRUDA, José Jobson de A.A. *Prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional*. *Revista Brasileira de História*, v.10, 1985, pp.123-146.

²⁷⁰ MICHELI, Marco V. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. Dissertação. FFLCH/USP. São Paulo, 2018.

²⁷¹ Cf. BRAUDEL, F. *Os Jogos da Troca*. In: _____. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, v.2, p. 373; e ARRUDA, José Jobson de A. "O Sentido da Colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial no Brasil (1780-1830)" in TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc, 2000, p. 181.

Conselho de Regência, como também a readequação da estrutura administrativa na colônia. Com a chegada da corte em 1808, o Príncipe Regente emitiu uma série de decretos criando e regulando tal estrutura governativa, que influenciaram político-economicamente o Império. Em 11 de março de 1808, foi expedido decreto no qual o Príncipe Regente nomeava D. Fernando José de Portugal, como “Ministro Assistente ao Despacho do meu Gabinete e Presidente do meu Real Erário, que mando crear nesta Cidade, e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil e da Fazenda” ²⁷², na mesma transcrição, foram citados outros decretos nos quais D. Rodrigo de Sousa Coutinho era nomeado como ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra e Estrangeiros e o Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Essas atitudes, no entanto, conformam uma série de ideias já defendidas por negociantes e comerciantes metropolitanos e coloniais, e dos quais Manuel Joaquim Rebelo pode ser um exemplo. Rebelo foi o autor da obra *Economia Política*²⁷³ escrita em 1795, publicada em 1821 no contexto das Cortes Constituintes²⁷⁴ na qual a ideia de economia política permeava novos entendimentos sobre as relações comerciais. A obra foi dividida em 18 capítulos, e versava principalmente sobre as instituições portuguesas e sobre as operações mercantis. Manuel Joaquim Rebelo era negociante da praça de

²⁷² *Collecção das Leis do Brazil de 1808*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

²⁷³ Cf. VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português na crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017

²⁷⁴ Sobre o período de publicação da obra de Rebelo Cf. VILAGRA, Bruno, *op. cit.*, pp.167-181.

Lisboa, o que na segunda metade do século XVIII denotava alguma diferenciação social, uma vez que a terminologia negociante descrevia os indivíduos que estavam envolvidos nos negócios de grosso trato²⁷⁵. A formação do autor não passou pela academia, na qual cursavam aqueles que se dedicariam a vida eclesiástica ou a administração portuguesa²⁷⁶, e embora não tenha feito parte da Academia das Ciências de Lisboa, merece destaque sua biblioteca de 1200 volumes, com obras temáticas concentradas na prática da atividade mercantil como livros sobre mercantilismo e economia política²⁷⁷, o que demonstra a atualidade de seu conhecimento sobre as práticas mercantis.

A importância da obra está em sua análise pormenorizada sobre a necessidade de conhecimento sobre economia política como fonte para o melhoramento da administração pública. Os funcionários deveriam dominar tais matérias que somada a promoção das reformas das instituições seriam suficientes para superar a defasagem econômica portuguesa. Essas reformas seriam promovidas pelo Estado, mas outras intuições auxiliariam esse processo. Nesse sentido, um dos fóruns de discussão era a Junta do Comércio.

A Junta foi criada por alvará em 1756 e tornou-se espaço privilegiado para a discussão das ideias econômicas sem a pressão de ser órgão decisório, afinal tinha caráter consultivo. Era nesse espaço de ligação entre negociantes e Estado que as atuações devem ser destacadas, pois propiciava o debate das ideias

²⁷⁵ PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução, e Identificação de um grupo social*. Tese Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 80-96. Cf. VILAGRA, Bruno, op. cit., p. 35-36.

²⁷⁶ PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio op. cit.* Tese Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, p. 202.

²⁷⁷ VILAGRA, Bruno, op. cit., pp. 39-42.

econômicas²⁷⁸. Era a Junta do Comércio que deveria entre outras coisas: administrar a Aula do Comércio; proceder a matrícula dos negociantes do Reino; julgar pedidos de falência e/ou contendas mercantis; autorização de produtos nas alfândegas e suas taxações; habilitação de navios e seus portos de paragens etc. A atuação da Junta estava submetida diretamente a aprovação real e, portanto, constituía-se espaço privilegiado frente às demais instituições da administração metropolitana²⁷⁹. Quando analisados os textos de Rebelo, revelam-se que estes dialogavam diretamente com os debates da Junta, o que demonstrava uma relação íntima entre o autor e os deputados, e aprofundando-se, notava-se que Rebelo por ter mais liberdade de expressão visto não ser deputado, poderia expor suas ideias e atacar a seu jeito a questão dos privilégios, exclusivos e monopólios do mercado português, o que significava liberalismo na relação comercial Portugal-exterior, mas Rebelo mantinha posição favorável à proteção dos mercados coloniais aos portugueses²⁸⁰.

Enquanto Manuel Rebelo era um negociante, que pensava e discutia as questões de economia política, D. Rodrigo de Sousa Coutinho fazia parte do Governo que foi transferido para o Brasil. Nesse momento em que vem para o Brasil, sua obra se revelara mais liberal, pois esteve frente às instabilidades políticas já citadas e a efervescência das ideias francesas e a própria circulação

²⁷⁸ Cf. VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o Pensamento Econômico Português na crise do Império Luso-Brasileiro*. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2017, pp.43-48

²⁷⁹ Cf. VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, p. 52

²⁸⁰ Posição dual no que tange ao Liberalismo. Cf. VILAGRA, Bruno. *Op. Cit.*, pp.63-66.

das ideias de Smith²⁸¹. A obra de D. Rodrigo poderia ser dividida em 3 períodos, os anos de Turim até cerca de 1796, como um período de interesse aos assuntos ligados a economia e a política; os anos de 1796-1803, no qual o mercantilismo ilustrado aparece e uma faceta liberal vai assumindo cada vez mais importância; e os anos 1808-1812, no qual suas ideias liberais puderam em parte ser colocadas em prática.

A chegada da corte ao Brasil em 1808, trouxe consigo uma série de consequências sobre a questão econômica da colônia. Em janeiro de 1808, foi assinada *Carta Régia* que abria os portos do Brasil ao comércio estrangeiro. A influência de D. Rodrigo nesta *Carta* parece menor, visto que este não estava presente na embarcação que chegou no Brasil com o Príncipe Regente e ao que tudo indica a maior influência sobre a escrita da Carta recaia sobre José da Silva Lisboa²⁸². A nomeação de D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi em 11 de março de 1808, com a Corte no Rio de Janeiro.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em 1755, e era filho de Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, que tinha sido Governador de Angola e Benguela e embaixador de Portugal junto a corte de Madrid. Tanto D. Rodrigo como seus irmãos José Antonio de Meneses Sousa Coutinho – conhecido como Principal Sousa e membro do Conselho da Regência, como Domingos Antonio de Sousa Coutinho²⁸³ – diplomata na Dinamarca, Itália e na Inglaterra, principal negociador

²⁸¹ Cf. BOIANOVSKY, Mauro e OLIVEIRA, Maria Teresa. “A reforma fiscal de D. João VI e suas conotações mercantilistas” in *Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008, p.2.

²⁸² SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, pp-393-394

²⁸³ CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: Um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. – Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, pp.67-76

português junto a Londres na saída da Corte portuguesa – eram afilhados de batismo do marques de Pombal.

Sua carreira iniciou-se em 1779, quando foi indicado embaixador português na Corte da Sardenha. Em 1796, retornou a Portugal onde desempenhou a função de Ministro da Marinha e do Ultramar até 1801 e de Presidente do real Erário até 1803. Voltou ao governo em 1807, tendo acompanhado a família Real na transmigração da Corte, onde permaneceu até seu falecimento em 1812.

Sua preocupação com as questões econômicas estava ligada aos problemas do Reino, e bastante marcada pela sua familiaridade com as teorias sobre política e economia. Quando D. Rodrigo assumiu o Ministério da Marinha e do Ultramar, em 1796, suas preocupações foram se delineando para problemas econômicos mais ligados ao estado português como a questão da manutenção e ampliação da marinha de guerra e mercantil e a administração das colônias, principalmente do Brasil. No desempenho de suas funções como ministro, não pretendia ser um igual ou simples burocrata, mas sim estabelecer um conjunto de ações que fizessem parte de um plano para o Império, como um todo²⁸⁴. Sua atuação não se restringiu ao seu ministério, pois pouco a pouco escreveu cartas ao Príncipe Regente, relatando a situação do país e principalmente do Erário, e repartindo suas considerações com conhecidos como Domingos Vandelli. Tal atuação foi marcando sua posição e o levou a Presidente do Real Erário em 1801. A construção para tal nomeação se deu no início de seu mandato como Ministro, quando escreveu uma carta dirigida ao Marquês Mordomo-Mor na qual relatava a situação econômica do reino e sua

²⁸⁴ CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p.144.

insuficiência arrecadatória. Na mesma carta, discutia e apontava soluções, como a cobrança precisa dos tributos, com a exigência do pagamento mesmo sobre a igreja, com possível arresto de bens e a indicação de tomada de empréstimos com particulares como solução para o financiamento das despesas ordinárias do Estado.

Seu projeto sobre crédito público baseava-se na criação de um banco que fosse credor único do Estado, formado por um grupo de sócios que receberiam os juros e poderiam, através da instituição, exercer outras atividades como venda de diamantes, comércio de metais preciosos e operações bancárias correntes, por um período de 20 anos²⁸⁵. Tal projeto foi frustrado, pois no mesmo período, foi aberto um empréstimo de 10 milhões de cruzados e foi instituído a circulação de papel-moeda em Portugal, ideia contrária as proposições de D. Rodrigo²⁸⁶.

Embora seus planos não tenham sido executados, D. Rodrigo não desistiu da criação de um banco e da busca pela solução para o crédito interno, com a criação de uma dívida pública controlada por tal banco. Como influência de suas ideias, apareceram outros projetos e propostas de criação de bancos ou de melhoramento ou restabelecimento do crédito público²⁸⁷. O “*Plano de Fazenda*” de 1799, escrito por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, expunha suas ideias para a

²⁸⁵ Sobre os Projetos Bancários de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Cf. MACEDO, Jorge Borges de. *Elementos para a História Bancária de Portugal (1797-1820)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1963, pp. 19-34.

²⁸⁶ Cf. CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p. 147.

²⁸⁷ Algumas desses escritos são: “*Sobre o meio de restabelecer o crédito público e de segurar recursos para as grandes despesas*” de Rodrigo de Sousa Coutinho; “*Plano de um Banco Público*”, e “*Plano para a ereção de um Banco Real em Lisboa*” de José Inácio de Sousa e Melo; “*Banco de Portugal*” de José Acúrsio das Neves; “*Parecer sobre a dívida pública e tributos*” de João José Carlos de Miranda e Horta.

economia, tratando da fixação de um montante para circulação, e a garantia da conversão desse montante, o que afiançariam o crédito na economia. Em 1801, D. Rodrigo iniciou seus trabalhos como Presidente do Real Erário, e como medida imediata diminuiu a moeda circulante, trocando apólices com menor valor por menor número de apólices em valor maior, o que não permitiria sua fácil circulação. Seu objetivo era equilibrar papel moeda circulante com moeda metálica. Nesse sentido, buscou diferenciar os tipos de operações financeiras – criação de dívida pública e emissão de papel moeda – ambos necessários para a recuperação o crédito público, que em parte foi comprovado quando ainda em 1801, foi necessário abrir novo empréstimo para sustentar a guerra das laranjas, episódio menor, mas que foi marcado como o primeiro conflito entre Portugal e Espanha / França. O empréstimo, que buscava alcançar a cifra de 4800 contos conseguiu 2068 contos ainda em 1801, fato consumado provavelmente em razão das ações tomadas por D. Rodrigo garantindo o crédito público.

A ação de D. Rodrigo não se circunscrevia à questão da dívida interna e do papel moeda, tratando também de medidas fiscais que deveriam melhorar a arrecadação. Na leitura do conjunto das obras de D. Rodrigo de Sousa Coutinho o que pode se ver é um “programa financeiro” cujos temas principais tratavam sobre “a racionalização da administração financeira, o acréscimo das receitas do Estado e melhor afectação das despesas públicas”²⁸⁸.

Na questão da racionalização da administração financeira, D. Rodrigo foi insistente na verificação da arrecadação, tendo passado a exigir relatórios cada vez mais completos para se chegar ao estado exato das rendas reais, inclusive exigindo retidão dos funcionários. A uniformidade, exatidão e transparência eram

²⁸⁸ CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p. 169.

características definidoras desse sistema de administração. Em sua passagem pelo Real Erário, pode-se notar a melhora tanto na qualidade dos relatórios como na quantidade desses, o que permitia a realização de balanços preventivos.

O segundo eixo temático, o acréscimo das receitas, tinha relação direta com o anterior, afinal era necessário estar ciente do sistema de administração para poder efetuar as cobranças certas e necessárias. Analisando a cobrança de tributos no Porto, caso da décima dos bens eclesiásticos e do quinto dos bens da coroa, D. Rodrigo inseria no debate não só a cobrança de todos tributos como poderia sugerir melhoramentos no sistema de arrecadação e tributação. As sugestões de D. Rodrigo então encaminharam-se para dois aspectos: a equidade e a eficácia. No que tange a equidade, propunha que a cobrança dos tributos deveria ocorrer em momento menos oneroso, com taxas fixas e determinadas para todos os contribuintes, mas fazia uma ressalva: “e finalmente que deve recair sobre todos os contribuintes com a maior igualdade possível, e na mais exacta proporção com as suas forças”²⁸⁹. No quesito eficácia, com a organização do sistema de administração da arrecadação, D. Rodrigo exigia a aplicação das leis tributárias posto que de nada adiantava criar novos impostos, se estes não fossem cobrados. Nesse sentido, a aplicação da lei também garantia ao Estado o crédito público, pois ambos os lados estariam cumprindo suas funções. No programa financeiro de D. Rodrigo, a taxação deveria ser proporcional aos rendimentos dos contribuintes, e indiretamente o autor sugeria aumentar as cobranças sobre carruagens, criados, carros e bestas,

²⁸⁹ Apud: FUNCHAL, Marquês de. *O Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*, Lisboa, editor autor, 1908 In: CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p.171.

considerados bens supérfluos, desde que não empregados no uso da agricultura²⁹⁰.

O terceiro item discutido por D. Rodrigo, tratava sobre a melhor afectação das despesas públicas, o qual significava basicamente melhor distribuição da receita vinculada. D. Rodrigo sugeria em seus escritos que a distribuição deveria ocorrer conforme necessidade e importância de cada despesa no benefício do Reino e dos domínios, apontando que cabia ao Estado o desenvolvimento das atividades econômicas, garantidas por infraestrutura e aplicação de legislação coerente.

Os escritos mostram, algumas vezes, a hesitação de D. Rodrigo entre a gestão de curto prazo e aplicação de um programa financeiro²⁹¹. D. Rodrigo discutia a questão dos foros, uma inquietude com a estrutura senhorial agrícola estabelecida em Portugal e que o motivava a repensar o uso e os direitos ligados a estrutura agrária de produção, tendo incluído em seus estudos proprietários e arrendatários, a fim de que se pudesse estimular esta produção²⁹², a formação de capitais que pudessem ser revertidos para o aumento e melhoramento da produção agrícola, a melhoria da infraestrutura com a abertura de estradas, canais, construção de depósitos, estímulo a criação de manufaturas, preferencialmente nas áreas cujo cultivo das matérias primas eram essenciais, sistema de tributação diferenciado para os produtores e a criação de

²⁹⁰ Resposta aos projectos de Joaquim José de Sousa sobre aumento das rendas reais, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. AHU, Reino, maço 33, in CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p.171

²⁹¹ Conferir a conformação de um programa econômico de D. Rodrigo de Sousa Coutinho em CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, pp.125-211.

²⁹² Sobre a questão dos Foros, caso específico do Alentejo, Cf. CARDOSO, José Luís. *Op. Cit.*, pp. 173-178.

arrendamentos de longo prazo. Estes objetos de estudos e sugestões demonstraram o papel que D. Rodrigo concedia à agricultura como principal fonte de riqueza do Estado.

Em 1803, o Príncipe Regente aceitou o pedido de demissão de D. Rodrigo, após repetidas cartas deste, esclarecendo que sua posição no governo se encontrava enfraquecida e suas sugestões não mais eram requeridas ou atendidas, e as ações do governo contrariavam as posições de D. Rodrigo de Sousa Coutinho²⁹³ em relação à economia.

Em 1807, a crescente situação de tensão no continente europeu levou a França a invadir Portugal. Dentro desse contexto conhecido, a figura de D. Rodrigo voltaria a ocupar lugar de destaque na cena política portuguesa, e auxiliaria na ação política da corte que decidiria pela transferência para o Brasil, dentro de uma estrutura econômica portuguesa que tinha o Atlântico como centro.

D. Rodrigo embarcou para o Brasil junto com a Corte em 1807, e foi indicado como ministro da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. No início do desempenho de suas funções, redigiu uma carta dirigida aos franceses na qual argumentava sobre a posição neutra de Portugal e de respeito aos tratados, coisa que os franceses não respeitaram, e que levou a saída da Corte, e a declaração de nulos os tratados anteriores. A preocupação de D. Rodrigo não restava apenas na questão diplomática, visto que chegando ao Brasil enveredou por questões políticas e principalmente econômicas.

²⁹³ Sobre a demissão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, conferir páginas CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, pp. 184-188.

No Brasil, poderia colocar em prática, plano concebido em 1797, no qual desenhava-se a “vocação imperial da nação portuguesa, pátria multiplicada e dispersa pelo mundo com o seu eixo agora transferido para o outro lado desse mar que às diferentes parcelas do império conferia a contiguidade que a ideologia reforçava”²⁹⁴. O plano de que se trata era sua “*Memória sobre o melhoramento dos domínios de sua Magestade na América*”²⁹⁵ no qual o autor expunha “o sistema político que mais convém que a nossa Coroa abrace para a conservação dos seus tão vastos domínios, particularmente dos da América, que fazem propriamente a base da grandeza do nosso augusto trono”²⁹⁶. Nesse sentido D. Rodrigo defendia a ideia de que o império era composto por centro e províncias, respectivamente, metrópole e seus domínios ultramarinos e que “este enlace dos domínios ultramarinos portugueses com a sua metrópole seja tão natural, quanto pouco o era o de outras colónias que se separaram da sua mãe-pátria”²⁹⁷, o que já demonstrava sua preocupação com o movimento de independência trazido a cabo por Estados Unidos e pela Revolução Francesa. Na mesma *Memória*, ainda no início, apresentava como elos garantidores dessa união o princípio de unidade e a relação de dependência metrópole-colônia.

O princípio de unidade apareceu de formas diferentes como “Os domínios de Sua Magestade na Europa não formam senão a capital e o centro das suas vastas possessões” e quanto aos domínios “descobertas, todas elas foram

²⁹⁴ CARDOSO, José Luis. *O Pensamento... Op. Cit.*, p. 192.

²⁹⁵ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português), 1993, Tomo II, pp.47-66.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 48.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 48.

organizadas como províncias da monarquia”²⁹⁸, aprofundando-se as relações num sistema administrativo único que “sentindo os felizes efeitos da reunião de um só todo composto de partes tão diferentes que separadas jamais poderiam ser igualmente felizes”²⁹⁹, o autor reforçava a posição de que a unidade do império era natural e benéfica a todos. A preocupação da unidade não era restrita ao campo teórico, enquanto no governo, D. Rodrigo escreveu cartas instruindo a administração colonial no intuito de garantir tal unidade³⁰⁰.

Quanto à relação de dependência, a afirmação de D. Rodrigo, em 1797, reiterava a idéia do pacto colonial: “as relações de cada domínio ultramarino devem em recíproca vantagem ser mais activas e mais animadas com a metrópole, do que entre si, pois que só assim a união e a prosperidade poderão elevar-se ao maior auge”³⁰¹. O Brasil, assumia, nesse trecho da *Memória*, destaque “não pelo que é actualmente, mas pelo que pode ser, tirando da sua extensão, situação e fertilidade todos os partidos que a natureza nos ofereça”. D. Rodrigo discutiu a ideia de dividir as províncias do América, em 2 centros administrativos: um ao Norte, sediado no Pará e um ao sul, sediado no Rio de Janeiro. Essa divisão permitiria melhor administração e ocupação dos limites naturais, que somadas a princípios que o governo interno deveria obedecer como segurança, administração com estímulo ao comércio, justiça, aumento da

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 49.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 49.

³⁰⁰ CARDOSO, José Luis. “A Política Colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, in *A Economia Política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, Jose Luis Cardoso (coord.), Lisboa: CNCDP, 2001, p. 80.

³⁰¹ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos Políticos... Op. Cit.*, p. 49.

arrecadação e sistema militar, serviriam de base para a garantia da situação colonial e prosperidade do todo³⁰².

A questão agrícola e manufatureira também mereceu menção na *Memória*. A agricultura como campo de produção principalmente das colônias: “a agricultura deve ainda por muitos séculos ser-lhes (às colônias) mais proveitosa”, e a manufatura “que devem animar-se na metrópole para segurar e estreitar o comum nexos, já que a estreiteza do terreno lhe nega as vantagens de uma extensa agricultura”³⁰³.

Até este trecho da *Memória*, D. Rodrigo se mostrou adepto do mercantilismo, ao qual propunha pequenas adaptações para atender ao caso do império português. Na segunda parte da *Memória*, D. Rodrigo discorre sobre a questão econômica, e elenca quais eram os objetos de análise: “1º a natureza de taxaço para que seja muito produtiva, sendo pouco pesada aos que contribuem; 2º a arrecadaço da Fazenda para que a mesma se faça com a maior economia, evitando-se assim o gravame da Fazenda Real e que se não alimente uma inútil e improdutiva classe de homens, com dano das classes úteis e industriosas dedicadas à agricultura, às artes, e ao comércio; 3º a contabilidade; 4º as grandes operaçoes de Fazenda que têm por base o crédito e circulaço, e que são indispensáveis”³⁰⁴. A análise do 1º objeto está diretamente ligada ao 2º, isto é, é preciso conhecer a fonte de riqueza para poder escolher a melhor taxaço da mesma. Segundo D. Rodrigo, as fontes de riqueza

³⁰² *Ibidem*, p. 51.

³⁰³ COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português), 1993, Tomo II, p. 54.

³⁰⁴ *Ibidem*, p. 55.

eram divididas em: o produto da terra, o salário e a renda do capital. Baseado nessas três fontes, e ponderando sobre princípios de equidade e eficácia, supramencionados, poderia se organizar um novo sistema de tributação.

Para o caso do Brasil, D. Rodrigo propunha a reforma parcial do sistema de tributação, visto que era “improdutiva e onerosa, não só porque recaindo desigualmente sobre as primeiras fontes de riqueza nacional, impede que a mesma se aumente e prospere, e fica muito diminuta, mas porque é depois de arrecadada por contratadores que deixam ficar nas suas mãos a maior parte da renda que cobram, e que sai mais pesada ao povo pelas muitas vexações que lhe fazem sofrer, sem serem mais exactos nos pagamentos à Fazenda Real”³⁰⁵. Sobre o 1º objeto, D. Rodrigo discorreu por quase 4 páginas separando o caso das províncias centrais das marítimas, e tratando sobre tributação dupla, criação de imposto de papel selado, substituição da administração dos impostos e outras³⁰⁶.

O 2º objeto, a arrecadação foi tratado de maneira mais direta. D. Rodrigo dividiu em 3 partes, nas quais discutiu a necessidade de substituir o sistema de arrecadação de contratos por administrações reais, nas quais o objetivo era atingir os valores estabelecidos e seria recompensada a participação do administrador; a separação da justiça da arrecadação, empregando mão de obra especializada na cobrança, e permitindo a ação dos magistrados dentro de suas áreas de competências; por fim, maior responsabilidade às Juntas da Fazenda, incumbindo-as de zelar pela cobrança, verificar a necessidade do seu aumento

³⁰⁵ *Ibidem*, p. 56.

³⁰⁶ Sobre as propostas de alterações no modelo de tributação Cf. COUTINHO, Rodrigo de Sousa. *Textos Políticos... Op. Cit.*, p. 56-59.

e criar meios de impedir a diminuição da arrecadação. Tratando da contabilidade, D. Rodrigo foi sucinto. Sugeriu que deveria haver um balanço preventivo por imposto para ano futuro, a fim de que se pudesse estabelecer planejamento; o diário das contas correntes – receita e despesa; e a explicação porque a receita ou despesa aumentou ou diminuiu. Com base nesses três itens, seria possível o Real Erário estabelecer parâmetros para políticas financeiras futuras.

A questão do crédito público e da circulação completava o quadro exposto anteriormente por D. Rodrigo, que embora tratado anteriormente, merece menções. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, tratou da questão do meio circulante em Portugal de maneira mais detida, uma vez que a situação do crédito público na metrópole passava por uma crise, e necessitava de manobras para recuperá-lo. No caso do Brasil, a situação permitia a manutenção do circulante, “que em lugar da moeda provincial é melhor substituir um papel-moeda que seja dentro dos limites da circulação do país a que se destina, que não exceda em cada capitania as duas terças partes da renda que da mesma tira o soberano”³⁰⁷, sendo assim, “se poderia emitir e pôr em circulação, em lugar da moeda provincial” o papel moeda, que traria vantagens para as capitanias como extinção de dívidas não fundadas, estímulo de ramos de cultura e para os cortes de madeiras. Por fim, ainda poderia indicar que essa substituição por papel moeda poderia evitar o interrompimento do abastecimento de ouro à metrópole que servia no equilíbrio financeiro de Portugal³⁰⁸.

³⁰⁷ *Ibidem.*, p. 61.

³⁰⁸ CARDOSO, José Luis. “A Política Colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, in *A Economia Política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, Jose Luis Cardoso (coord.), Lisboa: CNCDP, 2001, p. 86.

Em relação ao Brasil e à nova formação do Império, o que se pode notar na obra de D. Rodrigo da Sousa Coutinho é a busca por um equilíbrio entre os princípios do mercantilismo e do liberalismo. Em sua *Memória*, ao mesmo tempo que reforça elementos mercantilistas, como no caso da produção agrícola na colônia, propunha redução ou extinção de direitos de entrada de produtos metropolitanos nos portos brasileiros e o estímulo à produção manufatureira na metrópole.

Em 1808, a *Memória* de D. Rodrigo tornara-se passível de aplicação prática. A mudança da sede do império não era um problema, mas sim o reflexo da maleabilidade dessa nação imperial, e que denota a importância do princípio de unidade política tratado no início de sua obra. O outro princípio, o da dependência econômica metrópole-colônia, este sim, precisava ser revisto. A Coroa não poderia ficar refém economicamente de sua antiga sede, que estava ocupada. Uma das primeiras adequações foi a Abertura dos Portos, condição necessária não só para garantir fluxo financeiro, mas como contraparte da ajuda militar da Inglaterra no Reino continental em seus combates a França. Em segundo lugar, esteve a criação da Aula de Economia Política a fim de instruir os vassallos brasileiros nos conhecimentos eruditos e saberes práticos da ciência econômica. Em sua criação, foi indicado José da Silva Lisboa como regente da cadeira, futuro Visconde de Cairu. José da Silva Lisboa, em seus escritos deixou transparecer que o público não possuía conhecimento prévio suficiente para frequentar a Aula, e que ele próprio não estava disposto em ensinar as mínimas noções básicas para que esse público atendesse à elas.

Ainda no rol das adequações liberais feitas pelo Príncipe Regente está o Alvará de 1 de abril de 1808 que permitia a instalação de manufaturas no Brasil

e demais domínios ultramarinos e o Alvará de 28 de abril de 1809, que permitia a entrada de matérias primas isentas de taxaço, desde que servissem para manufatura. Embora tais medidas fossem liberais, a concorrência com os produtos manufaturados ingleses fez com que em fevereiro de 1810 fosse assinado o Tratado de Amizade e Comércio, que não deixava dúvida sobre o direito de preferência assumido pelos produtos ingleses em detrimento dos demais. O estabelecimento de manufaturas no Brasil estava comprometido, ora porque a concorrência não permitia, ora porque era necessário ponderar o peso da economia frente à defesa militar e garantia da soberania portuguesa no Brasil e em Portugal.

O equilíbrio almejado era de difícil conquista. A mão de D. Rodrigo estava nos dois lados da balança, pois era dele a autoria da liberação da manufatura no Brasil e era dele a assinatura nos Tratados que concediam privilégios à Inglaterra nessa reforma liberal. Em *Carta* datada de 7 de março de 1810, eram explicadas as razões pelas quais as atitudes da Corte no Rio de Janeiro foram tomadas, bem como os esforços para manter livre, estimular a manufatura e o comércio do Reino. As razões do estímulo ao Brasil estavam diretamente ligadas ao melhoramento de Portugal, posto que o crescimento da economia do Brasil, seria benéfico, com o aumento do consumo, que seria atendido por produtos portugueses e pela maior importação que Portugal poderia promover sem pagar taxaço, e que depois de transformadas seriam revendidas ao restante da Europa. No que diz respeito a antiga metrópole, a carta indicava sugestões a serem seguidas para que se conservasse ou melhorasse a economia interna, como por exemplo o fato de priorizar o consumo de manufaturas portuguesas frente às inglesas, no entanto a própria carta encerrava o fato de que os capitais

estavam mobilizados na agricultura, e que esta era a prioridade de D. Rodrigo, demonstrando claro apreço pelo agrarismo. Até o fim da *Carta*, a preferência foi pela matriz agrária que permitiria no futuro uma nova fase de industrialização garantida pela especialização da produção agrícola que proveria recursos financeiros. A opção por tal matriz era estratégica, embora para ser estimulada seria necessário fazer alterações na estrutura do regime de forais, o que demonstrava ciência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no que tange o fim da economia do Antigo Regime.

A contraparte de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no Brasil foi José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu.³⁰⁹ Nascido em 1756, em Salvador, filho de Henrique da Silva Lisboa e Helena Nunes de Jesus, faleceu em 1835. Em 1774, foi para Coimbra onde desenvolveu seus estudos no curso jurídico e filosófico, recebendo o título de bacharel em Direito Canônico e Filosofia em 1779. Tornou-se professor de Filosofia Racional e Moral na Bahia, cargo que exerceu até 1797, quando passou a trabalhar como Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio. Foi no período compreendido entre 1795 e 1808, que José da Silva Lisboa teve contato com a obra de Adam Smith, e publicou algumas de seus trabalhos iniciais de caráter liberal. Em 1808, quando a corte chegou no Brasil, reencontrou D. Fernando José de Portugal, futuro Marquês de Aguiar³¹⁰, e que se tornaria encarregado dos Ministérios da Guerra e dos

³⁰⁹ Conferir a biografia de José da Silva Lisboa em <http://www.arqnet.pt/dicionario/silvalisboa.html>

³¹⁰ Sobre a biografia de Fernando José de Portugal conferir ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Enciclopédia, 1960-1961. Sobre a atuação no governo do Brasil, Cf. RAMOS, Eduardo S. *Centralização e Privilégio: Instituições econômicas e fiscalidade na formação do Estado brasileiro (1808-1836)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2018, pp. 21-43.

Negócios Estrangeiros, Presidente do Real Erário e membro do Conselho da Fazenda no Brasil. A partir desse reencontro, passou a estar presente na administração do Estado. Por *decreto* de 1808, foi indicado como professor do curso de Economia Política, criado no mesmo, mas nunca chegou a exercer a profissão. Ainda em 1808, foi nomeado Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, Deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e desembargador da Relação da Bahia. Em 1820, atuou como Deputado da Junta das Cortes em Lisboa e em 1823, deputado constituinte no Brasil. Em 1825 recebeu, pelos serviços prestados, o título de Barão de Cairu, sendo elevado a Visconde no ano seguinte. Durante o período que figurou no governo, escreveu obras autorais ou encomendadas como o Código de Comércio, História da Corte no Brasil, História do Primeiro Reinado, Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fabricas no Brasil, Memória econômica sobre a franqueza do comércio dos vinhos do Porto etc.

A participação de José da Silva Lisboa na elaboração do *Decreto de Abertura dos Portos* é reconhecida pela historiografia³¹¹ Em 1804 ele havia publicado sua obra *Princípios de Economia Política*, em 1808 *Observações sobre o comércio franco no Brazil* e em 1810 publicou 5 obras, entre as quais *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fabricas no Brazil* e *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberais princípios*

³¹¹ Cf. CARDOSO, José Luis. “A Política Colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho”, in *A Economia Política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, In: CARDOSO, Jose Luis (coord.), Lisboa: CNCDP, 2001. ROCHA, Antonio Penalves (coord. E introd) *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

da nova legislação do Brasil. O caráter prático na obra de Cairu tornou-se mais perceptível após sua nomeação como Censor Régio, quando as obras citadas foram publicadas pós-1808 e o eixo temático das publicações era o da economia política. Tal divulgação assumia a pedagogia da ação de Cairu.

A permanência de Cairu em Portugal, entre 1774 e 1779, aconteceu em um momento promissor, uma vez que as políticas implementadas pelo Marquês de Pombal demonstravam seus efeitos. Na prática, o sistema colonial sofria alterações e se conformava a novo padrão de colonização³¹². O processo de industrialização surtia resultados mesmo com a concorrência dos produtos ingleses, enquanto no Brasil a agricultura avançava³¹³. Em um ambiente ilustrado, Cairu obteve sua formação. Jobson Arruda delineia esse perfil: “Cairu não valoriza exclusivamente a agricultura (fisiocracia); nem se subordinava ao primado da indústria (colbertismo); ou propugnava pela supremacia absoluta do comércio (mercantilismo). Seu discurso, como se verá, buscava o ajuste de todos os princípios disponíveis às necessidades imediatas e reais do mundo colonial, em sua dimensão econômica, política e social”³¹⁴. Tal definição descrevia também o pensamento da ilustração luso-brasileira³¹⁵, que buscava mesclar todas essas formas de pensar a política, a economia e a sociedade,

³¹² ARRUDA, José Jobson de “A. Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII”. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, junho/agosto 2000.

³¹³ Cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980. PEDREIRA, Jorge. *Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: DIFEL, 1994. ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império*. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto, Edições Afrontamento, 1993.

³¹⁴ ARRUDA, José Jobson de A. “José da Silva Lisboa: texto e contexto” in ARRUDA, José Jobson de A. *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014, p.319.

³¹⁵ NOVAIS, Fernando A. “O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 7, 1984, pp.105-118.

frente a mudanças substanciais como a Revolução Francesa, Independência Americana, Revolução Industrial.

A experiência que Cairu adquiriu nos quase 11 anos como deputado e secretário da Mesa de Inspeção de Agricultura e Comércio, antes de sua nomeação em 1808 como Deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação demonstrava o caráter prático de suas ações, tendo feito sugestões para “frequentemente, vários melhoramentos e benefícios da lavoura e tráfico do país e, com especialidade, o que pertence ao dito algodão que está em progresso”³¹⁶ enquanto esteve naquela instituição, e serviu para o desempenho nas novas funções no Rio de Janeiro.

A preocupação de Cairu com a indústria é tema relevante ao longo de sua obra e, embora fosse um liberal, tal teoria deveria servir ao Império Português e não pressupor a liberalização como um todo. Tendo o pacto colonial como pano de fundo, Cairu teceu críticas: “Assim se deixaram de estabelecer algumas manufaturas úteis, que teriam cabimento na ordem natural das cousas, e a indústria e riqueza do povo só correu por certos grandes canais, e com desnecessárias restrições, podendo correr por muitos outros e mais variados veículos, sem conflitos nem abarcamentos. Assim se pôs em perigo a segurança e fortuna geral, como agora bem se experimentou, depois do terrível transtorno do sistema dos governos regulares de Europa”³¹⁷. Como no caso da Inglaterra, a agricultura, entretanto, não seria abandonada, mas serviria de base: “Desta

³¹⁶ *Atestado da Mesa de Inspeção da Bahia*, 25 de janeiro de 1805, MS, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro apud LIMA, Alceu Amoroso, “Época, vida e obra de Cairu” in: LISBOA, José da Silva. *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti, 1956. Edição comentada e anotada por Nogueira de Paula, com introdução de Alceu Amoroso Lima, comemorativa do bicentenário do nascimento de Cairu, 1756-1956.

³¹⁷ CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza... Op. Cit.*, pp.50-51.

maneira naturalmente se introduziram as fabricas das principais cidades manufatureiras de Inglaterra. Tais manufaturas são as filhas da agricultura”³¹⁸. Cairu ainda ponderou “Depois da agricultura, o emprego de capitais mais seguro é o das fabricas; pois o dono tem mais à vista e sob o próprio comando o seu cabedal. Quanto são mais exuberantes e disponíveis os capitais de um país, tanto havendo confiança no governo, e leis favoráveis aos estrangeiros, é mais fácil e certa a atração de artistas os mais hábeis de qualquer estado para os novos estabelecimentos projetados”³¹⁹ o que demonstrava sua posição com relação a estrutura econômica. O exclusivo comercial era questionado, poderia ou deveria ser adaptado frente a nova situação da sede da monarquia na sua principal colônia, mas “não caíamos no extremo oposto ao abolido sistema colonial. Há justo meio em todas as cousas”³²⁰.

Diante dessa situação, Cairu apontava para a relação de interdependência entre campo e cidade: “O principal comércio de todas as nações, isto é, o comércio interior, é o que se faz entre estas duas e primeiras constituintes classes da sociedade; isto é, entre os habitantes do campo e os habitantes da cidade”³²¹ ou entre agricultura e indústria : “Quando pois houverem em um país mais artistas e obreiros, e estes estiverem mais próximos dos lavradores, tanto o comércio recíproco será mais ativo, e lucrativo, e com mais certa extração dos superfinos frutos dos correspondentes trabalhos, e consequentemente mais seguros e permanentes serão os seus

³¹⁸ CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza... Op. Cít.*, pp.56-57.

³¹⁹ *Ibidem*, p.62.

³²⁰ *Ibidem*, p.155.

³²¹ *Ibidem*, p.53.

estabelecimentos de campo e cidade”³²². A indústria ou qualidade desta depende de sua relação com a sociedade, que impõe as condições necessárias para a criação e manutenção desta como “a *demanda efetiva* do país é que regula a existência e o preço de todas as produções, e com especialidade as da indústria manufatureira. A *demanda efetiva* supõe, não um desejo vago, e ainda real carência, de qualquer indivíduo a respeito de uma cousa, mas a faculdade de pagar o seu preço natural; e se falta esta faculdade, ninguém trabalhará, nem empregará fundos, para satisfazer, de mero obséquio, o gosto e desejos, e ainda as precisões, dos que demandam qualquer produção da natureza e arte”³²³. Remeteu, ainda, Cairu, sobre a condição de manutenção das indústrias e de seus proprietários, os industriais³²⁴, afirmando “nem o estado pode deixar de ter grande número destes industriais; nem estes têm razão de temer a concorrência dos estrangeiros, a não serem as suas obras extremamente caras, que exasperem com justa indignação aos naturais fregueses e competentes consumidores do próprio país, estimulando-os a demandar e preferir iguais obras estrangeiras; pois estas necessariamente hão de vir ao mercado interior sobrecarregadas de despesas de fretes, seguros, comissões, e direitos”³²⁵.

³²² *Ibidem*, p.54.

³²³ *Ibidem.*, p.65.

³²⁴ Segundo Cairu “*industrial* um homem que trabalha com viveza constantemente para ganhar sua vida; e se chama a um preguiçoso, e inerte um *homem sem indústria*. Porém mais ordinariamente se aplica aquele termo ao *trabalho* engenhoso, que se executa com algum considerável grau de inteligência, para se distinguir do mero grosseiro *trabalho braçal*; e, com especialidade se usa de tal nome para se exprimir o trabalho exercido nas artes e manufaturas mais refinadas. Assim diz-se que um país tem muita indústria, quando tem muitas fabricas. (...). Este modo de conceituar a *indústria* não só é defeituoso, mas tem tido resultados mui prejudiciais à economia política das nações. In: CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza...* Op. Cit., pp.43-45.

³²⁵ *Ibidem*, p.54.

Sobre o estabelecimento da indústria, Cairu sugeriu que “Não é necessário estabelecer já fábricas *em grande*. Com tentativas moderadas, e principalmente por meio de sociedades livres, segundo o estilo de Inglaterra, se podem introduzir neste estado manufaturas as mais convinháveis, sem grave perigo de dano, nem impolítico desvio e estrago de fundos por *operações injudiciosas*, que (segundo bem observa Smith) *diminuem o capital da nação*, e influem em a decadência de réditos reais, pela falta e lacuna que ocasiona de melhores empregos do povo”³²⁶.

Sobre a lucratividade dessa atividade para a nação, Cairu apontava que o ganho centrava-se no seguinte parâmetro: “que haja no país a mais ativa, a mais bem dirigida indústria, e conseqüentemente a melhor, mais vasta, e progressiva anual reprodução e acumulação dos bens da vida, com que se possa ter maior população, e mais bem mantida”. Cairu aprofundou seus pensamentos no sentido econômico da importância da indústria relacionando-a com o equilíbrio na balança comercial e sistema de pagamento com metais preciosos como segue: “O número das vendas de uma nação que francamente promove o comércio exterior, proporciona-se exatamente ao número das suas compras aos estrangeiros, ou tende a exato nível e balança (...) Se a balança é desfavorável em um país em um ano, ela vem a ser favorável em outro ano, ou em outros países: e o equilíbrio tende a restabelecer-se, com suaves, rápidas, e alternativas oscilações do capital pecuniário”. No entanto Cairu ponderou e criticou o pensamento de que a indústria seria a salvação para a saída de metais: “É justo, e mui bem entendido, irem-se gradualmente estabelecendo fábricas no

³²⁶ CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza...* Op. Cit., p. 87-88.

Brasil no espírito liberal de sua nova legislação, para mais se dar o mais extenso e melhor possível emprego ao povo: mas no desígnio de se obstar a saída dos metais preciosos, e diminuir a importação de manufaturas estrangeiras, é insensato, e pernicioso”³²⁷.

Cairu ao longo do texto demonstrava ciência sobre o tipo de consumo possível na colônia e como a partir desta demanda seria estabelecida uma estrutura para a industrialização no Brasil, mas sempre em consonância e equidade com o restante do Império, o que tornava este estudo num projeto: “não convém com privilégios exclusivos distrair fundos da nossa agricultura, e ramos estabelecidos, e ainda assaz rendosos, e menos com a mão do Governo levantar e sustentar fábricas rivais das estabelecidas no reino, devendo as do Brasil serem antes filiais, do que inimigas, postas em desnecessária, e prejudicial competência”³²⁸. Em outro trecho, Cairu concluiu: “Por fim jamais devemos perder de vista a conciliação dos interesses do Brasil com os de Portugal, e da Europa. A Providência tem marcado claramente em muitos objetos a natural divisão do trabalho dos respectivos países, para a sua mútua união, e perpétua concórdia, não só pela grande diferença das produções respectivas, como também pelas vantagens adquiridas nos estados europeus, em razão de superior perícia nas artes, e antiguidade de estabelecimentos”³²⁹.

Essa busca em manter a colônia em acordo com a metrópole perpassa toda a obra de Cairu até a independência do Brasil. Se retornarmos a obra *Economia Política*, publicada em 1804, o cerne dela defende o desenvolvimento

³²⁷ *Ibidem*, p. 107.

³²⁸ *Ibidem*, p.49.

³²⁹ *Ibidem*, p.99.

econômico do Império como um todo, cabendo ao Estado a função de por meio de ações práticas estimular tal desenvolvimento. Essa necessidade em propor ações é o que diferencia Cairu, que embora tenha feito reflexões teóricas, estas eram seguidas de propostas práticas. A atuação de Cairu junto da Real Junta do Comércio merece ser destacada posto que eram seus estudos e discursos que revestiam de teoria as decisões³³⁰, e foram de grande convencimento da opinião de seu presidente, D. Fernando José de Portugal e Castro, Secretário da Fazenda. Esse poder de convencimento também afetou D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que embora não fosse um liberal radical, pouco a pouco, acabou por concordar com a doutrina liberal, liberal, fruto da relação imposta entre Portugal e Inglaterra pelas necessidades colocadas pelas invasões francesas³³¹. Apontado como “principal ideólogo e doutrinador do processo de liberalização e de livre-cambismo então iniciado”, a obra e a atuação de Cairu refletiram a postura prática do autor³³².

A relação de aproximação entre os pensamentos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Cairu podem ser vislumbrados na *Carta Régia*, de 7 de março de 1810³³³. Nessa *Carta*, assinada pelo Príncipe Regente, mas de autoria de D. Rodrigo, era defendida a ideia de combinar os interesses das diversas partes do

³³⁰ MATTOS, Walter. *A Real Junta do Commercio, Amgricoltura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de Antigo regime na Corte de Dom João (1808-1821)*. Tese – UFF, Niterói, 2009, pp.179-180.

³³¹ CARDOSO, José Luis. *O Pensamento Económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989, pp.207-209.

³³² *Ibidem*, p. 295.

³³³ *Carta Régia de 7 de março de 1810*, na qual o Príncipe Regente justificava o Tratado de Comércio assinado com Inglaterra. Apud AGUIAR, Pinto de. *A abertura dos portos: Cairu e os ingleses*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960, pp. 163-166. Sobre a abertura dos portos, Cf. ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros – 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008.

Império como um todo, leia-se dos interesses privados com os do Estado, e das diversas espacialidades portuguesas no mundo. D. Rodrigo nesse sentido, avança sobre a leitura e implementação do liberalismo do Cairu, posto que propunha retornar às raízes agropecuárias do Império como forma de garantir lastro para a industrialização, mesmo que fosse futura e de momento colocasse em risco a indústria de Portugal³³⁴, enquanto na obra de Cairu, a indústria era reserva da metrópole, pois havia ali, maior densidade populacional e mão de obra “qualificada”³³⁵.

A capacidade de Cairu na readequação das ideias frente a doutrina liberal poderia ser interpretada como um pensamento de classe, no entanto, em sua obra o foco esteve sempre voltado ao melhoramento econômico fosse do Brasil ou do Império, propriamente³³⁶. Esse embate entre desenvolvimento econômico Colônia vs Império se arrola ao longo de sua obra, sendo destacado “o empenho que dedicava ao desenvolvimento econômico autônomo do Brasil e a ânsia de uma autarquia tornada impossível pela vigência de um pacto colonial mercantilista”³³⁷ ou “o que aparece em Cairu como concessão ao colonialismo português é, no fundo, a conciliação possível entre dois mundos enlaçados num só Império, espalhado sobre quatro continentes, e que iam se tornando, inexoravelmente, antípodas”³³⁸.

³³⁴ *Carta Régia de 7 de março de 1810*, na qual o Príncipe Regente justificava o Tratado de Comércio assinado com Inglaterra. Apud AGUIAR, Pinto de. *A abertura...* Op. Cit., p. 165.

³³⁵ Conferir nota acima sobre o significado de industrioso. CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza...* Op. Cit., pp. 43-45.

³³⁶ ARRUDA, José Jobson de A. “José da Silva Lisboa: texto e contexto” in *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014, p.338.

³³⁷ CARDOSO, José Luis. *O Pensamento...* Op. Cit., p.295.

³³⁸ ARRUDA, José Jobson de A. *José da Silva...* Op. Cit., p.339.

Cairu era um homem à frente de seu tempo, “acérrimo defensor dos interesses nacionais, pensado em suas condições objetivas, adaptado às condições concretas do desenvolvimento industrial português e da necessidade implícita de postergar os princípios da liberdade pela urgência de preservar o mercado colonial”³³⁹. Essa caracterização nos leva a pensar em Cairu, como primeiro pensador brasileiro quanto a nova configuração colonial do mundo português.

Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu em Lisboa a 31 de Dezembro de 1769, filho de fabricantes de seda da Manufatura do Rato. Estudou na Congregação do Oratório, na casa de Nossa Senhora das Necessidades, com destino à carreira eclesiástica, que decidiu abandonar em 1791. Deu aulas de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, a partir de 1794, servindo depois em Berlim. Com a aproximação dos exércitos napoleónicos, sobretudo depois da batalha de Friedland, em 14 de Junho de 1807, e do Tratado de Tilsit, em 7 de Julho desse mesmo ano, vê-se obrigado a abandonar Berlim. Dirigindo-se à corte portuguesa no Brasil, a partir 1813, no Rio de Janeiro, iniciou um curso de filosofia que foi publicando na Imprensa Régia, intitulado *Prelecções Filosóficas sobre a Teoria do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia*, e, no ano seguinte, em resposta a um pedido de conselho do Príncipe Regente, endereçado também ao conde de Palmela, nas vésperas da elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal, preconiza reformas que, no seu entender, poderiam sustentar a eclosão de revoluções liberais, de teor mais radical. O seu parecer transparece nas *Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir*

³³⁹ ARRUDA, José Jobson de A. *José da Silva... Op. Cit.*, p.341.

a *Revolução Popular*. Tratava-se de um projecto que pretendia dar novo rumo ao absolutismo reformista em definitiva crise. Na sequência do movimento de 26 de Fevereiro de 1821, é chamado a exercer funções de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e será nessa qualidade que acompanha D. João VI a Lisboa, a fim de jurar as bases da Constituição

A obra de Silvestre Pinheiro Ferreira deve ser entendida em dois momentos da História do Império Português. O primeiro trata do contexto do Reino Unido, e o segundo entre 1820/1822, da Revolução do Porto às Cortes Constituintes. Suas manifestações aconteceram por solicitação do Rei e nelas apresentou o desenho político do Império e sua reestruturação institucional³⁴⁰.

Os pressupostos filosóficos políticos silvestrinos são de base moderada, com alguma atenção prestada a Montesquieu, na medida em que se afasta do individualismo e da «vontade geral» de Rousseau. As propostas de integração social e de harmonização política confluem nas ideias da corrente doutrinária dos moderados, e em parte, também, em algumas concepções de Benjamin Constant (1767-1830), seu coetâneo, mesmo que a invocação deste seja, por vezes, pautada por alguma discordância.

Para Silvestre Pinheiro Ferreira, os problemas que estavam colocados para o Império Português eram a crise social do Antigo Regime e a crise do Estado, a partir de uma nova formatação do contrato social, somada à questão colonial. A solução apresentada passava pela mudança nas relações entre colônias e a metrópole, inclusive com o deslocamento de membros da casa Real para governar ou reger na América

³⁴⁰ WEHLING, Arno. "Silvestre Pinheiro Ferreira e as dificuldades de um império luso-brasileiro". In FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *As dificuldades de um império luso-brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 10.

Em seus escritos antes de apontar as soluções pontualmente, elencou os problemas das administrações passadas, principalmente os administradores do Reino na década de 1790, relativizando a situação com a França. Os desdobramentos para sua solução passavam pelos seguintes quesitos: estrutura do estado – venalidades dos ofícios e origem do déficit público; fomento econômico – incluindo limites de atuação do estado, meios de melhorar comércio, colonização e povoamento; reestruturação militar (exército e marinha) – crítica ao número de oficiais.

No contexto das Cortes Constituintes, a posição de Silvestre Pinheiro Ferreira não se alterou. A sugestão era de que o Rei, D. João VI, deveria considerar os interesses tanto de Portugal como do Brasil, no processo de tomada de decisão, inclusive alertando sobre os acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817. Para Silvestre Pinheiro era importante a presença do Rei no Brasil como solução, afinal, apontava a possibilidade de ruptura que poderia acontecer, como seguiu-se na agitação constitucional no Rio de Janeiro, em 1821. Diante dos debates nas Cortes, lutou até o fim na posição de defesa do Reino Unido, inclusive defendendo a reorganização do Estado, numa nova estrutura político-administrativa, porém, sua posição foi vencida e D. João VI retornou a Portugal. A partir deste regresso, expôs a preocupação do retorno do Brasil à condição de colônia e os impedimentos que isso representava “e sabe todo o mundo, que é absolutamente impossível, pois que o franco tráfico não depende já do arbítrio do governo”³⁴¹.

³⁴¹ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Rio de Janeiro, RIHGB, nº76, 1888.

As opções dinásticas apontadas por Silvestre Pinheiro Ferreira, na linha das sugestões de Aranda, 30 anos antes, previam a divisão da família real entre Portugal e o Brasil, em diferentes combinações, uma das quais contemplaria o título de imperatriz do Brasil para a rainha, cumulativamente com a Coroa portuguesa. O príncipe regente continuaria no país - evidentemente sucedendo-a como imperador -, e o príncipe da Beira atuaria como regente em Portugal.

Em suas propostas, Silvestre Pinheiro Ferreira demonstrou um projeto de mudanças que adaptariam as estruturas do Antigo Regime frente ao liberalismo. Não almejava o retorno a situação colonial, mas “não o entusiasmava a adoção da constituição de Cadiz”³⁴², sempre objetivando a manutenção da união, num Reino Unido com sede no Brasil.

Silvestre Pinheiro Ferreira pode ser colocado ao lado dos pensadores da transição do Antigo Regime para o mundo liberal. Suas soluções são intermediárias entre opostos como a manutenção da sociedade estamental ou como a defesa de um “igualitarismo democrático”³⁴³. Defendendo a permanência do Príncipe Regente e da Corte no Brasil, e a indicação do Príncipe da Beira para a regência de Portugal, supunha garantir a manutenção do Império e afastar a “odiosa distinção de colônias e metrópole”³⁴⁴.

Os impasses legados ao Império pela transferência da Corte e pela existência da Monarquia Dual resultaram na discussão dos destinos da

³⁴² WEHLING, Arno. “Silvestre Pinheiro Ferreira e as dificuldades de um império luso-brasileiro”. In FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *As dificuldades de um império luso-brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 27.

³⁴³ WEHLING, Arno. Silvestre Pinheiro Ferreira ... *Op. Cit.*, p. 18.

³⁴⁴ FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Memórias Políticas – Sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1811 e 1815, in: *As dificuldades de um império luso-brasileiro*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, p. 36.

colonização, do papel do Brasil na organização imperial, culminando com a ruptura de 1822

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conderações Finais

Ao longo deste trabalho percorremos, principalmente, o período que vai da saída da Corte Portuguesa de Lisboa, em 1807, até o seu retorno a Portugal já em contexto liberal e de Independência do Brasil. O edifício político, econômico e social sofreu diversas alterações no período compreendido entre final do XVIII e início do XIX, passando pela adoção de ideias e práticas ilustradas até o rompimento do Antigo Regime, com a Revolução do Porto.

Até o início do século XIX, princípios liberais e mesmo de reconfiguração do Império ganhavam espaço, pelo incentivo a instituições de ensino, à produção de conhecimentos e pela primeira ruptura colonial, com uma colônia tornando-se independente, caso dos Estados Unidos, e com a divulgação dos anseios por mudanças sociais trazidos pela Revolução Francesa. Os novos ares na Universidade de Coimbra e a criação da Academia de Ciências de Lisboa, espaço profícuo de debates e de apresentação de “novas” ideias e propostas para o melhoramento da nação e do império, ilustram esse momento de grande circulação das idéias. Foi na Universidade reformada que estudaram Rodrigo de Sousa Coutinho, Ricardo Raimundo Nogueira, José Maria da Silva Lisboa, Acúrsio das Neves, Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio de Andrade e Silva figuras importantes deste período e com papel relevante no processo de mudança. Ao mesmo tempo, a política modernizadora de Pombal lograra êxito. Na década de 1790, o novo padrão de colonização, com a diversificação agrícola

da produção colonial apresentou resultados, constatáveis nas Balanças de Comércio, cujos superávits apontavam a possibilidade de um arranque industrial.

A ascensão de Napoleão e seus avanços na Europa continental frustraram as expectativas de Portugal, que despontava, tornando-o dependente da Inglaterra, seu concorrente preferencial por mercados consumidores. Os diversos conflitos entre Espanha, França, Inglaterra e Portugal levaram ao desarranjo dos Estados europeus e de suas colônias. A rivalidade entre Inglaterra e França era problema de fundo para outros contextos que demonstravam a fragilidade de Portugal.

Em 1807, após a invasão da Espanha, e do avanço das tropas francesas pelo território português, decidiu-se pela transferência da Corte para o Brasil.

É nesse período que o trabalho buscou evidenciar as mudanças práticas baseadas em teorias e propostas que já repensavam o papel da metrópole e das colônias. A administração de Portugal e seus domínios foi dividida entre os governos sediados no Rio de Janeiro e em Lisboa, neste caso o Conselho de Regência, estabelecido por D. João à sua partida. Aos Governadores do Reino coube o dever de reger os vassallos, enquanto o Príncipe Regente não pudesse retornar. A atuação do Conselho em Portugal ultrapassou o diminuto caráter de aplicar e cumprir as Leis. É possível notar através dos debates e propostas tratadas nas reuniões de governo que, mesmo em papel secundário, frente à Corte no Brasil, os Governadores pensaram em políticas econômicas voltadas para a manutenção da Metrópole, e mais do que isso, atuaram para garantir a centralidade de Portugal continental.

Por outro lado, pensadores portugueses e brasileiros, que estavam no Brasil, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José da Silva Lisboa e Silvestre

Pinheiro Ferreira puderam colocar em prática idéias preconizadas em escritos teóricos. Essas idéias, na maioria das vezes, embora apontassem mudanças na relação colonial, não a colocavam em xeque, buscando garantir a centralidade do Brasil no sistema imperial. Essas propostas atendiam não só teóricos e administradores, mas também a elite econômica instalada no Brasil, e os interesses da Inglaterra.

Nesse curto, mas denso espaço de tempo, a área continental do Império assistiu a invasões, guerras, fomes, revoltas e viu a elevação do Brasil à Reino Unido e reiteradas recusas do retorno da Corte à Portugal. Diante de insucessos seguidos e do avanço do Constitucionalismo, que levou à Revolução Liberal do Porto, estava-se diante do fim do Antigo Regime. Sua principal colônia tornou-se independente, o Império foi abalado, e novas relações tiveram que ser estabelecidas, no contexto colonial e entre as nações.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Histórico do Banco de Portugal – Coleção de documentos avulsos

Ricardo Raimundo Nogueira

Pasta 1, nº 5 – Fragmento de um projecto de um banco territorial, s/d, 8fls.

Pasta 2, nº 4 – Projecto sobre a formação de um empréstimo de dez milhões de cruzados, a benefício do Real Erário, 1810, 7 fls.

Pasta 9, nº 1 – Apontamentos e anotações, s/d (180-), 1 fl.

Pasta 9, nº 5 – Dois apontamentos sobre bancos, s/d(180-), 6fls.

Pasta 9, nº 6 – Tabela Geral dos rendimentos e despesas do real erário, s/d (180-), 17fls.

Pasta 9, nº 11 – Anotações sobre a criação de um Banco territorial, s/d (180-), 1 fl.

Pasta 10, nº 2 – Reflexões sobre o sistema de fazenda deste reino, s/d (1811), 3 fls.

Anônimo

Pasta 9, nº 2 – Discurso sobre as causas do grande rebate no desconto do papel-moeda, e os meios deo acreditar, s/d (1800), 13 fls.

Pasta 9, nº 3 – Memória sobre os meios de acreditar e remir o papel-moeda, e de salvar o deficit das rendas reais, 10fls.

Pasta 9, nº 4 – Reflexões sobre o projecto de estabelecer por lei a obrigação de se recebermos pagamentos por inteiro em papel-moeda, com o rebate de seis por cento do seu valor nominal em a metade da soma, s/d (1800?), 2 fls.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Conta dos Governadores do Reino nº 5, 25 de janeiro de 1809, Ref. PT-AMM-CFLLTV-TT-ANRJ-004, Cota ANRJ, cx. 1, pasta 1, n.º 5.

Conta dos Governadores do Reino nº 11, 24 de maio de 1809, Ref. PT-AMM-CFLLTV-TT-ANRJ-009, cota ANRJ, cx. 1, pasta 1, n.º 11.

Conta dos Governadores do reino nº 43, 21 de abril de 1810, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/019, cota ANRJ, cx. 1, pasta 2, n.º 43.

Conta dos Governadores do Reino nº 47, 27 de abril de 1810, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/020, cota ANRJ, cx. 1, pasta 2, n.º 47.

Conta dos Governadores do Reino nº 51, 14 de maio de 1810
Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/021, cota ANRJ, cx. 1, pasta 2, n.º 51.

Contas dos Governadores do Reino nº 79, 11 de fevereiro de 1811 Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/034, cota ANRJ, cx. 2, pasta 3, n.º 79.

Contas dos Governadores do reino nº 113, 19 de agosto de 1811 Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/042, cota ANRJ, cx. 2, pasta 4, n.º 113.

Contas dos Governadores do Reino nº 196, 7 de novembro de 1812, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/051, cota ANRJ, cx. 3, pasta 6, n.º 196.

Contas dos Governadores do Reino nº 440, 7 de setembro de 1816, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/069, cota ANRJ, cx. 7, pasta 14, n.º 440.

Conta dos Governadores do Reino nº 482, 9 de junho de 1817, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/071, cota ANRJ, cx. 8, pasta 16, n.º 482.

Conta dos Governadores do Reino nº 524, 7 de abril de 1818, Ref. PT/AMM/CFLLTV/TT-ANRJ/073, cota ANRJ, cx. 9, pasta 17, n.º 524.

IMPRESSAS

Atestado da Mesa de Inspeção da Bahia, 25 de janeiro de 1805, MS, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro apud LIMA, Alceu Amoroso, “*Época, vida e obra de Cairu*” in: LISBOA, José da Silva, *Princípios de economia política*. Rio de Janeiro: Ed. Irmãos Pongetti, 1956. Edição comentada e anotada por Nogueira de Paula,

com introdução de Alceu Amoroso Lima, comemorativa do bicentenário do nascimento de Cairu, 1756-1956.

CAIRU, José da Silva Lisboa, Visconde de, 1756-1835. *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1999.

CARVALHO, Bonifácio Gomes de. *Continuação da feliz, e gloriosa Restauração da Comarca de Campo de Ourique pela parte do Poente*, Lisboa, 1808, 3p.

Carta Régia de 7 de março de 1810, na qual o Príncipe Regente justificava o Tratado de Comércio assinado com Inglaterra. Apud AGUIAR, Pinto de. *A abertura dos portos: Cairu e os ingleses*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1960.

CARVALHO, Joaquim. *O ideal moderno de Ciência*. In: _____. *Obras Completas de Joaquim de Carvalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 299, v. 5 (História e Crítica Literárias. História da Ciência. 1925-1975).

Collecção das Leis do Brazil de 1808, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891
acessado em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio>

Collecção de Proclamações, editais e pastorais, etc. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1808.

Collection Complete des Oeuvres de L'Abbé de Mably, tome Dixième – Contenant lês Entretiens de Phocion et lês Príncipe de Morale. A Paris, De l'imprimerie de Ch.Desbriere, rue et place Croix, chaussée Du Montblanc, ci-devant d'Antin. L'an III de La Republique, (1794 à 1795). Disponível em http://books.google.com.br/books?id=gWHVm1B2UcEC&pg=PP7&dq=Oeuvres+de+L%E2%80%99Abb%C3%A9+de+Mably.+Contenant+l%C3%AAs+Entretiens+de+Phocion+et+l%C3%AAs+Pr%C3%ADncipe+de+Morale+tome+Dixi%C3%A8me&hl=pt-pt&ei=Jh2JTba0Hey00QGuqvnIDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false acesso em 28 de outubro de 2010.

Collection Complete des Oeuvres de L'Abbé de Mably. Oeuvres Posthumes. Tome Treizième. A Paris, De l'imprimerie de Ch. Desbriere, rue et place Croix, chaussée Du Montblanc, ci-devant d'Antin. L'An III de La Republique, (1794 à 1795).

Disponível

em

[http://books.google.com.br/books?id=EgcMCVM4zbQC&pg=PP7&dq=Oeuvres+de+L%E2%80%99Abb%C3%A9+de+Mably.+Oeuvres+Posthumes.+treizieme&hl=pt-](http://books.google.com.br/books?id=EgcMCVM4zbQC&pg=PP7&dq=Oeuvres+de+L%E2%80%99Abb%C3%A9+de+Mably.+Oeuvres+Posthumes.+treizieme&hl=pt-pt&ei=KByJTdTIEcaZ0QHGs4SLDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false)
[pt&ei=KByJTdTIEcaZ0QHGs4SLDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=EgcMCVM4zbQC&pg=PP7&dq=Oeuvres+de+L%E2%80%99Abb%C3%A9+de+Mably.+Oeuvres+Posthumes.+treizieme&hl=pt-pt&ei=KByJTdTIEcaZ0QHGs4SLDg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CCUQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false) acesso em 28 de outubro de 2010.

Correspondência sobre as campanhas militares do exército anglo-luso (originais de Wellington, Hil, Crawford, Campbell, Hamilton, e outros para William Beresford. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, M.N.E. Cxs. 204-215;

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da. *Correspondência oficial relativa à comissão de que foi encarregado o doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa: sobre os melhoramentos da ilha de S. Miguel, em 1824-1828.* Ponta Delgada: Typ. Archivo dos Açores, 1881.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da. *Explicação da arvore que representa o prospecto do Codigo civil portuguez.* Lisboa: na Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

COSTA, Vicente José Ferreira Cardoso da. *Os bons desejos de hum portuguez, ou a sua receita para se animar a circulação paralisada acudindo-se aos males do papel-moeda e a miseria publica.* Lisboa: Typ. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1822.

COUTINHO, José Joaquim da Cunha Azeredo. *Ensaio economico sobre o comercio de Portugal e suas colonias oferecido ao serenissimo princepe do Brazil noso senhor e publicado de ordem da Academia Real das Ciencias.* Lisboa: na Oficina da mesma Academia, 1794.

COUTINHO, Rodrigo de Souza. *Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797-1798).* In: Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, Tomo II (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Econômico Português), 1993.

COUTINHO, Rodrigo de Sousa, *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, (Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português), 1993.

CUNHA, D. Luís. *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*. 1742. In CUNHA, D. Luís da. *Instruções Políticas*. SILVA, Abílio Diniz (int. ed. crítica). Lisboa: CNCDP, 2001.

CUNHA, Luís da. *Instruções políticas*. Introdução, estudo e edição crítica por SILVA, Abílio Diniz. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

CHABERT, A. *Essai sur les mouvements des revenus et de l'activité économique em France de 1798 à 1820*. Paris, 1949.

CHABY, Claudio de. *Excerptos Historicos e Collecção de Documentos relativos á Guerra denominada da Peninsula*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882.

CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER, E. *Dicionário das Obras Políticas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 717.

CHICHORRO, José de Abreu Bacellar. *A Memória Económico-Política da Província de Estremadura*. 1795. AMZALAK, Moses Bensabat (org.). Lisboa: S/E, 1943.

FREITAS, Joaquim José Pereira de. *Biblioteca Histórica, Política e Diplomática da Nação Portuguesa*. Londres, Casa de Sustenance e Strecht, 1830.

FUNCHAL, Marquês de. *O Conde de Linhares, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*, Lisboa, editor autor, 1908.

LISBOA, José da Silva. Biografia. Acessado em <http://www.arqnet.pt/dicionario/silvalisboa.html>

MINERVA LUSITANA. Coimbra, 1808 *Minerva lusitana* / [red. José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade, Luís do Coração de Maria]. – Nº 1 (11 Jul. 1808) – nº 173 (6 Jul. 1811). – Coimbra: na Imprensa da Universidade, 1808-1811.

MONTESQUIEU. *Lettres persanes*, Edition André Lefèvrechez Alphonse Lemerre, 1873.

NEVES, José Acúrcio das. *Memórias sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus Diferentes Ramos*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1820.

NEVES, José Acúrcio das. *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

Manuel Barata In Arquivos e Coleções Particulares – ACP. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/acervo311.php?f=ACP000021> acesso em 22 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, Luís da Silva. *Privilégios da nobreza, e fidalguia de Portugal*. Lisboa, 1806.

POLÍBIOS. *História* (trad.), Brasília: Ed.UnB, 1985.

Plano de Estatutos em que convieram os primeiros sócios da Real Academia das Ciências, com o beneplácito de sua Majestade. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1780. Apud CARDOSO, José Luís. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1789-1815*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

RAYNAL, Guillaume Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes*. Genebra, 1780, T.IV.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*, São Paulo: Cultrix, 1971.

SERRA, José Correia da. *Discurso preliminar. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*.

TACITO, Publio Cornelio. *Annali*. Milano: BUR, 1997.

TOCQUEVILLE, Alexis de. “*Da espécie de liberdade que se encontrava no antigo regime e da sua influencia sobre a Revolução*”, In: *O Antigo Regime e a Revolução*, São Paulo: Hucitec, 1989, 3 ed.

Tratado de Comercio entre el-Rei o Senhor Dom Pedro II e Anna Rainha da Grã-Bretanha, assinado em Lisboa a 27 de dezembro de 1703. pp.192-197 In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa*

de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo II.

Tratado de Madrid. Tratado de Limites das Conquistas, entre el-Rei o Senhor D. João V e D. Fernando VI Rei de Espanha, assinado em Madri a 13 de janeiro de 1750, e ratificado por parte de Portugal em 26 do dito mês, e pela de Espanha em 8 de fevereiro do dito ano. pp.8-51. In: Colleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III.

Tratado de Paris. Acto de Acessão por parte d'el-Rei o Senhor D.José I, ao Tratado definitivo de paz entre as Corôas de França, Grã-Bretanha e Espanha, assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763. pp.160-201. In: Colleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III.

Tratado de Paz e Aliança entre el-Rei o Senhor D. Afonso VI, e carlos II, rei da Grã-Bretanha; e de Casamento d'Este Monarca com a Infanta de Portugal, a Senhora Dona Catharina, assinado em Londres, no Palacio de Whitehall, a 23 de junho de 1661, pp. 233-258. In: Colleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo I.

Tratado de Paz e Comercio entre el-Rei o Senhor D. João IV, e Carlos I, Rei da Grã-Bretanha, assinado em Londres, a 29 de janeiro de 1642. pp. 82-101. In: Colleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo I.

Tratado do Pardo. Tratado entre el-Rei o Senhor D. José I e D. Carlos III Rei de Espanha, pelo qual se anulou o de 13 de janeiro de 1750, mandando-se observar

os anteriores. Assinado no Pardo, a 12 de fevereiro de 1761, pp.126-133. In: *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos entre a Coroa de Portugal e as mais potencias desde 1640 até o presente*, compilados, coordenados e anotados por José Ferreira Borges de Castro, Lisboa: Imprensa Régia, 1856, Tomo III

Tratado llamado Pacto de Familia, ajustado entre su Magestad Católica y su Magestad Christianíssima, em Paris á 15 de agosto del 1761. pp.113-142. Coleccion de los Tratados de Paz, Alianza, Comercio e c. ajustados por la Corona de España com las Potencias Extranjeras desde el Reynado del Señor Don Felipe Quinto hasta el presente. Madrid em la Imprenta Real, 1796. Tomo I.

VANDELLI, Domingos. *Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufaturas*". in CARDOSO, José Luís (org.). *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria em Portugal e suas Conquistas*. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

VERNEY, Luis Antonio. *Verdadeiro Metodo de Estudar* (1746) org. Antonio Salgado Junior, Lisboa 1949.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. "*Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas*". In: Revista Penélope. Fazer e Desfazer História, n.5, 1991.

ALEXANDRE, Valentim. "*Um passo a frente, vários à retaguarda: Resposta à nota crítica de Pedro Lains*". In: Revista Penélope. Fazer e Desfazer História, n.3, 1989.

ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto, Edições Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Isabel Maria Banond. *Monografia sobre a vida e obra de um autor do Século XIX: Vicente José Ferreira Cardoso da Costa*, coordenação Ruy de

Albuquerque e Martim de Albuquerque. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.

ARANHA, Brito. *Nota acerca das invasões francesas em Portugal*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1909.

ARAÚJO, Ana Cristina B. de. *As invasões francesas e a afirmação das idéias liberais*, In: Mattoso, José (dir). *História de Portugal*, vol V. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ARAÚJO, Ana Cristina. *Memórias e Mitos da Guerra Peninsular em Portugal. A História Geral da invasão dos Franceses de José Acúrsio das Neves*” in *Revista de História das Idéias*, Homenagem a Luís Reis Torgal, v.29, p.195-218, 2008.

ARAUJO, Ana Cristina. *O Marquês de Pombal e a universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

ARNOULD, M. *De la balance du commerce et des relations commerciales extérieures de la France dans toutes les parties du globe*, 1791.

ARRUDA, José Jobson de A. *A Prática Econômica Setecentista no seu Dimensionamento Regional*. *Revista Brasileira de História*, v.10, 1985, pp.123-146.

ARRUDA, José Jobson de A. *Decadência ou crise do império luso-brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*. *Revista USP*, São Paulo, nº 46, junho/agosto 2000.

ARRUDA, José Jobson de A. *José da Silva Lisboa: texto e contexto* in *Historiografia: Teoria e Prática*. São Paulo: Alameda, 2014

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial*, São Paulo: Ática, 1980.

ARRUDA, José Jobson de A. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros – 1800-1808*. Bauru: EDUSC, 2008.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. “*O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema Colonial*” in: José Tengarinha (Org.). *História de Portugal*, 2ª ed. São Paulo: Unesp e Bauru: Edusc, 2001.

ARTOLA, Miguel. *La Burguesía revolucionaria: (1808- 1874)*, Madrid: Alianza/Alfaguara, 1983.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana*. Bauru: EDUSC, 2003.

BALBI, Adrien. *Essai Statistique sur Le Royaume de Portugal Et Algarve*. Edição em fac-símile, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004, tomo I.

BALTASAR, Isabel. *D. João VI: As duas faces do poder*. Lisboa: Roma Editora, 2009.

BARMAN, Roderick. *Brazil: the forging of a nation 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988;

BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *A Construção Política do território centro-sul da América Portuguesa (1668-1777)*. História Histórias, v. 1, 2013.

BOBBIO, Norberto. “*Sociedade Civil*”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 1997, 7 ed.

BOIANOVSKY, Mauro e OLIVEIRA, Maria Teresa. *A reforma fiscal de D. João VI e suas conotações mercantilistas. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

BRAGA, Theofilo. *História da Universidade de Coimbra nas suas Relações com a instrução pública portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1898, v.3; Universidade Coimbra (org.) *História da Universidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, Vol. I e II;

BRAUDEL, F. . *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BUENO, José Maria [Carrera], *Los Franceses y sus aliados en España. 1808-1814*, Madrid, Falcata Ediciones, 1996

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*, vol. II, 2ª ed. 5ª imp, GLOBO, 1964.

- BUTTERY, David, *A Primeira Invasão de Portugal, 1807-1808* – Wellington contra Junot, Lisboa, Texto Editores, 2012
- CAETANO, Antonio Alves. *A Economia Portuguesa no tempo de Napoleão: Constantes e linhas de força*. Lisboa: Tribuna, 2008.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1963, tomo IV.
- CANTARINO, Nelson Mendes. *A Razão e a Ordem: O Bispo José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho e a Defesa Ilustrada do Antigo Regime Português (1742-1821)*. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CAPELA, José Viriato. *Política, administração, economia e finanças públicas portuguesas (1750-1820)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais; Universidade do Minho, 1993.
- CARDOSO, José Luís. “Uma ‘Notícia’ Esquecida: O Ensino da Economia na Aula do Comércio”. *Estudos de Economia*, Vol. V, n. 1, p. 87-101, out- dez, 1984.
- CARDOSO, José Luis. *A Política Colonial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho*, in *A Economia Política e os dilemas do império luso-brasileiro (1790-1822)*, Jose Luis Cardoso (coord.), Lisboa: CNCDP, 2001.
- CARDOSO, José Luis. *História do Pensamento Económico Português. Temas e Problemas*. Temas de História de Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.
- CARDOSO, José Luís. *Nas malhas do Império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho*, in: CARDOSO, José Luís (org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Editoria Estampa, 1989.
- CARVALHO, Alberto Martins, “Cartismo” in: SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985, vol. 1.

CARVALHO, Debora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: Um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. – Dissertação (Mestrado em História) -Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um Iluminismo Português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008.

CARVALHO, Joaquim. *O ideal moderno de Ciência*. In: _____. *Obras Completas de Joaquim de Carvalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, v. 5 (História e Crítica Literárias. História da Ciência. 1925-1975).

CASTRO, Armando. *A Dominação inglesa em Portugal com 3 textos do séc. XIX* em antologia, Porto: Afrontamento, 1974.

CHABERT, A. *Essai sur les mouvements des revenus et de l'activité économique em France de 1798 à 1820*. Paris, 1949.

CHANDLER, David, *Dictionary of the Napoleonic Wars*, Hertfordshire, Wordsworth Editions, 1999

CHATELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER, E. *Dicionário das Obras Políticas*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

CHULTZ, Kirsten. A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). MALERBA, J. (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.125-151, 2006.

CLASTRES, Pierre. *Arqueología de La violência: La guerra em lãs sociedades primitivas*. México: Fondo de Cultura Economica, 2004.

CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. São Paulo: IMESP, 2006. (Tomos I e II).

COSTA, Leonor Freire. *Império e Grupos Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

COUTINHO, Maria Isabel Pereira, *Notícias das Guerras Napoleónicas*. Dietário do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, 1807-1816, Porto, Deriva Editores, 2011

CRUZ, Antonio. “*Casa dos Vinte e Quatro*” In: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

D’ALCOCHETE, Nuno Daupias, “*Setembrizada*” in: SERRÃO, Joel (dir.) Dicionário de História de Portugal, Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.

D’ANDRADE, Gomes Freire. *A dominação inglesa em Portugal*. Lisboa: Editor João António Rodrigues Fernandes, 1883. (reed. Editora Europa, 1942).

DEYON, Pierre. *O mercantilismo*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DEZOBRY, C. e BACHELET, T. *Dictionnaire general de biographie et d’Histoire de mythologie, de Geographie ancienne et moderne comparée des Antités et des Institutions Grecques, Romaines, Française et Etrangères*. Paris: Dezobry e Magneleine et Etudieurs, 1857, 2v.

DIAS, J. S. da Silva. *A Revolução Liberal Portuguesa: amálgama e não substituição de clases*. In: Pereira, Ferreira & Serra (orgs). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, v. I. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DIAS, Thiago Alves. *Monopólio Indireto: colonização mercantil no Norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

DINIZ SILVA. Andrée Mansuy. *Portrait d’un homme d’État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares 1755-1796*. Lisbonne – Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

ELAZAR, Daniel. *Exploring Federalism*. Alabama: The University of Alabama Press, 1987.

ESDAILE La Guerra de la Independencia-Una nueva historia, Barcelona, Crítica, 2004

ESDAILE The Peninsular War-A New History, Penguin Books, London, 2003

ESDAILE, Charles J., “Bullets, Baggages and Ballads: Forgotten Sources for the Experience of British Women in the Revolutionary and Napoleonic Wars, 1793- 1815”, in *Da Guerra Peninsular: Retratos e Representações*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2010

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. 2a Ed. São Paulo: Ática. 1993.

FERLINI, Vera. *Terra, Trabalho e Poder*. O mundo dos engenhos no nordeste colonial. Bauru: Edusc, 2003.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1970, 2. Ed.

FERRAZ, Maria de Lourdes de Freitas. "O vinho da madeira no século XVIII. Produção e mercados internacionais", In: Colóqui Internacional de História da Madeira, Funchal, 1990.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal Ferreira. *Contra todos os inimigos. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750)*. Dissertação de mestrado em História Social, FFLCH-USP, 2009 Fidelino de Figueiredo, Literatura portuguesa, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1955.

FIGUEIREDO, Fidelino de. *Literatura portuguesa*, 3ª edição. Rio de Janeiro, 1955.

FLETCHER, Ian, *The Peninsular War, 1808-1811—An Eyewitness History*, The Folio Society, London, 2007

FONTANA, Josep. *La crisis del Antiguo Régimen 1808-1833*, Barcelona: Editorial Critica, 1979.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, Brasília: Editora da UNB, 1963.

GERALDO, José Custódio Madaleno, *As Invasões Napoleônicas desde a ida da Família Real para o Brasil às Linhas de Torres (1807-1811)*, Âncora Editora, Lisboa, 2011

GLOVER, Michael, *The Peninsular War—1807-1814, A Concise Military History*, London, Penguin Books, 2001

GODECHOT, Jacques. *Europa y América en la época napoleónica*. Labor, Barcelona, 1976.

GODINHO, Vitorino de M. *Portugal, as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770)*. In: Revista de História, v. 7, n. 15, 1953.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1977, 3a. ed
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix e Monnaies au Portugal (1750-1850)*. Paris, Librarie Armand Colin, 1955.
- HECKSCHER, Eli. *La Epoca Mercantilista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943;
- HOBSEBANK, Eric. *Las revoluciones Burguesas (trad. Espanhola de The Age of Revolution)*, Madrid: Ediciones Guadarrama, 1974, 3. ed., 2v.
- HOBSEBANK, Eric. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*, New York: Cambridge University Press, 1992, 2. ed.
- HOBSEBANK, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. 12a edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Apresentação*. In: Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804) Apresentação de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- IMLH; A. H. *Real Values in British Foreign Trade, 1798-1853*. The Journal of Economic History, 1948, v. VIII, nº 2.
- KING, Preston. *Federalism and Federation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.
- KOULISCHER, Joseph. *La grande industrie aux XVIIe et XVIIIe siècles : France, Allemagne, Russie*. In: Annales d'histoire économique et sociale. 3^e année, N. 9, 1931.
- KRAJESKI, Paul C. "Cotton, Sir Charles" In: Oxford Dictionary of National Biography, 2008.
- LAINS, Pedro Silva, Álvaro Ferreria da (Orgs.). *História Econômica de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LAINS, Pedro. "Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (I)". In: Revista Penélope. Fazer e Desfazer História, n.3, 1989.

LAINS, Pedro. “*Foi a Perda do Império Brasileiro um momento crucial do desenvolvimento Português? (II)*”. In: Revista Penélope. Fazer e Desfazer História, n.5, 1991.

LEFEBVRE, Georges. “*A declaração dos direitos do homem e do cidadão*”, In: O surgimento da Revolução Francesa, São Paulo: Paz e Terra, 1989.

LIMA, OLIVEIRA. *D. João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2 ed., 1945.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. [1ª ed. 1908];

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994

MACEDO, Jorge Borges de. *Elementos para a História Bancária de Portugal (1797-1820)*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1963,

MACEDO, Jorge Borges de. *O Bloqueio Continental*. Lisboa: GRADIVA, 1990.

MACEDO, Jorge Borges. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Associação industrial Portuguesa, 1963.

MADUREIRA, Nuno Luis. *Mercado e Privilégio A Indústria Portuguesa entre 1750 e 1834*. Editorial Estampa, Lisboa, 1997.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1990.

MAGALHÃES, José Calvet de. *História das relações diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América (1776-1911)*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

MAIA, Francisco de Ataíde Machado de Faria e, COSTA, Vicente José. *Um Deportado da “Amazonas”: monografia histórica: época liberal nos Açores (1819-1834)*. 2a ed. Ponta Delgada: Tip. Fernando de Alcântara, 1930.

MALAFAIA, Eurico de Ataíde. *A guerra peninsular. Da gênese ao seu termo (1793-1813)*. Braga: Universidade do Minho, 2007.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;

MANCHESTER, Alan K.. "A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro". In: Henry H. Keith; S. F. Edwards (org.). *Conflito e continuidade na sociedade brasileira: ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, pp. 177-217;

MANCHESTER, Alan K.. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973 [1ª ed. 1933]; Wanderley Pinho. *A abertura dos portos: Cairu, os ingleses, a Independência*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1961;

MARTINS, Ana Canas Delgado. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007

MARTINS, Conceição Andrade. *Memória do vinho do Porto*. Lisboa: ICS/ Universidade de Lisboa, 1990.

MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno, *História Económica de Portugal - Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença, 1994.

MATTOS, Gastão de Mello de. "Ordem de Cristo" In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MATTOS, Gastão de Mello de. "Ordenanças" In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

MATTOS, Renato de. "Versões e interpretações: revisitando a historiografia sobre a abertura dos portos brasileiros (1808)" . *Historiologia Regional y Local*, v. 09, n. 01. 2017, pp. 471-506.

MATTOS, Renato de. *Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à Independência (1808/1822)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 2015.

MATTOS, Walter. *A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Estado do Brazil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de Antigo regime na Corte de Dom João (1808-1821)*. Tese – UFF, Niterói, 2009.

MAXWELL, Kenneth. "The Atlantic in the Eighteenth Century: a Southern Perspective on the Need to Return to the 'Big Picture'", in *Transactions of the Royal Historical Society*, 6th series, vol. 3, London, 1993.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. (trad. Port.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MENDES, José Luis Sul. *Relações Diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos da América: Contribuição para o Estudo do seu Início (1776-1799)*. Dissertação de licenciatura em História, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1973.

MICHELI, Marco V. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. Dissertação. FFLCH/USP. São Paulo, 2018.

MONT SERRATH, Pablo O. *O Império Português no Atlântico. Poderio, Ajuste e Exploração (1640-1808)*. TESE (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2013.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José*. Lisboa: Circulo de Leitores, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e poder - Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Revolução Liberal e regime senhorial: a "questão dos forais" na conjuntura vintista*. Revista Portuguesa de História Vol. XXIII, pp.143-182. Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras de Coimbra.

MUIR, Rory. *Britain and the defeat of Napoleon. 1807-1815*. Yale: Yale University Press, 1996

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *A Academia Real das Ciências de Lisboa e o império colonial ultramarino (1779-1808)*. In: Furtado, Júnia (Org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português*. Belo Horizonte: EdUFMG. p.483-518. 2001.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *‘Considerações sobre a Revolução Política de 1808’ – um inédito de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa* In: Colóquio Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica, 2008, Lisboa. Portugal-Brasil: Europa Napoleônica. Lisboa: ICS - Instituto de Ciências Sociais, 2008. v.1. p.1-18.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Napoleão Bonaparte- Imaginário e política em Portugal (c. 108-1810)*. São Paulo: Alameda, 2008.

NOVAIS, Fernando A. “*Notas para o estudo do Brasil no comércio internacional do fim do século XVIII e início do XIX*” (1796.1808). In: *L’histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930*. Paris, CNRS, 1973.

NOVAIS, Fernando A. *O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos*. Revista Brasileira de História, São Paulo, nº7, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, 7ª Ed., São Paulo: HUCITEC, 2001.

NOVAIS, Fernando. *As Dimensões da independência*. In: MOTA C. G. (Org.) *1822 Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NOVAIS, Fernando. *Condições da privacidade na Colônia*. In: _____. (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v.1.

OLIVEIRA, Luís Valente; RICUPERO, Rubens (org.) *A Abertura dos Portos*. São Paulo: SENAC, 2007;

PARKINSON, Roger, *The Peninsular War*, Hertfordshire, Wordsworth Editions, 2000

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Estrutura industrial e mercado colonial. Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: 1994.

PEDREIRA, Jorge Miguel. “*Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português*”. In: CARDOSO, José Luís (org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1988.

PEDREIRA, Jorge. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa: de Pombal ao Vintismo (1755-1822) – Diferenciação, Reprodução, e Identificação de um grupo social*. Tese Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PERES, Damião. *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1934.

PIMENTA, João Paulo e SLEMIAN, Andréa. *A corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo, Alameda, 2008.

PINHO, Wanderley. *A abertura dos portos: Cairu, os ingleses, a independência*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1961

POSSAMAI, Paulo Cesar. *O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. TESE (Doutorado em História) Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945 e

RAMOS, Eduardo Silva. *Centralização e Privilégio – Instituições econômicas e fiscalidade na formação do Estado brasileiro (1808-1836)*. Versão Corrigida. Dissertação em História. FFLCH/USP. 2018.

RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

RIBEIRO Maria de Lourdes. *As relações comerciais entre Portugal e Brasil segundo as “Balanças de Comércio” 1801- 1821*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1972.

RICUPERATI, Giuseppe e IEVA, Frédéric. *Manuale di Storia Moderna*. Torino: UTET, 2005.

RICUPERO, Rodrigo. *O Estabelecimento do Exclusivo Comercial Metropolitano e a Conformação do Antigo Sistema Colonial no Brasil*. História [online]. 2016, vol.35, e100. Epub Dec 19, 2016.

ROBERTSON, Ross M. *História da Economia Americana*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

ROCHA, Antonio Penalves (coord. E introd). *Visconde de Cairu*. São Paulo: Editora 34, 2001.

RÓNAI, Paulo. *Não perca seu latim*. Rio de janeiro: Nova fronteira, 1980, p. 142.

- ROSSOLILLO, Francesco. “*Nação*”, In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de Política*, Brasília: UNB, 1997, 7 ed., v. 2.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- RUDÉ, George. *The crowd in history: a study of popular disturbances in france and england, 1730-1848*, London: Lawrence and Wishart, 1985, ed. rev.
- SÁ, Tiago Moreira de. *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2016.
- SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Eugénio dos. *D. Pedro IV*. Lisboa: Círculo de leitores, 2006.
- SANTOS, Fernando Piteira. *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Lisboa: Publicações Europa América, 1980.
- SCHAMA, Simon. “*The Cultural Contruction of a Citizen*”, In: *Citizens. A Chronicle of the Frenche Revolution*, New York: Alfred A. Knopf, 1989.
- SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: Empire, Monarchy, and the Portuguese Royal Court in Rio de Janeiro, 1808-1821*. New York/ London: Routledge, 2001;
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARTZ, Stuart. “*Somebodies and Nobodies in the Body Politic: Mentalities and Social Structures in Colonial Brazil*” *Latin American Research Review*, vol. 31, no. 1, 1996, pp. 113–134. JSTOR, www.jstor.org/stable/2503851
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERRÃO, Joel (dir). *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985.
- SILBERT, Albert, “*Les invasions françaises et les origines du libéralisme au Portugal*, in *Revista de História das Ideias*, Vol. II (1978-1979), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 1979

SILVA, Abílio Diniz (int. ed. crítica). In CUNHA, D. Luís da. Instruções Políticas. SILVA, Abílio Diniz (int. ed. crítica). Lisboa: CNCDP, 2001.

SILVA, Augusto da. *O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: Estudo sobre o governo de uma capitania subalterna (1738-1807)*. TESE (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SLEMIAN, Andréa; João Paulo G. Pimenta. *A Corte e o mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Trad. Bras. 2 Vols. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. *La riqueza de las naciones*, México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SOUSA, Ivo Carneiro de. *Quando o Porto recuperou a casa dos vinte e quatro (1795)*. Porto: Humanidades, n. 2, abril 1972.

SOUZA, Iara Lis Franco S. Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999;

STRAUSS, Leo e CROPSEY, Joseph. *Historia de la Filosofía Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

SUBTIL, José. “Pombal e o Rei: valimento ou governamentalização?”, *Ler História*, 60 | 2011.

TAMMONE, Natalia. *Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de Transição: continuidade e inovação (1783-1824)*. DISSERTAÇÃO (Mestrado em História) – Departamento de História, faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TAYLOR, Charles. *A era Secular*. Lisboa: Instituto Piaget. 2012.

TENGARRINHA, José. Manuel Fernandes Tomás. *A Revolução de 1820*. Lisboa: Serra Nova, 1974.

TOCQUEVILLE, Alexis de. “*Da espécie de liberdade que se encontrava no antigo regime e da sua influencia sobre a Revolução*”, In: *O Antigo Regime e a Revolução*, São Paulo: Hucitec, 1989, 3 ed.

TORRES, Rui de Abreu. “*Desembargo do Paço*”, In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, s/d, v.2., p. 289.

TORRES, Rui de Abreu. “*Juiz de Fora*”, In: SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*, *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, s/d, p. 417, v. 3.

TORRES, Rui de Abreu. “*Juiz do Povo*”, In: SERRÃO, Joel (org.). *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Figueirinhas, s/d, p. 416, v. 3.

TULARD, Jean e outros. *Histoire et Dictionnaire du Consulat et de l'Empire*, Paris, Laffont, 1995.

VALLADARES, Rafael. *La Rebelión de Portugal 1640-1680*. Valladolid: Junta de Castilla-León, 1998.

VASQUEZ DE PRADA, Valentin. *História Economia Mundial*. Livraria Civilização, 1973. 2 vols.

VENTURA, António. *Napoleão - História e Mito*. Lisboa: Editora da universidade de Lisboa, 2008.

VICENTE, António Pedro. “*A influência inglesa em Portugal*”, In *Revista de História das Idéias* n°10. Coimbra: 1988.

VICENTE, António Pedro. *Guerra Peninsular 1801/1814*. Lisboa: QuidNovi, 2007.

VICENTE, António Pedro. *O tempo de Napoleão em Portugal - Estudos Históricos*. Lisboa: Comissão portuguesa de história militar, 2000.

VILAGRA, Bruno. *Manuel Joaquim Rebelo e o pensamento Econômico Português na crise do Império Luso-Brasileiro*. TESE, (doutorado em História) – Departamento de História, faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

VITORINO, Pedro. *Invasões Francesas 1807-1810*, Porto: Livraria Ribeirinha, 1945.

VOVELLE, Michel. *A Revolução Francesa e seu eco*. Estudos Avançados, Ago 1989, vol.3, n. 6.

WILCKEN, Patrick. *Império à Deriva: a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

ZENHA, Edmundo. *História do município no Brasil (1532-1700)*, São Paulo: Progresso, 1948.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins. *Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. Lisboa: Enciclopédia, 1960-1961.